

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA**  
**CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC**  
**ESTUDO DE CASO**

**Autor: Alziro de Jesus Zattoni Biz**

**Projeto Técnico apresentado à Universidade Federal do Paraná para obtenção de título de Especialista em MBA em Finanças Corporativas.**

**Orientador: Profº. Dr. Vilson José Masutti**

**CURITIBA**

**2005**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por todas as dádivas recebidas.

Ao meu gerente por ter me oferecido e incentivado a fazer o curso.

Aos professores por transmitirem de maneira exemplar os seus conhecimentos.

Ao professor Vilson José Masutti, orientador do trabalho, por aceitar e colaborar no desenvolvimento e consecução.

Ao meu amigo Luis Fernando Santanna Pinto pelas valiosas dicas recebidas.

Ao gerente e aos profissionais da área contábil da Companhia Paranaense de Energia – Copel, pelo atendimento e disponibilização das informações.

Aos meus familiares, à Neide minha namorada e aos amigos por terem entendido e respeitado os momentos de abandono.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b>	v
<b>APRESENTAÇÃO</b>	vi
<b>Capítulo I - INTRODUÇÃO</b>	1
<b>Capítulo II - REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA</b>	3
1     INTRODUÇÃO	3
2     A CONTABILIDADE	3
2.1   A Contabilidade no Brasil	5
2.2   Os Princípios Fundamentais de Contabilidade	6
2.3   O Objeto e o Campo de Aplicação	7
2.4   A Finalidade	7
2.5   Meios Utilizados Pela Contabilidade	8
2.6   A Profissão do Contador	9
3     A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC	10
3.1   A História	11
3.2   Espaço Para as Informações Sobre o Caixa	12
3.3   Regime de Competência Versus Regime de Caixa	13
3.4   Países Que Tornaram a Demonstração do Fluxo de Caixa Obrigatória	13
3.5   A Demonstração	15
3.5.1 Características	17
3.5.2 Abordagem tática e estratégica do fluxo de caixa	17
3.5.3 Questão da disponibilidade	18
3.5.4 Métodos de elaboração do fluxo de caixa	19
3.5.5 Classificação das movimentações de caixa por atividade	19
3.5.6 Atividades que interferem no fluxo de caixa	20
3.5.7 Classificação das transações que envolvem o caixa por atividades	21
<b>Capítulo III - A EMPRESA</b>	22
<b>Capítulo IV - ESTUDO DE CASO</b>	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	39

<b>ANEXOS</b>	<b>41</b>
I: DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA da empresa	41
II: BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DRE da empresa	42
III: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR da empresa	45
IV: RESUMO-SOC da empresa	47
V: MUTAÇÕES CONTÁBEIS da empresa	48
VI: RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93	76
VII: DFC NO SETOR ELÉTRICO – ROTEIRO DE ELABORAÇÃO	80
VIII: BALANÇO PUBLICADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 da empresa	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Anteprojeto de Lei nº /99 Quadro Comparativo	15
Tabela 2	Classificação das transações que envolvem o caixa por atividades	21
Tabela 3	Linhas de Transmissão	23
Tabela 4	Subestações	23
Tabela 5	Copel Transmissão em números	24
Tabela 6	Valores que afetaram o caixa - Instrução	26
Tabela 7	Valores que não afetaram o caixa – Instrução	26
Tabela 8	Mutações do Ativo e Passivo	35
Tabela 9	Demonstração do Fluxo de Caixa-2004	36

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho é um Estudo de Caso da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC da Copel Transmissão S.A., Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, localizada em Curitiba, Estado do Paraná. O que motivou à realização do trabalho é a oportunidade de dominar os conhecimentos obtidos durante o Curso de MBA em Finanças Corporativas, realizado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR em 2004, e obter junto a esta, o título de Especialista em MBA em Finanças Corporativa.

O trabalho poderá servir também como fonte de pesquisa para futuros estudos a respeito da Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramenta de grande utilidade; como pode ser observado no texto, para auxiliar gestores, investidores, administradores e outros interessados no ramo dos negócios e na tomada de decisões.

## **Capítulo I - INTRODUÇÃO**

O tema do trabalho surgiu do desejo de melhor conhecer como é elaborada a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC da Copel Transmissão S.A., publicada em seus balanços anuais. Sendo esse o objetivo principal, efetuou-se um Estudo de Caso da Demonstração do Fluxo de Caixa da empresa.

Considerando que a DFC é importante e necessária para a empresa porque através dela, os usuários (internos e externos) das suas informações contábeis, podem conhecer melhor a movimentação do seu caixa segregada em atividades operacional, de investimentos e de financiamentos e posterior tomada de decisão e também atende à determinação do órgão regulador do setor (ANEEL).

Escolhido o tema e a empresa, o método utilizado para a realização do trabalho foi primeiramente a coleta e o estudo do material que a empresa publica anualmente, nesse caso o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis – 2004. Não sendo o material suficiente para atingir o objetivo, procurou-se a gerência da contabilidade da empresa para se obter mais informações a respeito do assunto. O profissional responsável pela preparação da DFC e de outras demonstrações, apresentou os seus controles, planilhas, e o programa que a empresa se utiliza para montar a citada demonstração.

De posse dos documentos publicados, das planilhas de mutações e dos resumos fornecidos pela empresa e através do conhecimento adquirido ao longo do curso e também daqueles extraídos das fontes bibliográficas e das informações da empresa, preparou-se o Estudo de Caso.

O capítulo seguinte, Revisão Teórico-Empírica, apresenta o embasamento teórico para suportar o trabalho. Por ser a DFC um dos produtos da Contabilidade, inicia-se a revisão colocando a história, a evolução, a importância, os princípios e outros itens dessa ciência que é considerada indispensável para a humanidade.

O item 3 desse capítulo, está relacionado com a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC. Nele conta-se a sua história, faz-se uma comparação entre os dois regimes (de caixa e de competência) existentes na Contabilidade, fala-se sobre suas

características, sobre a abordagem tática e estratégica, seus métodos de apresentação e também sobre o anteprojeto de reformulação da Lei 6.404/76 que entre outros itens, pretende tornar a DFC obrigatória no Brasil.

No Capítulo III foi incluída uma breve descrição da empresa escolhida para o estudo.

O Capítulo IV contém o Estudo de Caso. Procurou-se demonstrar, detalhar, comentar, explicar e comprovar a origem dos números que compõem a DFC publicada pela empresa em dezembro de 2004.

Seguem-se as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas que deram suporte para atingir o objetivo proposto e os Anexos para subsidiar o desenvolvimento e melhor compreensão.

## **Capítulo II - REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA**

### **1 INTRODUÇÃO**

Antes de iniciar o tema do trabalho, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, que é um dos produtos fornecidos pela Contabilidade, foi constatado a necessidade de comentar essa ciência, dando uma visão geral sobre a sua importância, a sua evolução, a Contabilidade no Brasil, seus princípios, sua finalidade e sobre a profissão de Contador.

### **2 A CONTABILIDADE**

A Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Antes mesmo de conhecer a escrita e os números, o homem em sua atividade de pastoreio já utilizava a Contabilidade. Caso contrário, como faria ele para saber se o seu rebanho estava crescendo entre um período e outro de frio? (admitindo que ele ainda não conhecia a separação do ano em meses, ou que sequer conhecia a separação por ano, provavelmente sua referência era a estação da neve, do frio, etc.). Outro questionamento do pastor seria quanto à evolução da sua riqueza em relação ao seu vizinho. Para isso, a Contabilidade de uma forma ou outra estava sendo utilizada.

Na Bíblia, observar-se em várias passagens, referência sobre a Contabilidade. Entre alguns exemplos, a passagem da comparação do rebanho de ovelhas entre Jacó e seu sogro Labão. Para verificar se existia uma variação no crescimento entre os dois rebanhos, era necessário um controle quantitativo, por mais rudimentar que fosse. Outra passagem deste Livro, menciona a riqueza de Jó de forma bem detalhada: “E Javé abençoou a Jó, mais ainda do que antes. Ele possuía agora catorze mil ovelhas, seis mil camelos, mil juntas de bois e mil jumentas.” (BÍBLIA, V.T. Jó, 42:12).

Jó era considerado na época o homem mais rico do Oriente, para se fazer essa constatação, novamente a contabilidade de uma forma ou outra se fazia presente. (MARION, 1998, p. 32).

Apesar da Contabilidade já existir desde o início da civilização, a sua evolução ao longo do tempo foi muito lenta.

Somente em torno do século XV, praticamente após 5.500 anos (partindo da hipótese de que a Contabilidade já existisse desde 4.000 a. C.) é que ela atinge a chamada fase lógica-razional ou até mesmo a fase pré-científica.

Na medida em que os séculos vão passando, a Contabilidade vai mostrando cada vez mais a sua importância. Na idade Moderna, principalmente no Renascimento, diversos acontecimentos nos mundos das artes, na economia, nas nações proporcionaram um avanço espetacular das Ciências Contábeis, principalmente na Itália. Neste período, tivemos em destaque: *Copérnico*, *Galileu*, *Newton*, *Gutemberg* (com o aperfeiçoamento da imprensa), *Colombo* iniciando as grandes descobertas, o mercantilismo, a burguesia, a descoberta de vários campos do conhecimento, etc..

Em 1494 o Frei Luca Pacioli, publicou na Itália um tratado sobre Contabilidade que ainda hoje é de grande utilidade no meio contábil, o chamado método das partidas dobradas, demonstrando os efeitos no patrimônio através dos termos débito e crédito (esse método já era conhecido antes de Pacioli). Assim nasceu a Escola Italiana de Contabilidade.

O cenário atual é dominado pela Escola Contábil Americana. Os motivos que contribuíram para formação dessa Escola foram: a ascensão econômica do colosso norte-americano, o crescimento do mercado de capitais, preocupação com as informações para a tomada de decisões, destaque para a Auditoria, a atuação acentuada dos Contadores Públicos Americanos, etc..

A Contabilidade é uma ciência social, diferente de uma ciência exata, como muitos acreditam. Social porque é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial, embora, utilize os métodos quantitativos (matemática e estatística) para atingir seus objetivos. (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 20-38).



## 2.1 A Contabilidade no Brasil

MARION (1998, p.33), referendo-se à Contabilidade no Brasil, menciona que:

Com a criação, em 1902, da “Escola de Comércio Álvares Penteado”, em São Paulo, observamos a adoção da Escola Européia de Contabilidade, basicamente a italiana e a alemã. Com a inauguração da Faculdade de Economia e Administração da USP (1946) e com o advento das multinacionais anglo-americanas (e, conseqüentemente, da Auditoria originária dos países-sede), a Escola Contábil Americana começa a infiltrar-se em nosso país. Esta escola, todavia, começou a exercer uma influência mais significativa no ensino da Contabilidade no Brasil a partir do lançamento do livro de *Contabilidade Introdutória*, no início da década de 70, por uma equipe de professores da FEA/USP.

O domínio da Escola Contábil Americana, iniciado com a Circular 179/72 do Banco Central, tornou-se evidente com o advento da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, “que passa a adotar uma filosofia nitidamente norte-americana”.

Em 1979 surge a edição de uma obra literária muito importante na área Contábil, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, editada pela FIECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, USP. A obra é considerada o “livro de cabeceira” de todo o Contador.

Em 1979, surgia a primeira edição desta obra que, nascida com o objetivo de ser fonte de consulta, acabou por se transformar também em livro didático e trabalho de referência. Foi, sem dúvida alguma um dos grandes alicerces na implementação da Nova Contabilidade Brasileira a partir da Lei das Sociedades por Ações (nº 6.404/76). Nova Contabilidade esta para a qual contribuíram decisivamente a CVM - Comissão de Valores Mobiliários - , o IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores - , a ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas - , a ABAMEC – Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais – e outras instituições. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 1995, p. 27).

Atualmente existe um anteprojeto de reformulação da Lei 6.404/76. Transcreve-se abaixo a apresentação desse documento.

### ANTEPROJETO DE REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 6.404/76

No dia 05/07/99 foi entregue ao Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterando algumas de suas disposições, principalmente aquelas constantes dos seus capítulos XV, XVI, XVIII e XX, que tratam da matéria contábil.

Ressalta-se o caráter democrático do processo de elaboração desse anteprojeto que, além de ter sido originalmente elaborado por uma comissão integrada por representantes de entidades do mercado e de órgãos profissionais e de ensino, foi submetido a processo formal de audiência pública e, ainda, foi objeto de análise e discussão prévias entre os órgãos de governo, subordinados ao Ministério da Fazenda, interessados na matéria.

## I - JUSTIFICATIVAS PARA A REVISÃO DA LEI

Surgimento de uma nova realidade econômica no Brasil, bem diferente daquela existente há dez anos, quando se começou a pensar na revisão da Lei nº 6.404/76 e, principalmente, há vinte e um anos quando essa lei foi editada.

Processo de globalização das economias, de abertura dos mercados, com expressivos fluxos de capitais ingressando no país e com as empresas brasileiras captando recursos no exterior.

## II – OBJETIVOS DO ANTEPROJETO

Adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, devido aos aspectos acima referidos.

Criar condições para harmonização da lei com as melhores práticas contábeis internacionais.

Buscar eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das nossas informações contábeis, principalmente quando existem dois conjuntos de demonstrações contábeis, um para fins internos e outro para fins externos, com valores substancialmente diferentes.

Conseqüentemente, reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e de aceitação.

Reduzir o custo de elaboração, de divulgação e da auditoria das nossas demonstrações contábeis.

A seguir transcrevemos o material entregue ao Ministro Pedro Malan:

1. Anteprojeto de Lei
2. Quadro Comparativo
3. Exposição Justificativa.

(ANTEPROJETO DE REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 6.404/76)

Como pode ser observado, a Contabilidade está sempre procurando acompanhar a evolução da humanidade, o problema é que na maioria das vezes depende da aprovação por parte das autoridades governamentais. Porém, espera-se que muito em breve esse importante documento seja legalizado e esteja pronto para ser colocado em prática.

## 2.2 Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Contabilidade. É um conjunto de regras geralmente aceito nos meios contábeis que orienta a atividade do contador. Tais princípios são criados e aperfeiçoados em países mais desenvolvidos, que dedicam grandes montantes em pesquisa, através de entidades profissionais, universidades e órgãos do governo. Portanto, os Princípios sofrem ao longo do tempo, reexames

constantes, podendo ser aperfeiçoados ou alterados, após vários estudos e pesquisas.

Os princípios surgiram pela necessidade de se apresentar uma linguagem comum para se preparar e interpretar apropriadamente os relatórios contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em sua Resolução N° 750, de 29 de dezembro de 1993, dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

I – o da ENTIDADE;

II – o da CONTINUIDADE;

III – o da OPORTUNIDADE;

IV – o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

V – o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;

VI – o da COMPETÊNCIA;

VII – o da PRUDÊNCIA.

(CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, 1997, p. 171)

Os demais artigos dessa Resolução trazem a descrição para cada Princípio. No Anexo VI, colocou-se na íntegra a referida Resolução.

## **2.3 O Objeto e o Campo de Aplicação**

O Objeto dessa ciência é o patrimônio (conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma entidade), o qual estuda, controla e registra todos os fatos ocorridos. Toda a entidade que exerça a atividade econômico-administrativa com meio ou fim, tem campo para a aplicação da Contabilidade.

## **2.4 A Finalidade**

FRANCO (1980, p. 15) nos ensina que:

A Contabilidade alcança a sua finalidade através do registro de todos os fatos relacionados com a formação a movimentação e as variações do patrimônio administrado, vinculando à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as

informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.

Observa-se então que a finalidade ou objetivo da Contabilidade é, prover os seus usuários internos (proprietários, administradores, funcionários, etc.) e externos (investidores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, Governo, etc.) de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão.

## **2.5 Meios Utilizados Pela Contabilidade**

Como foi visto anteriormente, a Contabilidade atua nas entidades que exercem atividades econômicas, estudando, controlando e registrando todos os fatos ocorridos em seus patrimônios, com o objetivo ou finalidade de munir seus usuários de informações úteis e precisas. Para que seja possível cumprir a sua finalidade, a Contabilidade se utiliza de algumas técnicas contábeis:

- 1- escrituração;
- 2- demonstrações contábeis;
- 3- auditoria;
- 4- análise de balanço.

A legislação determina que as operações das pessoas jurídicas, que ocorrem no patrimônio, sejam registradas em livros específicos chamados de Livros Contábeis (Livro Diário, Razão, Conta Corrente, Registro de Estoques, Caixa, etc.). Esse registro na Contabilidade, é chamado de Escrituração. (OLIVEIRA, 1997, p. 4)

Através dos registros efetuados nos Livros Contábeis, são extraídos os resumos dos fatos em demonstrações que genericamente são chamadas de Demonstrações Contábeis. A lei 6.404-76 estabelece que, no fim de cada período social, (12 meses), as empresas elaborem e publiquem, embasados nas suas escriturações contábeis, as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Origens e Aplicações de recursos e as Notas

Explicativas que são complementos às Demonstrações Contábeis. A Demonstração do Fluxo de Caixa, não é exigida pela Lei. (FRANCO 1980, p. 16 - 19)

Para validar a exatidão dos registros efetuados na Contabilidade e conseqüentemente das Demonstrações Contábeis, outra técnica aplicada é a Auditoria. Consiste essa técnica nos exames dos documentos, registros, livros e demonstrações, para isso utiliza-se de técnicas específicas. “Baseados nesses fatos, os auditores externos passaram a emitir relatórios-comentários, em que são descritos os problemas de maior importância constatados durante o decurso normal do serviço de auditoria, e dadas sugestões para solucioná-los.” (ALMEIDA, 1996, p. 397). A seguir, um exemplo de parecer:

Parecer dos auditores independentes.

Aos Acionistas da

Alfa S.A.

(1) Examinamos os balanços patrimoniais de Alfa S.A., levantados em dezembro de 19X2 e de 19X1, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos ...

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e ...

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Alfa S.A. ... referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. (ALMEIDA, 1996, p. 386).

A Análise de Balanço, é outra técnica utilizada pela Contabilidade. Ela consiste em decompor, comparar, interpretar as Demonstrações Contábeis. Dessa forma a Contabilidade pode fornecer aos seus usuários informações mais detalhadas, analíticas com respeito aos componentes do patrimônio da entidade.

## 2.6 A Profissão do Contador

No cenário atual, somente a experiência e o *feeling* do administrador, não são mais os fatores determinantes para a sobrevivência de uma empresa, seja ela pequena, média ou grande. A carga tributária, a falta de recursos, os juros altos, a concorrência, a globalização entre outros tornam cada vez mais difícil a arte de bem administrar o patrimônio. A Contabilidade como já visto anteriormente (o homem na sua atividade de pastoreio), é um grande instrumento que auxilia a administração na

tomada de decisões. É através dos seus relatórios, das suas análises, dos seus comunicados que os administradores se orientam para direcionar a “máquina” empresa no caminho correto do sucesso.

Fora da empresa outros usuários da Contabilidade (investidores, fornecedores de bens e serviços, clientes, instituições financeiras, Governo, sindicatos, etc.) também se orientam através dos produtos da Contabilidade (informações publicadas), para tomarem as suas decisões nas mais diversas atividades.

O Contador (Bacharel em Ciências Contábeis) é o profissional que exerce as funções contábeis dentro da empresa. É o responsável por produzir e gerenciar informações úteis aos mais diversos usuários da Contabilidade. Resumidamente, pode-se constatar que a sua tarefa encontra-se na coleta de dados, registro e processamento de dados, geração e análise de relatórios específicos para cada tipo de usuário.

As áreas de atuação do Contador são as mais diversas: financeira, custos, gerencial, auditoria interna e independente, análise financeira, perícia contábil, consultoria contábil, ensino de contabilidade, pesquisa contábil, fiscal de renda (Federal, Estadual e Municipal), administrativa (diretoria, gerência, assessoria). O Contador, pode atuar também como executivo, investigador de fraude, escritor, conselheiro, avaliador de empresas, parecerista, mediador de arbitragem, etc. (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 42-46).

### **3 A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC**

Nos itens anteriores, comentou-se a respeito das utilidades das informações Contábeis, seus usuários, das formas que elas são apresentadas (Demonstrações, Resumos, Notas, etc.); tendo sido mencionado a Demonstração do Fluxo de Caixa. Pretende-se, agora, dar mais detalhes sobre essa tão importante Demonstração Contábil.

### 3.1 A História

Conforme menciona FALCINI (1992, p. 44).

Nos 500 anos que precederam os anos 30 daquele século (1430 a 1930), o foco central da contabilidade e dos demonstrativos financeiros foi sobre o fluxo de caixa das empresas e por consequência, sobre a geração operacional líquida de fundos de caixa. Nos últimos 50 anos, tem havido uma verdadeira obsessão no enfoque sobre a demonstração contábil de resultados e principalmente sobre o lucro líquido contábil e o consequente lucro por ação.

Isso quer dizer que anteriormente o foco era o regime caixa. A geração atual aprende nas escolas e aplica nos negócios o regime de competência e encontra dificuldades para gerar e utilizar informações de caixa.

Até a metade da década de 90, antes do Plano Real, um dos fatores que mais preocupava os empresários era certamente a alta taxa de inflação. Os profissionais da área contábil estavam ocupados em demonstrar e explicar aos usuários o lucro inflacionário, (realizado e diferido), a correção monetária pela legislação societária, correção integral e tantos outros itens relacionados com a inflação. Por outro lado, os empresários estavam preocupados em saber o quanto tinham em estoque, o quanto tinham vendido, o quanto de dinheiro estava no disponível para o mais rápido possível aplicar e não perder muito com a inflação. Outra forma de se proteger da inflação, era o de adquirir estoques e imobilizado. Hoje, com o Plano Real, a taxa de inflação não passa das duas casas decimais, muito comuns naquela época.

Se por um lado o Plano Real trouxe tranquilidade aos profissionais das áreas contábil e financeira e aos empresários, a abertura da economia brasileira trouxe a concorrência, a competitividade, a busca por manter o seu quinhão no mercado. Pode-se dizer que a economia brasileira ficou com um comportamento bem próximo das economias desenvolvidas, sendo possível aplicar no Brasil boa parte dos princípios aplicados em outros países.

### 3.2 Espaço Para as Informações Sobre o Caixa

A necessidade de se desenvolver demonstrativos de fluxo de caixa decorre do aumento da complexidade das atividades operacionais, o que provoca grandes disparidades entre o período no qual os itens de receitas e despesas são apresentados e o período no qual os correspondentes fluxos de caixa realmente ocorrem; tal complexidade pode provocar também maior variabilidade nos fluxos de caixa. A inflação e modificações estruturais da economia podem desenvolver a necessidade por demonstrativos de fluxo de caixa, visto que essas influências externas à empresa afetam mais rapidamente os fluxos de caixa do que o lucro contábil. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 16-21).

Na visão de Drucker, o crescimento precisa de mais caixa e de mais capital. Se a nova empresa mostra um lucro, este é uma ficção; um lançamento contábil colocado apenas para ajustar as contas. E desde que os impostos são pagos baseados desta ficção, ela cria uma obrigação de caixa e não um superávit. Uma iniciativa em crescimento precisa investir cada centavo do superávit operacional (de caixa) para sobreviver. (DRUCKER, 1985, P. 358).

Apresentam-se aí apenas duas visões a favor do demonstrativo do Caixa, e percebe-se o surgimento cada vez maior de adeptos. Um dos problemas para o lucro perder a credibilidade, reside na legislação tributária, que para saciar sua fome por tributos, constantemente atropela os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Por outro lado, os empresários para se defender das altas taxas tributárias, ou mesmo para sobreviver, contratam advogados especialistas em tributos que se utilizam de meios legais (muitas vezes não tão legais) para pagar menos impostos, conseqüentemente alterando o resultado final.

No mundo dos negócios, o dinheiro é o denominador comum à maioria das transações. É fácil entender de fluxo financeiro do que fluxo contábil. Não ter caixa para pagar os salários do mês traz mais prejuízos à empresa do que ter prejuízo contábil no mês. (CAMPOS FILHO, 1999, p.23).



### 3.3 Regime de Competência Versus Regime de Caixa

No Regime de Competência, um dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a receita é considerada no exercício social em que foi gerada (fato gerador) não importando o seu recebimento. Da mesma forma é o raciocínio para a despesa, isto é, para o exercício social em questão, é considerada a despesa efetivamente incorrida ou consumida, sendo irrelevante o seu pagamento. Essas informações alimentam a Demonstração de Resultado do Exercício que tem por finalidade demonstrar se no período a empresa obteve lucro ou prejuízo.

Por outro lado, o Regime de Caixa leva em consideração o efetivo recebimento da receita e o efetivo pagamento da despesa, isto é, a entrada de dinheiro-ENCAIXE e a saída de dinheiro-DESENCAIXE dentro do exercício. Para o Regime de Caixa não importa se o fato gerador da receita e da despesa pertence ao exercício ou não. Esse regime não é aceito oficialmente por nossa legislação, ele é desenvolvido nas empresas como uma contabilidade auxiliar, e que apresenta valioso instrumento de controle e de decisão. (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p. 122).

### 3.4 Países Que Tornaram a Demonstração do Fluxo de Caixa Obrigatória

Os Estados Unidos discutiram durante 10 anos (1977 a 1987) esse assunto. Com a publicação do FAS 95 (*Financial Accounting Standard*) em 1987, definindo o modelo e os critérios, a DFC tornou-se obrigatória. No Reino Unido, tal obrigatoriedade tornou-se após a publicação do FRS 01 (*Financial Reporting Standard*). Outros países estão em fase de estudos ou dependendo de legislação. (CAMPOS FILHO, 1999, p.23).

No Brasil, conforme já foi mencionado no item 2.1, existe um anteprojeto de reformulação da Lei 6.404/76. No seu item 11, referente à Exposição Justificativa, lê-se o seguinte:

#### 11. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (art.188, I):

Conforme já comentado, o anteprojeto propõe a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Ao contrário do seu correspondente atual, o novo art. 188 não estabelece um modelo para essa demonstração, nem estabelece de que forma ela deverá ser elaborada. Existem dois

grandes métodos reconhecidos internacionalmente: o método direto (em que a demonstração é elaborada a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) e o método indireto (em que a demonstração é obtida a partir do lucro/prejuízo do exercício). O anteprojeto requer apenas, também em linha com as práticas internacionais, que essa demonstração seja segregada em três tipos de fluxos de caixa: os fluxos das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimentos. Dessa forma, através de norma específica, os órgãos reguladores poderão estabelecer o modelo de DFC que julgarem melhor atender às necessidades dos seus usuários.

(ANTEPROJETO DE REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 6.404/76)

Nesse mesmo documento é apresentada uma tabela comparando a atual Lei 6.404/76 e a proposta de mudança. No que se refere a DFC, foi colocado na tabela abaixo:

**ANTEPROJETO DE LEI Nº /99**  
**QUADRO COMPARATIVO**

(Artigos 1º e 2º)

<b>Lei nº 6.404/76</b>	<b>Anteprojeto CVM</b>
<b>CAPÍTULO XV</b>	<b>CAPÍTULO XV</b>
<b>EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>
<b>Seção II</b>	<b>Seção II</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>Demonstrações Contábeis</b>
<b>Disposições Gerais</b>	<b>Disposições Gerais</b>
Art. 176 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:	Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria da companhia fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes <b>demonstrações contábeis</b> , que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial <b>e financeira</b> e as mutações ocorridas no exercício:
I - balanço patrimonial;	I - balanço patrimonial;
II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;	II - <b>demonstração das mutações do patrimônio líquido;</b>
III - demonstração do resultado do exercício;	III - demonstração do resultado do exercício;
IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.	<b>IV - demonstração dos fluxos de caixa; e</b>
	<b>V - demonstração do valor adicionado.</b>
<b>Seção VI</b>	<b>Seção VI</b>
<b>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos</b>	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado</b>
Art. 188 - A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:	Art. 188. <b>As demonstrações referidas nos incisos IV e V do artigo 176 indicarão, no mínimo:</b>
I) as origens dos recursos, agrupadas em: a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros; b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital; c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.	<b>I) a demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos; e</b>

Tabela 1

### 3.5 A Demonstração

A Demonstração de Fluxo de Caixa, é o conjunto de ingressos (encaixes) e desembolsos (desencaixes) financeiros da empresa em determinado período.

Procura-se dessa forma analisar todo o fluxo de cada unidade monetária dentro da empresa.

A DFC tem por objetivo:

- § avaliar a habilidade da empresa em gerar fluxo de caixa positivo, quitar dívidas, pagar dividendos e avaliar as necessidades de financiamentos externos;
- § verificar a razão das diferenças entre o Lucro Líquido associado a recebimentos e pagamentos;
- § medir a geração de caixa dentre as diversas atividades: operacionais, investimento e financiamento durante um período contábil;
- § analisar alternativas de investimento e avaliar a situação presente e futura do caixa, atentando a questão da insolvência.

A definição de caixa no sentido empresarial significa o ativo mais líquido disponível na empresa, encontrado em espécie na empresa, nos bancos e no mercado financeiro de curtíssimo prazo.

O demonstrativo de fluxo de caixa representa uma série de pagamentos ou de recebimentos que se estima ocorrer em determinado intervalo de tempo. Este na realidade é o principal objetivo do fluxo de caixa (AFONSO 1999, p. 6).

Esse tipo de demonstração é recente, e está cada vez mais, sendo popularizado entre vários países. Por ser recente, está ocorrendo divergência de metodologia na elaboração do fluxo entre os países que o utilizam. Aqui no Brasil, conforme citado no item 3.4, só existe um anteprojeto tramitando no Congresso Nacional determinando a substituição da DOAR pela DFC. Porém, ainda não é oficial. Alguns setores, por exemplo, o Elétrico (setor que abrange a empresa em estudo), já se adiantaram e determinam algumas regras para a DFC. O (Anexo VII), contém o material extraído do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em todo o caso, a DFC está se difundindo cada vez mais nas empresas.

### 3.5.1 Características

Para melhor compreender o fluxo de caixa é necessário que se tenha uma visão transparente e objetiva do demonstrativo para posterior tomada de decisão por parte da direção da empresa ou para melhor entendimento do usuário.

Os principais requisitos para elaboração do demonstrativo de fluxo de caixa, são:

- § evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento;
- § evidenciar separadamente, em notas explicativas que façam referência ao fluxo de caixa, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactou diretamente de fluxos de caixa do período;
- § reconciliar o resultado líquido com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

### 3.5.2 Abordagem tática e estratégica do fluxo de caixa

#### Abordagem tática

Referencia esta abordagem ao fluxo de caixa como sendo um instrumento de utilidade restrita e de acompanhamento. A empresa quando discute a situação do caixa e analisa alternativas para postergar pagamentos e antecipar entradas, está caminhando na direção das decisões táticas. É importante salientar que esta abordagem é adequada e necessária, embora não seja a única e nem mesmo a mais importante.

#### Abordagem Estratégica

É aquela que afeta os negócios da empresa tanto no curto prazo, quanto no longo prazo. Cita-se como exemplo uma empresa que esteja ligada a novos projetos de investimentos. Nesse sentido, se existe uma definição clara quanto ao financiamento de suas operações, tal empresa só decide se, e quando comprar o

terreno para o novo projeto, quando percebe que há sobra de caixa existente. Nesse exemplo a disponibilidade de liquidez afetou o processo de tomada de decisão.

### 3.5.3 Questão da disponibilidade

Para a elaboração do fluxo de caixa é necessário compreender que o disponível aqui tem um significado mais amplo, ou seja, além do dinheiro em caixa propriamente dito, também considera os equivalentes-caixa. Os equivalentes-caixa na realidade são os investimentos de altíssima liquidez, com risco insignificante.

A lei determina que:

Art. 178 – No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º - No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em .....

Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo.

I – no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte:

(Lei 6.404/76)

“A intitulação *Disponibilidades*, dada pela Lei 6.404, é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em mãos e em trânsito e que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da empresa e para os quais não haja restrições para uso imediato.” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 1995, p. 116).

### **3.5.4 Métodos de elaboração do fluxo de caixa**

O demonstrativo de fluxo de caixa apresenta dois métodos para sua elaboração, como segue abaixo:

#### Método Direto

Esta forma de apresentação começa-se pelo recebimento e não com base no lucro líquido. Assim sendo o método direto explica as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados.

#### Método Indireto

Já neste método, parte-se do lucro líquido para, após os ajustes necessários, chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas, no período, pelas operações registradas na demonstração de resultado. Portanto este método faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

A diferença entre os métodos direto e indireto está apenas na apresentação do fluxo das atividades geradas pelas operações.

O fluxo de caixa deve ser finalizado com a explicação da variação do saldo de disponibilidades. Cabe ressaltar que a DFC, como qualquer outro relatório financeiro, não deve ser analisado separadamente das outras demonstrações.

### **3.5.5 Classificação das movimentações de caixa por atividade**

Na DFC os recursos são evidenciados pelas suas movimentações de caixa por grupo de atividades, ou seja, a classificação dos pagamentos e recebimentos de caixa relaciona-se, normalmente, com a natureza da transação que lhe dá origem.

Conforme HENDRIKSEN e BREDA (1999, p. 178), numa Demonstração de Fluxo de Caixa completo de informações deveria conter os seguintes aspectos:

- § Fluxos de caixa relacionados às operações básicas correntes da empresa.

- § fluxos de caixa regulares e eventuais, não relacionados às operações correntes, mas resultantes de eventos inesperados ou do desejo de manter um bom ambiente operacional para a empresa no futuro.
- § Fluxos de caixa necessários para ampliar as instalações operacionais e os estoques, ou obtidos com sua venda quando não são mais necessários para as operações futuras.
- § Caixa obtido de credores e acionistas, ou pagos a eles, como parte do financiamento da empresa.
- § Pagamento de juros e dividendos a investidores com direitos prioritários, tais como acionistas preferenciais.

### **3.5.6 Atividades que interferem no fluxo de caixa**

Atividades Operacionais - A atividade operacional tem como característica a movimentação do caixa em decorrência da própria natureza de operações da organização, visando a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não estejam relacionados em investimento e financiamento. Por exemplo, a compra de matéria-prima, o pagamento de fornecedores.

Atividades de Investimento - A movimentação de caixa realizado com o objetivo de gerar receitas futuras é a característica da atividade de investimento. Normalmente se relacionam ao aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a organização utiliza para produzir bens e serviços. Por exemplo, a aquisição de um terreno, de máquinas para elaboração de outros produtos.

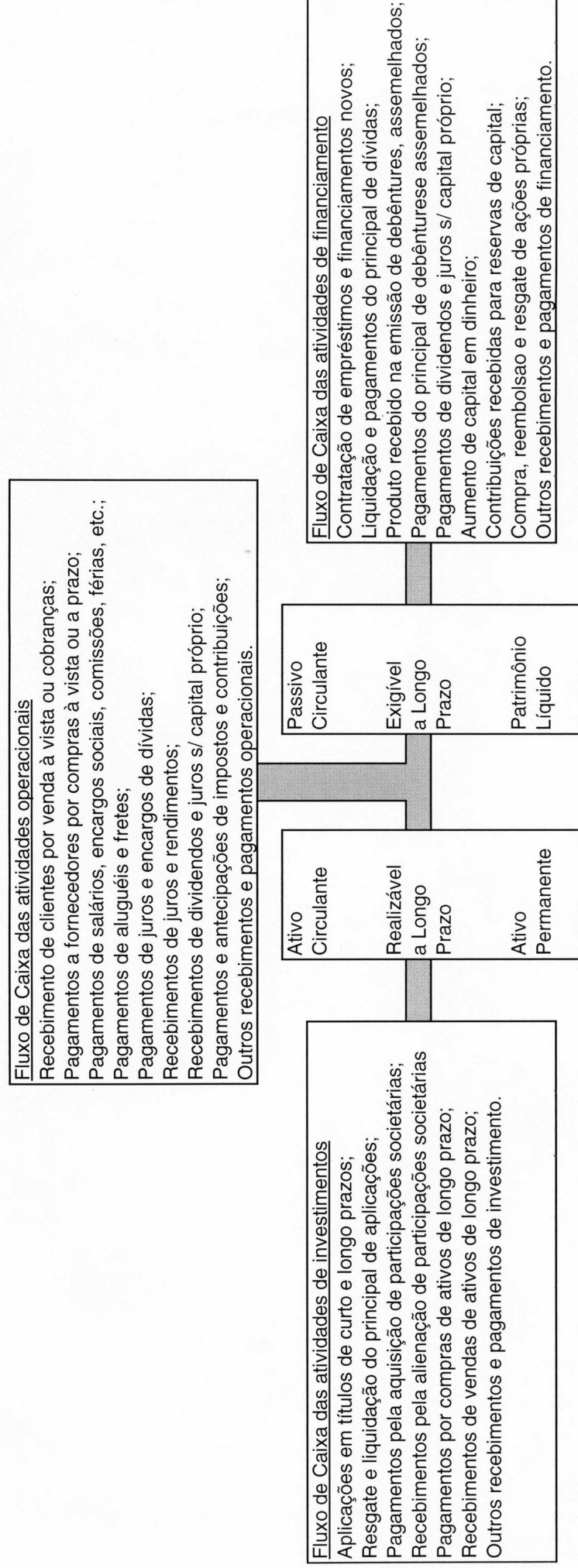
Atividades de Financiamento - Esta atividade tem como característica a relação dos empréstimos de credores e investidores à entidade. Inclui a obtenção ou liquidação de empréstimos de terceiros, também dos recursos dos donos da empresa e seu posterior pagamento.

Atividades de Investimento e Financiamento sem Efeito no Caixa - Esta transação ocorre quando há uma movimentação no ativo e no passivo sem afetar o caixa. Devem ser evidenciadas por notas explicativas. Por exemplo, a aquisição de imobilizado através de contrato de arrendamento mercantil.



### 3.5.7 Classificação das transações que envolvem o caixa por atividades

A tabela seguinte apresenta resumidamente as transações que envolvem o caixa segregando-as por atividades:



Fonte: Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA Nº 25 - 2001 p.9

Tabela 2

### **Capítulo III - A EMPRESA**

A seguir, é apresentada uma breve descrição da empresa escolhida para o Estudo de Caso. Os dados foram retirados do seu Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis de 2004, e da Escritura de Constituição da empresa.

A Copel Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, destinada a:

- a) pesquisar, conceber, planejar, construir, explorar, operar e manter sistemas de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV;
- b) coordenar atividades para expansão, acesso e uso das instalações de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV;
- c) prestar serviços em suas áreas de especialização, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Detém concessão para transmissão de energia elétrica até o ano de 2015.

A empresa opera parte do sistema interligado nacional, localizado na região sul do país, para o Operador Nacional do Sistema - ONS. Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel Transmissão S.A. firmou contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia – Copel.

A Companhia tem sede e for na Rua Padre Agostinho, 2600, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. A sua escritura de constituição, deu-se no dia 20 de março de 2001, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 751.988.603,00 (setecentos e cinquenta e um milhões, novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e três reais), representados por 751.988.603 (setecentos e cinquenta e um milhões, novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e três) ações ordinárias sem valor nominal. A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Nos quadros abaixo, figuram a posição em dezembro de 2004 da extensão da rede de Transmissão, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações de transmissão:

<b>Linhas de Transmissão</b>	<b>km</b>
69 kV	1.137,2
88 kV	58,2
138 kV	4.063,9
230 kV	1.575,7
525 kV	161,3
<b>TOTAL</b>	<b>6.996,3</b>

Tabela 3

<b>Subestações</b>	<b>Nº</b>	<b>Automatizadas</b>	<b>MVA</b>
69 kV	31	31	1.912,0
88 kV	-	-	5,0
138 kV	68	68	4.725,6
230 kV	22	22	6.843,0
525 kV	4	4	1.600,0
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>15.085,6</b>

Tabela 4

## COPEL TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

	2004	2003	Δ %
<b>Financeiros - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional	369,6	289,8	27,5
Receita Operacional Líquida	347,5	268,2	29,6
EBITDA ou LAJIDA	224,8	173,8	29,3
Lucro Líquido	147,5	121,5	21,4
Patrimônio Líquido	835,2	773,1	8,0
<b>Indicadores Econômico-financeiros</b>			
Liquidez Corrente ( índice )	0,63	0,92	(31,5)
Margem operacional líquida ( % )	54,17	51,74	4,7
Rentabilidade do patrimônio líquido ( % )	21,46	18,65	15,1
Lucro por lote de mil ações - R\$	196,21	161,60	21,4
Endividamento do patrimônio líquido ( % )	14,86	18,77	(20,8)
- Em moeda nacional ( % )	7,19	8,72	(17,5)
- Em moeda estrangeira ( % )	7,67	10,05	(23,7)
<b>Atendimento</b>			
Empregados	835	772	8,2
Número de municípios atendidos	393	393	-
<b>Mercado</b>			
Área de concessão (km <sup>2</sup> )	194.854	194.854	-
<b>Operacionais</b>			
Subestações	125	124	0,8
Linhas de transmissão (km)	6.996	6.977	0,3

Tabela 5

## Capítulo IV - ESTUDO DE CASO

O próximo passo será detalhar, explicar e comentar, sobre os valores que compõem a coluna 2004 da Demonstração do Fluxo de Caixa da Copel Transmissão S.A. (Anexo I), publicada em 31 de dezembro de 2004, (Anexo VIII).

Tomando-se por base o Balanço Patrimonial – BP, a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (Anexo II) e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR (Anexo III), da empresa em 31 de dezembro de 2004. Demonstram-se os valores que afetaram o caixa, com o auxílio do Resumo-SOC (Anexo IV) e das Mutações Contábeis (Anexo V) das rubricas de longo prazo, de tal forma que, comparando os saldos das contas de curto prazo, devidamente ajustados pelas transferências de longo prazo para o circulante, obtém-se a variação do saldo do caixa através da contribuição positiva ou negativa que cada uma das rubricas tenha dado para tal variação. Para facilitar o entendimento, foram criadas as tabelas 8 e 9.

A tabela 8, Mutações do Ativo e do Passivo, tem a finalidade de demonstrar as variações de 2003 para 2004 em cada conta do BP. Ao lado deste, colocaram-se as mutações daquelas contas em que a simples variação não afetou diretamente o caixa, tiveram movimentos entre outras contas do BP. Os Anexos III, IV e V auxiliaram nessa tarefa. Cada conta do BP recebeu um número, sendo que as do Ativo foram numeradas de 1 a 13 e as do Passivo de 1 a 14, essa numeração vai ter a sua relação com as linhas da tabela 9. O indicativo “FCnº” na tabela 8, informa a linha da DFC-2004 (tabela 9) a que corresponde, por exemplo, “FC8” informa que o valor está na linha 8 (Concessionárias) da DFC-2004. Alguns valores foram arredondados em uma unidade, para fechar com os dados do BP.

A tabela 9, Demonstração do Fluxo de Caixa-2004, ou simplesmente DFC-2004, apresenta apenas os valores do ano de 2004. Suas linhas foram numeradas de 1 a 26, para melhor identificar os valores que correspondem com a tabela 8, conforme mencionado no parágrafo anterior. Ao lado dos valores da tabela 9, foram colocados os indicativos “Anº” ou “Pnº”, a intenção foi identificar a qual linha do Ativo

“A” ou Passivo “P” da tabela 8 que o valor se relaciona. Por exemplo, “A13” indica que o valor veio da tabela 8, linha 13 do Ativo, isto é, Imobilizado.

Por estarem as Demonstrações Contábeis da Copel Transmissão S.A. expressas em milhares de reais, os números serão apresentados simplesmente com o símbolo de R\$.

Para melhor compreensão dos valores das contas do Ativo e Passivo que afetaram o Caixa, foi necessário criar a tabela 6:

Considerando os valores que afetaram o caixa, após o ajuste do saldo anterior.

Contas do	Ano 0 para Ano 1	Efeito no Caixa	Significado
Ativo	Saldo Aumentou	NEGATIVO	Ocorreu um investimento nesse Ativo, uma saída de caixa.
Ativo	Saldo Diminuiu	POSITIVO	Ocorreu um ingresso ou uma não saída de caixa.
Passivo	Saldo Aumentou	POSITIVO	Terceiros estão financiando a empresa, um ingresso ou uma não saída de caixa.
Passivo	Saldo Diminuiu	NEGATIVO	Ocorreu um pagamento de dívida, saída de caixa.

Tabela 6

Quando uma conta do Ativo ou Passivo teve sua contrapartida no Resultado, Receita ou Despesa, a tabela 7 vai auxiliar quanto ao ajuste a ser efetuado no Resultado do Exercício (Lucro ou Prejuízo).

Considerando os valores que não afetaram o caixa e foram para o Resultado

Contas do Ativo ou Passivo	Versus	Contas de Resultado(Desp,Rec)	Ajuste no Resultado Lucro ou Prejuízo
Débito	X	Cédito	Subtrair
Cédito	X	Débito	Adicionar

Tabela 7

Analisando a conta Disponibilidades no BP, observa-se que a sua variação de 2003 para 2004 foi positiva em R\$ 4.842. A tarefa é explicar de onde veio a referida variação.

De posse das tabelas 8 e 9, iniciou-se o detalhamento da DFC-2004.

## ATIVIDADES OPERACIONAIS

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>147.544</b>
-----------------------------------	----------------

Como a empresa adota o modelo de Fluxo de Caixa pelo Método Indireto, a primeira conta a compor a DFC é o Lucro do Exercício, considera-se dessa forma que todo o lucro foi para o Disponível. O passo seguinte é expurgar as despesas e receitas que não transitaram por esta conta.

### **Despesas (receitas) que não afetam o caixa:**

1 Depreciação e amortização	36.546
-----------------------------	--------

A Depreciação e amortização contabilizada a débito na despesa, tiveram sua contrapartida a crédito no Ativo Permanente – Em serviço – Depreciação e amortização acumulada (A13). Como esse valor não afetou o caixa e diminuiu o Resultado do Exercício, adiciona-se ao Lucro.

2 Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)
--	---------

As Variações monetárias de longo prazo – líquidas que resultaram em R\$ 2.108 a crédito no resultado, tiveram suas contrapartidas no:

- a) Ativo Realizável a Longo Prazo – Outros créditos - Cauções, no valor de R\$ 180 a crédito;
- b) Passivo Exigível a Longo Prazo – Moeda nacional no valor de R\$ 1.294 a crédito (P9); e
- c) Passivo Exigível a Longo Prazo – Moeda estrangeira R\$ 3.583 a débito (P9).

O valor líquido de R\$ 2.108, está sendo subtraído do Lucro, porque representa uma Receita que não afetou o caixa. O critério é o mesmo para as demais contas de ajuste do Lucro Líquido. Para não alterar o valor do balanço está sendo considerado uma unidade de arredondamento.

3 Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.305
--	-------

A contrapartida dos tributos acima no valor de R\$ 4.305 a débito no resultado, teve a sua contrapartida no:

- a) Ativo Realizável a Longo Prazo – Impostos e contribuições sociais, no valor de R\$ 2.216 a débito (A8); e
- b) Passivo Exigível a Longo Prazo – Impostos e contribuições sociais, no valor de R\$ 6.521 a crédito (P11).

4 Provisões no exigível a longo prazo	32.296
---------------------------------------	--------

As provisões de R\$ 32.296 a débito na despesa, ocorreram nas seguintes contas do Exigível a Longo prazo:

- a) Benefício pós-emprego, no valor de R\$ 20.936 a crédito (P10);
- b) Provisões para contingências com Pessoal, no valor de R\$ 9.636 a crédito (P12);
- c) Provisões para contingências Outras, no valor de R\$ 224 a crédito (P12); e
- d) Provisões para contingências IOF Mútuo, no valor de R\$ 1.500 a crédito (P12).

5 Baixas de realizáveis a longo prazo	351
---------------------------------------	-----

As baixas resultantes de R\$ 351 a débito na despesa, corresponderam a um crédito no Ativo Realizável a Longo Prazo – Depósitos judiciais. (A9)

6 Baixas de investimentos	16
---------------------------	----

As baixas resultantes de R\$ 16 a débito na despesa, tiveram as suas contrapartidas no Ativo Permanente - Investimentos – Bens e direitos para uso futuro (A12).

7 Baixas de imobilizados em serviço - líquidas	882
--	-----

A despesa líquida de R\$ 882 a débito teve sua contrapartida nas seguintes contas do Ativo Permanente Imobilizado (A13):

- a) Custo, no valor de R\$ 2.519 a crédito; e
- b) Depreciação, no valor de R\$ 1.637 a débito.



<b>Total das Despesas (receitas) que não afetaram o caixa</b>	<b>72.288</b>
---	---------------

<b>Total do movimento do Caixa após o ajuste das despesas e receitas</b>	<b>219.832</b>
--	----------------

O valor de R\$ 219.832, é o total de entradas no caixa originado pelo Lucro do Exercício de 2004 (R\$ 147.544).

O passo seguinte é identificar as variações nos grupos do Balanço Patrimonial. Começando pelo Ativo Circulante, exceto a conta Disponibilidades, pois é nesta variação que se pretende chegar.

Se a variação de 2003 para 2004 foi positiva no Ativo, o efeito no caixa será NEGATIVO, isso significa um investimento nesse Ativo, uma saída de caixa. Portanto, o valor será negativo na DFC. Por outro lado, se a variação foi negativa, isto é, o saldo de 2003 para 2004 diminuiu, o efeito no caixa será POSITIVO, significando um ingresso ou uma não saída de caixa. Essa análise deve ser feita após o ajuste do saldo anterior, isto é, considerando apenas o valor que afetou o caixa. Novamente a tabela 8 vai auxiliar nessa tarefa.

#### **Variações no ativo circulante**

8 Concessionárias	(6.475)
-------------------	---------

9 Serviços executados para terceiros	(67)
--------------------------------------	------

10 Serviços em curso	(1.419)
----------------------	---------

Como foi dito no parágrafo anterior, os valores acima estão subtraídos da DFC, porque a variação do saldo de 2003 para 2004 foi positiva nessas contas (A2, A3 e A4), significando portanto, uma saída de caixa ou investimento.

11 Impostos e contribuições sociais a compensar	21.195
---	--------

Através do quadro de mutações (tabela 8), observa-se que esta conta no Balanço (A5) teve uma variação negativa de R\$ 6.655. Porém, R\$ 14.540 foi um acréscimo ocorrido pela simples transferência do grupo Realizável a Longo Prazo.

Portanto, ocorreu uma variação negativa no Balanço no valor de R\$ 21.195, conseqüentemente efeito positivo no caixa, justificando a adição desse valor na DFC. Nesse caso ocorreu um ingresso ou não saída de caixa, mais provável a segunda opção.

12 Almoxarifado	(1.908)
-----------------	---------

13 Outros créditos	(421)
--------------------	-------

Novamente uma variação positiva de saldo refletindo um efeito NEGATIVO no caixa.

<b>Total das Variações no ativo circulante</b>	<b>10.905</b>
--	---------------

Pelas transações ocorridas no Ativo Circulante, exceto a conta do Disponível, o efeito no caixa foi positivo em R\$ 10.905.

O próximo passo será analisar as variações do Passivo Circulante.

Se a variação de 2003 para 2004 foi positiva no Passivo, o efeito no caixa será POSITIVO, isso significa que terceiros estão financiando a empresa, um ingresso ou uma não saída de caixa. Portanto, o valor será positivo na DFC. Por outro lado, se a variação foi negativa, isto é, o saldo de 2003 para 2004 diminuiu, o efeito no caixa será NEGATIVO, significando que ocorreu o pagamento de uma dívida, saída de caixa. Essa análise deve ser feita após o ajuste do saldo anterior, isto é, considerando apenas o valor que efetivamente afetou o caixa. Novamente a tabela 8 representa grande auxílio nessa tarefa.

#### **Variações no passivo circulante**

14 Fornecedores	3.081
-----------------	-------

15 Impostos e contribuições sociais	3.029
-------------------------------------	-------

16 Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.555
--	-------

Variação positiva de saldo de 2003 para 2004 nas contas, conforme demonstra o Balanço Patrimonial (P2, P3 e P5) , visto que estas contas não tiveram mutações entre as demais contas do Balanço.

17 Benefícios pós-emprego	(20.765)
---------------------------	----------

Através do quadro de mutações, observa-se que esta conta (P6) no Balanço teve uma variação positiva de R\$ 1.963. Porém, R\$ 22.728 foi um acréscimo ocorrido pela simples transferência do grupo Exigível a Longo Prazo. Portanto, ocorreu uma variação negativa no Balanço no valor de R\$ 20.765, conseqüentemente uma saída de caixa no mesmo valor.

18 Taxas regulamentares	1.046
-------------------------	-------

19 Outras contas a pagar	(1.519)
--------------------------	---------

Novamente, pela simples variação de 2003 para 2004 nas contas acima, conforme demonstra o Balanço Patrimonial (P7 e P8), visto que estas contas não tiveram mutações entre as demais contas do Balanço. Taxas regulamentares aumentou no Balanço e Outras contas a pagar diminuiu; representou então, respectivamente uma não saída e uma saída de caixa.

As contas de Empréstimos e financiamentos e Dividendos que estão no Passivo Circulante, serão demonstradas nesse Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamento

<b>Total das Variações no passivo circulante</b>	<b>(13.573)</b>
--	-----------------

A empresa pagou dividas de curto prazo, num total de R\$ 13.573.

O próximo grupo a ser decomposto será o Realizável a Longo prazo. O critério para análise da variação desse grupo, é o mesmo do Ativo Circulante.

#### **Aplicações no realizável a longo prazo**

20 Impostos e contribuições sociais a compensar	(8.345)
---	---------

21 Depósitos judiciais	(4.398)
------------------------	---------

Através do quadro de mutações, constata-se que essas contas no Balanço (A8 e A9), tiveram uma variação de saldo negativa de R\$ 3.980 e positiva de R\$ 4.046, respectivamente.

A primeira, teve uma movimentação negativa de R\$ 14.541 que foi pela transferência para o grupo do Ativo Circulante e outra movimentação positiva de R\$ 2.216 pela contrapartida no Resultado. Restou então uma movimentação final positiva de R\$ 8.345 que refletiu numa saída de caixa nesse valor.

A segunda conta, ocorreu uma movimentação negativa de R\$ 352 com contrapartida no Resultado e outra positiva de R\$ 4.398 que refletiu também, como na conta anterior, numa saída de Caixa.

22 Controladas e coligadas	(60.294)
----------------------------	----------

O acréscimo nessa conta (A10) do Realizável a Longo Prazo reflete numa saída de caixa.

23 Ativo Regulatório PIS e COFINS	(19.179)
-----------------------------------	----------

A referida conta do Fluxo de caixa, está inserida na conta Outros créditos do Balanço Patrimonial (A11), com uma variação positiva no saldo de R\$ 19.000. Observando as mutações dessa, observa-se que a movimentação negativa de R\$ 180 pertence à sub-conta Cauções e teve sua contrapartida no Resultado. A outra movimentação positiva de R\$ 1 pertence à sub-conta Bens para alienação e ocorreu pela transferência do grupo Ativo Permanente Imobilizado. Finalmente a variação positiva de R\$ 19.179 foi a que resultou numa saída de caixa.

<b>Total das Aplicações no realizável a longo prazo</b>	<b>(92.216)</b>
---	-----------------

Neste momento, finalizam-se as Atividades Operacionais. Fazendo um resumo tem-se:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>147.544</b>
-----------------------------------	----------------

Total das Despesas (receitas) que não afetaram o caixa	72.288
--	--------

Total das Variações no ativo circulante	10.905
---	--------

Total das Variações no passivo circulante	(13.573)
---	----------

Total das Aplicações no realizável a longo prazo	(92.216)
--	----------

<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>124.948</b>
--	----------------

O resultado acima é de suma importância para a empresa, ele está indicando que as Atividades Operacionais, isto é, aquelas transações que fazem parte do objetivo social da Copel Transmissão S.A., estão gerando um fluxo positivo de R\$ 124.948 e será suporte para as Atividades de Investimentos, pagar dividendos, amortizar empréstimos e manter a capacidade operacional da empresa.

O Passo seguinte será a análise das Atividades de Investimento.

## **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

### **Aplicações no imobilizado**

24 Aplicações no imobilizado	(88.544)
------------------------------	----------

Observando o Ativo Permanente Imobilizado (A13), verifica-se uma variação positiva no saldo de R\$ 48.483 no período 2003 para 2004. O quadro de mutações indica que deste total, R\$ 88.544 foram adições nessa conta, com efeito negativo no caixa. R\$ 40.061 foram transferências ou baixas que envolveram as demais contas patrimoniais e contas de resultado (R\$ 2.632 Reversão de contingências – Baixa do Exigível a Longo Prazo, R\$ 1 Transferência para a conta de Bens destinados à alienação no Realizável a Longo Prazo, R\$ 2.519 Baixa do Imobilizado em Serviço para o Resultado, R\$ 1.637 Baixa da Depreciação para o Resultado, R\$ 36.546 Adição referente à quota de Depreciação, também com reflexo no Resultado).

<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(88.544)</b>
---	-----------------

O valor acima informa o quanto a empresa aplicou na atividade de investimento, mais precisamente no Ativo Imobilizado em curso (principalmente em obras de linhas de transmissão e subestações) com reflexo diretamente no caixa.

**ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

25 Empréstimos e financiamento	(18.742)
--------------------------------	----------

O quadro de mutações informa que da variação negativa de R\$ 963 no período 2003 a 2004, da conta Empréstimos e financiamentos (P1) do Passivo Circulante, R\$ 18.742 foi saída do caixa para pagamento de empréstimos e financiamentos obtidos pela Copel Transmissão. R\$ 17.779 foram as transferências vindas do Longo Prazo.

26 Dividendos	(12.820)
---------------	----------

O saldo da conta Dividendos (P4) do Passivo Circulante variou para menos em R\$ 72.650. Porém, R\$ 85.470 foram adições referente ao lucro obtido em 2004 pela empresa, portanto um reflexo no Patrimônio Líquido. A diferença de R\$ 12.820 foi o efeito negativo no caixa originado pelo pagamento de dividendos para a sua controladora Copel S.A..

<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>(31.562)</b>
--	-----------------

Finalmente chega-se ao resultado do efeito no caixa. Abaixo está apresentado resumidamente o quanto cada atividade contribuiu para o referido efeito:

<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>124.948</b>
--	----------------

<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(88.544)</b>
---	-----------------

<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>(31.562)</b>
--	-----------------

<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>4.842</b>
-----------------------------------	--------------

Reconciliando a Conta Disponibilidade no Balanço Patrimonial:

Saldo Inicial	68.263
---------------	--------

Saldo Final	73.105
-------------	--------

Variação	4.842
----------	-------

## MUTAÇÕES DO ATIVO E DO PASSIVO

MUTAÇÕES DO ATIVO		MUTAÇÕES DO PASSIVO E PL	
	Varição		Varição
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
5 Imp. e contrib. sociais a comp.	(6.655)	15.743	
Saldo em 2003		14.540	
Transf. do R.L.P. (ICMS a recup.)		30.283	
Saldo em 2003 Ajustado		9.088	
Saldo em 2004		21.195 FC11	
Efeito positivo no caixa		(6.655)	
<b>Total do movimento</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>Realizável a Longo Prazo</b>	
8 Imp. e contrib. sociais	(3.980)	40.749	
Saldo em 2003		(14.541)	
Transf. p/ o A.C. (ICMS a recup.)		2.216 FC3a	
Adições X Resultado (Rec)		28.424	
Saldo em 2003 Ajustado		36.769	
Saldo em 2004		(8.345) FC20	
Efeito negativo no caixa		(3.980)	
<b>Total do movimento</b>			
<b>9 Depósitos judiciais</b>		<b>9 Depósitos judiciais</b>	
Saldo em 2003	4.046	8.853	
Baixa X Resultado (Desp)		(352) FC5	
Saldo em 2003 Ajustado		8.501	
Saldo em 2004		12.899	
Efeito negativo no caixa		(4.398) FC21	
<b>Total do movimento</b>		4.046	
<b>11 Outros créditos</b>		<b>11 Outros créditos</b>	
Saldo em 2003	19.000	5.874	
Atualiz. Monet. (Cauções) X Resultado (Desp)		(180) FC2a	
Adições (Bens p/ alien.) X A.P.		1	
Saldo em 2003 Ajustado		5.695	
Saldo em 2004		24.874	
Efeito negativo no caixa		(19.179) FC23	
<b>Total do movimento</b>		19.000	
<b>Permanente</b>		<b>Permanente</b>	
13 Imobilizado	48.483	947.071	
Saldo em 2003		(1)	
Baixa (Em serv.-Custo) X RLP		(2.519) FC7	
Baixa (Em serv.-Custo) X Resultado (Desp)		1.637 FC7	
Baixa (Em serv.-Deprec.) X Resultado (Rec)		(36.546) FC1	
Adição (Em serv.-Deprec. quota) X Resultado (Desp)		(2.632)	
Reversão (Em curso-Prev.Conting.) X E.L.P.		907.010	
Saldo em 2003 Ajustado		995.554	
Saldo em 2004		(88.544) FC24	
Efeito negativo no caixa		48.483	
<b>Total do movimento</b>			
<b>MUTAÇÕES DO PASSIVO E PL</b>		<b>MUTAÇÕES DO PASSIVO E PL</b>	
	Varição		Varição
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
1 Emp. e financiamentos	(963)	19.370	
Moeda Nac. + Moeda Estrang.		17.779	
Saldo em 2003		37.149	
Transferência do E.L.P.			
Saldo em 2003 Ajustado			

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2004	2003	
<b>Varição</b>			
4.842	73.105	68.263	Circulante
6.475	42.938	36.463	1 Disponibilidades
67	95	28	2 Concessionárias
1.419	3.044	1.625	3 Serv. Execut. p/ terceiros
(6.655)	9.088	15.743	4 Serviços em curso
1.908	9.485	7.577	5 Imp. e contrib. sociais a comp.
421	4.037	3.616	6 Almoxtarifado
8.477	141.792	133.315	7 Outros créditos
			<b>Realizável a Longo Prazo</b>
(3.980)	36.769	40.749	8 Imp. e contrib. sociais
4.046	12.899	8.853	9 Depósitos judiciais
60.295	80.448	20.153	10 Coligadas e controladas
19.000	24.874	5.874	11 Outros créditos
79.361	154.990	75.629	<b>Permanente</b>
(16)	2.257	2.273	12 Investimentos
26.933	888.026	861.093	13 Imobilizado
21.550	114.668	93.118	Em serviço
			Em curso
48.483	(7.140)	(7.140)	(-) Obrigações especiais
48.467	995.554	947.071	
	997.811	949.344	
136.305	1.294.593	1.158.288	<b>Total do Ativo</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Varição	2004	2003
Saldo em 2003			
Transferência do E.L.P			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito negativo no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
4 Dividendos			
Saldo em 2003			
Transf. do P.L (Reserva de lucros)			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito negativo no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
6 Benefício pós-emprego			
Saldo em 2003			
Transf. do E.L.P			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito negativo no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
9 Emp. e financiamentos			
Moeda Nac. + Moeda Estrang.			
Saldo em 2003			
Transf. para o P.C			
Atualiz. Monet. MN X Resultado (Desp)			
Atualiz. Monet. ME X Resultado (Rec)			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
10 Benefício pós-emprego			
Saldo em 2003			
Transferência para o Passivo Circulante			
Adições X Resultado (Desp. Pessoal)			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
12 Prov. para contingências			
Saldo em 2003			
Adições X Resultado (Desp. Pessoal)			
Adições X Resultado (Desp. Outras-Prov.)			
Adições X Resultado (Desp. Financ.-IOF Mútuo)			
Reversão contingência X A.P			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
<b>Patrimônio Líquido</b>			
14 Reservas de lucros			
Saldo em 2003			
Adições X Resultado do Exercício			
Transf. para o P.C (Dividendos)			
Saldo em 2003 Ajustado			
Saldo em 2004			
Efeito no caixa			
<b>Total do movimento</b>			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
9 Emp. e financiamentos			
10 Benefício pós-emprego			
11 Imp. e contrib. sociais			
12 Prov. para contingências			
<b>Patrimônio Líquido</b>			
13 Capital social			
14 Reservas de lucros			
<b>Total do Passivo e do P.L</b>			



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004			DEZ 2004
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício			<b>147.544</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>			
1	Depreciação e amortização	36.546	A13
2	Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	
	2a - Cauções (RLP)	181	A11
	2b - Empréstimos e Financiamentos - MN (ELP)	1.294	P9
	2c - Empréstimos e Financiamentos - ME (ELP)	(3.583)	P9
3	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.305	
	3a - Adições em Prov. p/ Créditos Fiscais IR e CSLL Diferidos (RLP)	(2.216)	A8
	3b - Adições no IR e CSLL Diferidos (ELP)	6.521	P11
4	Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	32.296	
	4a - Benefício pós_emprego	20.937	P10
	4b - Contingências trabalhistas	9.635	P12
	4c - Cíveis / vara da Fazenda	224	P12
	4d - Demais tributos federais	1.500	P12
5	Baixas de realizáveis a longo prazo	351	A9
6	Baixas de investimentos	16	A12
7	Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	882	A13
			<b>72.288</b>
<b>Variações no ativo circulante</b>			
8	Concessionárias	(6.475)	A2
9	Serviços executados para terceiros	(67)	A3
10	Serviços em curso	(1.419)	A4
11	Impostos e contribuições sociais a compensar	21.195	A5
12	Almoxarifado	(1.908)	A6
13	Outros créditos	(421)	A7
			<b>10.905</b>
<b>Variações no passivo circulante</b>			
14	Fornecedores	3.081	P2
15	Impostos e contribuições sociais	3.029	P3
16	Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.555	P5
17	Benefícios pós-emprego	(20.765)	P6
18	Taxas regulamentares	1.046	P7
19	Outras contas a pagar	(1.519)	P8
			<b>(13.573)</b>
<b>Aplicações no realizável a longo prazo</b>			
20	Impostos e contribuições sociais a compensar	(8.345)	A8
21	Depósitos judiciais	(4.398)	A9
22	Controladora e coligadas	(60.294)	A10
23	Ativo regulatório - PIS/COFINS	(19.179)	A11
			<b>(92.216)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>			<b>124.948</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
24	Aplicações no imobilizado	(88.544)	A13
<b>Total das Atividades de Investimento</b>			<b>(88.544)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
25	Empréstimos e financiamentos	(18.742)	P1
26	Juros sobre o capital próprio	(12.820)	P4
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>			<b>(31.562)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>			<b>4.842</b> A1
Saldo inicial de caixa			68.263
Saldo final de caixa			73.105
<b>Variação no caixa</b>			<b>4.842</b>

Tabela 9

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do trabalho, conforme foi citado na introdução, era entender melhor os números publicados na Demonstração do Fluxo de Caixa –DFC na Copel Transmissão S.A.

Tomou-se por base as informações publicadas em 31 de dezembro de 2004, o material disponibilizado pela empresa (planilhas, resumos e explicações) e o conhecimento adquirido em sala de aula e pelas fontes bibliográficas, para efetuar no capítulo IV o Estudo de Caso.

Ali, através das tabelas 8 e 9, foi possível detalhar minuciosamente os números referentes ao ano de 2004 com explicação das suas origens. Naquela oportunidade, comentou-se a respeito de alguns valores mais importantes, como por exemplo, o resultado das atividades operacionais, que representa o quanto a empresa gera de caixa com as atividades cujo objetivo social foi definido no seu estatuto. Analisando-se na DFC publicada pela empresa em dezembro de 2004 (Anexo I), os resultados de 2003 e 2004, constata-se que a variação nesta atividade foi negativa em 16,53%, enquanto que a variação do Lucro Líquido foi positivo em 21,41% (R\$ 26.020). As contas que mais contribuíram para relevante variação, foram as saídas de caixa para Coligadas e Controladas (menos R\$ 60.294 em 2004 contra menos R\$ 4.023 em 2003) e Ativo Regulatório – PIS/COFINS, ativo este que não existia em 2003.

Nas atividades de investimentos, o caixa da empresa contribuiu com mais R\$ 17.616 em 2004 em relação a 2003 (24,84%), enquanto que nas atividades de financiamento, isto é, pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros sobre o capital próprio a contribuição do caixa foi menor em R\$ 39.652 no mesmo período. A empresa pagou menos juros sobre capital próprio para sua controladora.

O resultado final foi uma variação no caixa da empresa de R\$ 7.555 em 2003 e R\$ 4.842 em 2004 (35,91%).

Este é apenas um exemplo de análise que os usuários podem se utilizar com as informações sobre a DFC. Existem outros, como por exemplo, quociente de

cobertura de juros com caixa = fluxo de caixa operacional antes de juros e impostos (/) juros, Resultado sobre o patrimônio líquido = fluxo de caixa operacional (/) patrimônio líquido; tudo vai depender do tipo de informações que o usuário deseja.

Com o presente trabalho, foi possível colocar em prática e sedimentar melhor os conhecimentos a respeito da Demonstração do Fluxo de Caixa. As pesquisas, os estudos e a prática continuarão sendo as metas, para que numa próxima oportunidade, tenha-se condição de apresentar um novo Estudo de Caso mais aprofundado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, R. A. E. DOAR versus fluxo de caixa. **IOB - Temática contábil e balanços**, bol. 18, p.1-11, 1999.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ANTEPROJETO DE REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 6.404/76. Disponível em : <http://www.cvm.org.br>..... Acesso em: 29 ago. 2005.

BÍBLIA, N. T. Jô. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990. Cap. 42, vers. 12.

BRAGA R. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, n. 25, p. 6-23, jan./abr. 2001.

BRASIL. Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica**. Brasília. v. 2. 2001

CAMPOS FILHO, A. **Demonstração dos fluxos de caixa**: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Coletânea da legislação da profissão contábil**. Paraná: CRC-PR, 1997.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1985.

FALCINI, P. **Avaliação econômica de empresas**. São Paulo: Atlas, 1992.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

HENDRIKSEN, E.S.; BREDAS, M.F.V. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, J. de. **Código comercial**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

## ANEXOS

### ANEXO I: DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC da empresa



COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	147.544	121.524
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	36.546	35.072
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	(11.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.305	1.125
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	32.296	21.421
Baixas de realizáveis a longo prazo	351	386
Baixas de investimentos	16	-
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	882	805
	<b>72.288</b>	<b>47.481</b>
<b>Variações no ativo circulante</b>		
Concessionárias	(6.475)	2.403
Serviços executados para terceiros	(67)	254
Serviços em curso	(1.419)	(1.081)
Impostos e contribuições sociais a compensar	21.195	(7.653)
Almoxarifado	(1.908)	2.888
Outros créditos	(421)	(872)
	<b>10.905</b>	<b>(4.061)</b>
<b>Variações no passivo circulante</b>		
Fornecedores	3.081	226
Impostos e contribuições sociais	3.029	8.493
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.555	4.279
Benefícios pós-emprego	(20.765)	(21.037)
Taxas regulamentares	1.046	174
Outras contas a pagar	(1.519)	1.434
	<b>(13.573)</b>	<b>(6.431)</b>
<b>Aplicações no realizável a longo prazo</b>		
Impostos e contribuições sociais a compensar	(8.345)	(2.501)
Depósitos judiciais	(4.398)	(2.292)
Controladora e coligadas	(60.294)	(4.023)
Ativo regulatório - PIS/COFINS	(19.179)	-
	<b>(92.216)</b>	<b>(8.816)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>124.948</b>	<b>149.697</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações no imobilizado	(88.544)	(70.928)
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(88.544)</b>	<b>(70.928)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos	(18.742)	(19.196)
Juros sobre o capital próprio	(12.820)	(52.018)
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>(31.562)</b>	<b>(71.214)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>4.842</b>	<b>7.555</b>
Saldo inicial de caixa	68.263	60.708
Saldo final de caixa	73.105	68.263
<b>Variação no caixa</b>	<b>4.842</b>	<b>7.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## ANEXO II: BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DRE da empresa



COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

### BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2004	2003
<b>Circulante</b>		
Disponibilidades (nota 4)	73.105	68.263
Concessionárias (nota 5)	42.938	36.463
Serviços executados para terceiros	95	28
Serviços em curso (nota 6)	3.044	1.625
Impostos e contribuições sociais a compensar (nota 7)	9.088	15.743
Almoxarifado	9.485	7.577
Outros créditos	4.037	3.616
	<b>141.792</b>	<b>133.315</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Impostos e contribuições sociais (nota 7)	36.769	40.749
Depósitos judiciais (nota 16)	12.899	8.853
Coligadas e controladas (nota 8)	80.448	20.153
Outros créditos (nota 9)	24.874	5.874
	<b>154.990</b>	<b>75.629</b>
<b>Permanente</b>		
Investimentos (nota 10)	2.257	2.273
Imobilizado (nota 11)		
Em serviço	888.026	861.093
Em curso	114.668	93.118
( - ) Obrigações especiais	(7.140)	(7.140)
	<b>995.554</b>	<b>947.071</b>
	<b>997.811</b>	<b>949.344</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.294.593</b>	<b>1.158.288</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Em 31 de dezembro de 2004 e de 2003**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	18.407	19.370
Fornecedores (nota 13)	6.075	2.994
Impostos e contribuições sociais (nota 7)	28.236	25.207
Dividendos (nota 17)	132.434	59.784
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	13.242	11.687
Benefício pós-emprego	24.136	22.173
Taxas regulamentares (nota 14)	1.806	760
Outras contas a pagar (nota 15)	657	2.176
	<b>224.993</b>	<b>144.151</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	105.744	125.812
Benefício pós-emprego	92.833	94.625
Impostos e contribuições sociais (nota 7)	6.521	-
Provisões para contingências (nota 16)	29.307	20.579
	<b>234.405</b>	<b>241.016</b>
<b>Patrimônio Líquido (nota 17)</b>		
Capital social	751.989	751.989
Reservas de lucros	83.206	21.132
	<b>835.195</b>	<b>773.121</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.294.593</b>	<b>1.158.288</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COPEL****Transmissão**

COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
<b>Receita Operacional (nota 18)</b>		
Receita pela disponibilidade da rede	367.291	286.665
Outras receitas operacionais	2.273	3.127
	<b>369.564</b>	<b>289.792</b>
<b>Deduções da Receita Operacional (nota 19)</b>	<b>(22.104)</b>	<b>(21.637)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>347.460</b>	<b>268.155</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>		
<b>Custo de operação</b>		
Pessoal (nota 21)	(6.165)	(3.920)
Planos previdenciário e assistencial (nota 22)	(1.925)	(1.302)
Material	(1.092)	(1.195)
Serviços de terceiros	(4.947)	(2.166)
Depreciação e amortização	(32.884)	(31.042)
Outros custos de operação (nota 23)	(2.863)	(2.616)
	<b>(49.876)</b>	<b>(42.241)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>		
Pessoal (nota 21)	(141)	(192)
Planos previdenciário e assistencial (nota 22)	(44)	(64)
Material	(109)	(19)
Serviços de terceiros	(87)	(39)
Outros custos do serviço prestado a terceiros (nota 23)	(3)	(3)
	<b>(384)</b>	<b>(317)</b>
	<b>(50.260)</b>	<b>(42.558)</b>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>297.200</b>	<b>225.597</b>
<b>Despesas Operacionais (nota 20)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(105.785)	(84.974)
Outras despesas operacionais	(3.198)	(1.893)
	<b>(108.983)</b>	<b>(86.867)</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>188.217</b>	<b>138.730</b>
<b>Resultado Financeiro (nota 24)</b>		
Receitas financeiras	8.881	15.403
Despesas financeiras	(11.029)	(584)
	<b>(2.148)</b>	<b>14.819</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>186.069</b>	<b>153.549</b>
<b>Resultado não operacional (nota 25)</b>	<b>(744)</b>	<b>(833)</b>
<b>Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social</b>	<b>185.325</b>	<b>152.716</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Imposto de renda	(27.595)	(22.767)
Contribuição social	(10.186)	(8.425)
	<b>(37.781)</b>	<b>(31.192)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>147.544</b>	<b>121.524</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações</b>	<b>196,21</b>	<b>161,60</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ANEXO III: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR da empresa



COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

## DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Analítica) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 ( Valores expressos em milhares de reais )

ORIGENS	2004	2003
<b>DAS OPERAÇÕES</b>		
Lucro líquido do exercício	147.544	121.524
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	36.546	35.072
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	(11.328)
Do realizável a longo prazo	181	(36)
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	1.294	906
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(3.583)	(12.198)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	4.305	1.125
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	32.296	21.421
Benefícios pós-emprego	20.937	19.514
Contingências trabalhistas	9.635	1.907
Cíveis / vara da Fazenda	224	-
Demais tributos federais	1.500	-
Baixas de realizáveis a longo prazo	351	386
Depósitos judiciais	351	386
Baixas de investimentos	16	-
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	882	805
Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	72.288	47.481
Resultado ajustado	219.832	169.005
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>	<b>219.832</b>	<b>169.005</b>
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante		
ICMS a recuperar	14.540	839
<b>TOTAL DE TERCEIROS</b>	<b>14.540</b>	<b>839</b>
<b>DA REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>72.365</b>	<b>29.056</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>306.737</b>	<b>198.900</b>



COPEL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ 04.368.943/0001-22  
Companhia de Capital Fechado

### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Analítica)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

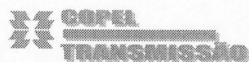
( Valores expressos em milhares de reais )

APLICAÇÕES	2004	2003
Na distribuição de dividendos	85.470	70.335
No imobilizado	88.544	70.928
No realizável a longo prazo		
ICMS a recuperar	8.345	2.501
Depósitos judiciais	4.398	2.292
Controladora e coligadas	60.294	4.023
Ativo regulatório PIS e COFINS	19.179	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	17.779	18.181
Em moeda nacional	8.260	8.594
Em moeda estrangeira	9.519	9.587
Benefícios pós-emprego	22.728	30.640
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>306.737</b>	<b>198.900</b>

### DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Ativo circulante inicial	133.315	120.860
Passivo circulante inicial	144.151	102.640
<b>Capital circulante líquido inicial</b>	<b>(10.836)</b>	<b>18.220</b>
Ativo circulante final	141.792	133.315
Passivo circulante final	224.993	144.151
<b>Capital circulante líquido final</b>	<b>(83.201)</b>	<b>(10.836)</b>
<b>Redução do capital circulante líquido</b>	<b>(72.365)</b>	<b>(29.056)</b>

## ANEXO IV: RESUMO-SOC da empresa



DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método indireto)									
DEZEMBRO / 2004									
RESUMO DAS MUTAÇÕES - Pela Legislação Societária (Em R\$ Mil)									
GRUPOS	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
	CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	INVESTIMENTOS	IMOBILIZADO EM SERVIÇO	IMOBILIZADO EM CURSO	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31.12.2003</b>	(10.836)	75.629	2.273	861.093	93.118	125.812	115.204	7.140	773.121
ADIÇÕES NA CONTA DE COLIGADAS E CONTROLADORA	12	60.294					0		
ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS - ARLP / ELP	13	(181)					0		
ADIÇÕES EM ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	14	8.345							
ADIÇÕES EM DEPÓSITOS JUDICIAIS VINCULADOS A LITÍGIOS (DIVERSOS)	15	4.398							
ADIÇÕES EM DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	16								
ADIÇÕES EM BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO	17	1							
ADIÇÕES EM PROV. P/ CRÉD. FISCAIS - IR e CS DIFERIDOS	18	2.216							
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR - TRANSF. P/O CIRCULANTE	19	(888)							
BAIXA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	21	(351)							
BENS DESTIN. À ALIENAÇÃO - TRANSF. P/ BENS N VINC. CONCESSÃO	23	0		0	0				
BAIXAS NOS INVESTIMENTOS	25		(16)						
IMOBILIZAÇÕES	26			64.362	(64.362)				
BENS DEST. A USO FUTURO - TRANSF. P/ AIS E AIC	27		0		0				
APLICAÇÕES EM OBRAS DE TRANSMISSÃO	28				70.108				
JUROS SOBRE OBRAS EM ANDAMENTO	29				0				0
QUOTAS DE DEPRECIAÇÃO + AMORTIZAÇÃO	30			(36.546)					
BAIXAS NO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	31			(756)					
QUOTAS DE DEPRECIAÇÃO TRANSFERIDAS P/O IMOBILIZADO EM CURSO	32			(127)					
EMPRESTIMOS EM MOEDA NACIONAL - TRANSF. P/ CIRCULANTE	35					(8.260)			
EMPRESTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA - TRANSF. P/ CIRCULANTE	36					(9.519)			
ADIÇÕES NA PROV. P/ BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DELIB. CVM 371 (DESPESA)	37						20.937		
ADIÇÕES NO IMPOSTO DE RENDA E C.S. DIFERIDOS	38						6.521		
ADIÇÕES (REVERSÕES) NA PROV. P/ CONTING. TRABALHISTAS (DESPESA)	39						9.635		
ADIÇÕES (REVERSÕES) NA PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS COM SERVIDÃO DE PASSAGEM (IMOBILIZADO)	41				(2.632)		(2.632)		
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - TRANSF. P/ CIRCULANTE	42						(22.728)		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/PERÍODO	48								147.544
DIVIDENDOS PROPOSTOS	49								(85.470)
VARIAÇÃO DO C.C.L.	50	(72.365)							
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR - TRANSF. P/O CUSTO DAS OBRAS (AIC)	51		(13.652)		18.436				
ADIÇÕES NA PROV. P/ CONTINGÊNCIAS CÍVEIS/VARA DA FAZENDA (DESPESA)	52						224		
ADIÇÕES NA PROV. P/ IOF S/ OPERAÇÕES ENTRE AS SIs E HOLDING (DESPESA)	53						1.500		
ADIÇÕES NO ATIVO REGULATÓRIO PIS / COFINS	54		19.179						
ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS - EMPRÉTIMOS EM MOEDA NACIONAL	55					1.294			
ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS - EMPRÉTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	56					(3.583)			
<b>SALDO EM 31.12.2004</b>	(83.201)	154.990	2.257	888.026	114.668	105.744	128.661	7.140	835.195
Saldos do Balancete	(83.201)	154.990	2.257	888.026	114.668	105.744	128.661	7.140	835.195
	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>SALDO EM 31.12.2003</b>									
ATIVO TOTAL	1.021.277	1.021.277	0						
PASSIVO TOTAL									
DIFERENÇA									
<b>SALDO EM 31.12.2004</b>									
ATIVO TOTAL	1.076.740	1.076.740	0						
PASSIVO TOTAL									
DIFERENÇA									

ATIVO 1.076.740  
 PASSIVO 1.076.740  
 Diferença 0

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004													
MUTAÇÕES MENSÁIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)													
Realizável a Longo Prazo													
CONTA :		121.412		DENOMINAÇÃO : Devedores diversos - ICMS a Recuperar (Lei 87/96)							RESP.:		
HISTÓRICO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA	1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL	1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	R\$ 6.195.099	5.635.322	6.393.419	6.393.419	6.355.165	6.355.165	6.355.165	6.355.165	6.355.165	13.651.757	13.651.757	13.651.757	6.195.099
	UFIR												
2	R\$	758.097		289.927					7.296.592				8.344.616
	UFIR												
3	R\$ (559.777)			(328.181)									(887.958)
	UFIR												
4	R\$												0
	UFIR												
4	R\$											(13.651.757)	(13.651.757)
	UFIR												
5	R\$												0
	UFIR												
6	R\$												
	UFIR												
7	R\$ 5.635.322	6.393.419	6.393.419	6.355.165	6.355.165	6.355.165	6.355.165	6.355.165	13.651.757	13.651.757	13.651.757	0	0
	UFIR												
OBSERVAÇÕES :													



C:\BKP alziro\ALZIRO\Meus documentos\ufpr\MBA\MONOGRAFIA\TABELAS ANEXO: 10/10/05 20:06





3

# Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos / Demonstração do Fluxo de Caixa - 2004

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## Realizável a Longo Prazo

CONTA : 121.87														DENOMINAÇÃO : Cauções da renegociação da dívida externa										RESP.:		
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL												
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044													
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101													
1	SALDO INICIAL:	R\$	5.819.203	5.452.893	5.443.162	5.510.720	5.855.807	5.815.384	5.675.303	5.500.927	5.359.926	5.355.988	5.120.111	5.819.203												
		Ufir																								
2	Adições	R\$												0												
		Ufir																								
3	Baixas	R\$												0												
		Ufir																								
4	Atualização Monetária	R\$	(315.595)	(50.715)	(9.731)	67.558	345.087	(40.423)	(174.376)	(141.001)	(3.938)	(235.877)	519.066	(180.026)												
		Ufir																								
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$	5.503.608	5.452.893	5.443.162	5.510.720	5.855.807	5.815.384	5.675.303	5.500.927	5.359.926	5.120.111	5.639.177	5.639.177												
		Ufir																								
OBSERVAÇÕES:																										

C:\BKP alziro\ALZIRO\Meus documentos\ufmr\MBA\MONOGRAFIA\TABELAS ANEXO:10/10/05 20:06



**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**  
MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)  
**Realizável a Longo Prazo**

CONTA :		DENOMINAÇÃO : Depósitos judiciais												RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	8.852.804	8.961.141	8.925.971	8.948.851	8.967.652	9.600.060	9.894.645	9.888.954	9.942.787	10.589.234	12.504.843	12.533.921	8.852.804
		Ufir													
2	Adições	R\$	214.053	71.492	23.283	86.782	637.763	294.585	15.722	70.181	646.447	1.915.609	32.430	389.342	4.397.689
		Ufir													
3	Baixas	R\$	(105.716)	(106.662)	(403)	(67.981)	(5.355)		(21.413)	(16.348)			(3.352)	(24.226)	(351.456)
		Ufir													
4	Atualização Monetária	R\$													0
		Ufir													
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													
		Ufir													
6	SALDO FINAL:	R\$	8.961.141	8.925.971	8.948.851	8.967.652	9.600.060	9.894.645	9.888.954	9.942.787	10.589.234	12.504.843	12.533.921	12.899.037	12.899.037
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															





5

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

Realizável a Longo Prazo

CONTA : 121.99														DENOMINAÇÃO : Créditos fiscais-IRPJ/CSLL(adições temporárias/ Plano III/Delib.CVM 371 e demais)										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL											
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044												
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101												
1	SALDO INICIAL:	R\$	34.553.927	34.417.474	34.239.459	34.146.598	33.874.740	33.737.778	33.603.415	33.465.826	33.326.515	33.185.645	33.046.262	34.553.927											
		Ufir																							
2	Movimentação líquida contrapartida no resultado	R\$	(136.453)	(178.015)	(92.861)	(135.743)	(136.115)	(136.962)	(134.363)	(137.589)	(139.311)	(139.383)	3.723.264	2.215.599											
		Ufir																							
3	Atualização Monetária	R\$												0											
		Ufir																							
4	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$																							
		Ufir																							
5	SALDO FINAL:	R\$	34.417.474	34.239.459	34.146.598	34.010.855	33.874.740	33.737.778	33.603.415	33.465.826	33.326.515	33.185.645	33.046.262	36.769.526											
		Ufir																							
OBSERVAÇÕES :																									



6

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

Realizável a Longo Prazo

CONTA :		123	DENOMINAÇÃO : Pagamentos antecipados - Ativo Regulatório PIS / COFINS										RESP.:		
HISTÓRICO			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA			1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL			1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	SALDO INICIAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Ufir													
2	Adições contra resultado	R\$													19.178.815
		Ufir													
3	Transf. p/ circulante	R\$													0
		Ufir													
4	Atualização Monetária	R\$													0
		Ufir													
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.178.815
		Ufir													
6	SALDO FINAL:	R\$													
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															

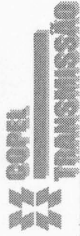


7 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

Realizável a Longo Prazo

CONTA :		124	DENOMINAÇÃO : Bens destinados à alienação										RESP.:		
HISTÓRICO			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA			1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL			1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	SALDO INICIAL:	R\$	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255
		Ufir													
2	Adições	R\$												858	858
		Ufir													
3	Baixas	R\$													0
		Ufir													
4	Transferência para o AIS BENS NÃO VINCULADOS À CONCESSÃO	R\$													0
		Ufir													
4	Atualização Monetária	R\$													0
		Ufir													
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													
		Ufir													
6	SALDO FINAL:	R\$	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	55.255	56.113	56.113
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															



8

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

Investimentos

CONTA :		131.02.97	DENOMINAÇÃO : Bens e Direitos p/ uso futuro no serviço concedido										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	SALDO INICIAL:	R\$ 2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.256.600	2.256.600	2.256.600	2.256.600	2.272.614
	UFIR													
2	Adições	R\$												0
	UFIR													
3	TRANSF. P/ AIS OU AIC	R\$												0
	UFIR													
4	BAIXAS	R\$							(16.014)					(16.014)
	UFIR													
5	SALDO FINAL:	R\$ 2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.272.614	2.256.600	2.256.600	2.256.600	2.256.600	2.256.600	2.256.600
	UFIR													
OBSERVAÇÕES :														
- ADIÇÕES LÍQUIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS INTER-CONTAS.														



**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**  
 MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Ativo Imobilizado em Serviço**

CONTA :			DENOMINAÇÃO : A.I.S. - Ativo Imobilizado em Serviço												RESP.:	
HISTÓRICO			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA			1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL			1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	1.232.728.734	1.233.650.233	1.238.329.361	1.238.433.962	1.266.727.686	1.275.052.834	1.276.856.018	1.278.446.289	1.278.367.705	1.281.675.867	1.284.319.419	1.290.371.636	1.232.728.734	
		Ufir														
2	IMOBILIZAÇÕES	R\$	1.012.997	5.089.463	173.316	28.338.569	8.507.817	2.459.243	1.769.669	233.142	3.430.235	2.740.650	6.242.572	4.364.552	64.362.225	
		Ufir														
3	TRANSF. DE BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO (ARLP)	R\$													0	
		Ufir														
4	TRANSF. DE BENS DESTINADOS A USO FUTURO (INVEST.)	R\$													0	
		Ufir														
5	BAIXAS	R\$	(91.498)	(410.335)	(68.715)	(44.845)	(182.669)	(656.059)	(179.398)	(311.726)	(122.073)	(97.098)	(190.355)	(164.681)	(2.519.452)	
		Ufir														
6	Atualização das baixas pela Correção Monetária Integral	Ufir													0	
7	SALDO FINAL:	R\$	1.233.650.233	1.238.329.361	1.238.433.962	1.266.727.686	1.275.052.834	1.276.856.018	1.278.446.289	1.278.367.705	1.281.675.867	1.284.319.419	1.290.371.636	1.294.571.507	1.294.571.507	
		Ufir														
OBSERVAÇÕES :																



10	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004													
MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)														
Ativo Imobilizado em Serviço														
CONTA :		132.02.X5		DENOMINAÇÃO :				Depreciação Acumulada				RESP.:		
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	SALDO INICIAL:	R\$	(371.635.668)		(380.309.823)	(383.410.378)	(386.349.842)	(388.836.707)	(391.740.641)	(394.562.516)	(397.543.802)	(400.576.114)	(403.531.344)	(371.635.668)
		Ufir												
2	Quotas de DEPRECIAÇÃO+ AMORTIZAÇÃO (DESPESA) Fonte: Balancete Analítico	R\$	(3.014.705)	(3.034.502)	(3.109.066)	(3.019.911)	(3.018.644)	(3.025.366)	(3.026.192)	(3.030.871)	(3.044.309)	(3.056.089)	(3.093.576)	(36.545.594)
		Ufir												
3	TRANSF. DE BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO (ARLP)	R\$												0
		Ufir												
4	TRANSF. DE BENS DESTINADOS A USO FUTURO (INVEST.)	R\$												0
		Ufir												
5	Atualização da depreciação pela Correção Monetária Integral	Ufir												
6	Quotas de DEPRECIAÇÃO+ AMORTIZAÇÃO (IMOBILIZADAS) Fonte: Quadro de Mutações ( - ) Balancete Analítico	R\$	(9.735)	(4.918)	(16.477)	(23.251)	(10.265)	(10.876)	(7.551)	(7.438)	(8.569)	(10.613)	(13.359)	(128.053)
		Ufir												
7	BAIXAS	R\$	61.843	361.735	54.967	31.762	85.448	542.044	132.308	211.868	20.566	111.472	92.497	1.763.533
		Ufir												
8	SALDO FINAL:	R\$	(374.598.265)	(377.313.811)	(380.309.823)	(383.410.378)	(386.349.842)	(388.836.707)	(391.740.641)	(394.562.516)	(397.543.802)	(400.576.114)	(406.545.782)	(406.545.782)
		Ufir												
OBSERVAÇÕES :														
(*) Baixas somadas às transferências inter-macroatividades.														
Quotas de depreciação conforme Quadro de Mutações														
		(3.024.440)	(3.077.281)	(3.050.979)	(3.132.317)	(3.024.912)	(3.028.909)	(3.036.242)	(3.033.743)	(3.038.309)	(3.052.878)	(3.066.702)	(3.106.935)	

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**  
MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Ativo Imobilizado em Curso**

CONTA : 132.02.X9													DENOMINAÇÃO : Linhas e subestações					RESP.:								
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL												
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044													
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101													
1	R\$ SALDO INICIAL:	93.117.688	94.946.749	94.087.430	99.983.766	76.481.126	71.694.954	72.788.120	76.173.004	79.994.959	81.575.114	83.316.597	91.047.282	93.117.688												
	UFir Adições Diretas + Outras																									
2	R\$ Remun.Cap.Terceiros	2.842.058	4.230.144	6.069.652	4.835.929	3.721.645	3.552.409	5.154.553	4.055.097	5.010.390	4.482.133	13.973.257	12.181.390	70.108.647												
	UFir Somente Adições Diretas													0												
	R\$ Remun.Cap.Próprio (JOA)													0												
	UFir Somente Adições Diretas													0												
3	R\$ TRANSF. DE BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO (ARLP)																									
	UFir																									
4	R\$ TRANSF. DE ICMS A COMPENSAR (ARLP) PARA CUSTO DA OBRA												18.435.523	18.435.523												
	UFir																									
5	R\$ TRANSF. DE BENS DESTINADOS A USO FUTURO (INVEST.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0												
	UFir																									
6	R\$ Reversão de provisões p/ contingência com Servidão de Passagem												(2.631.744)	(2.631.744)												
	UFir																									
7	R\$ Imobilizações - A.I.S.	(1.012.997)	(5.089.463)	(173.316)	(28.338.569)	(8.507.817)	(2.459.243)	(1.769.669)	(233.142)	(3.430.235)	(2.740.650)	(6.242.572)	(4.364.552)	(64.362.225)												
	UFir																									
8	UFir Ganhos em empréstimos e financiamentos alocados no AIC													0												
	R\$ SALDO FINAL:	94.946.749	94.087.430	99.983.766	76.481.126	71.694.954	72.788.120	76.173.004	79.994.959	81.575.114	83.316.597	91.047.282	114.667.889	114.667.889												
9	UFir																									
	OBSERVAÇÕES:																									
INVESTIMENTOS NO AIC														2.842.058	4.230.144	6.069.652	4.835.929	3.721.645	3.552.409	5.154.553	4.055.097	5.010.390	4.482.133	13.973.257	30.616.903	88.544.170



## MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

10/10/2005 20:06:11	WATARI AS ANEYOSEINAI ARQUIVOS encadernados-2ºantr
---------------------	--



**13**
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**  
 MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS A UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)  
**Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo**

CONTA :		221.612 (1)		DENOMINAÇÃO : Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	33.417.027	33.082.993	31.057.758	29.690.988	31.841.912	31.831.892	30.286.612	29.933.691	25.725.944	26.734.358	26.257.366	33.417.027	
		Ufir													
2	Adições/Liberaç./Ingressos	R\$												0	
		Ufir													
3	Transferências p/ C. Prazo	R\$		(3.450.448)						(3.215.784)				(6.666.232)	
		Ufir													
4	Atualiz. Monet./Cambial	R\$	995.917	1.425.213	(1.366.770)	2.150.924	(10.020)	(1.545.280)	(352.921)	(991.963)	1.008.414	(476.992)	(591.788)	(1.085.217)	
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	Ufir													
6	SALDO FINAL:	R\$	34.412.944	31.057.758	29.690.988	31.841.912	31.831.892	30.286.612	29.933.691	25.725.944	26.734.358	26.257.366	25.665.578	25.665.578	
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo**

CONTA :		221.612 (2)		DENOMINAÇÃO : Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira (STN - HOLDING)										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	33.720.124	34.007.233	33.946.543	32.919.684	34.981.147	34.739.674	33.837.505	32.797.830	31.957.147	30.528.861	29.184.373	33.720.124	
		Ufir													
3	Transferências p/ C. Prazo	R\$			(1.448.185)						(1.404.809)			(2.852.994)	
		Ufir													
4	Atualiz. Monet./Cambial	R\$	603.396	(60.690)	421.326	2.061.463	(241.473)	(902.169)	(1.039.675)	(840.683)	(23.477)	(1.344.488)	(815.457)	(2.498.214)	
5	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	Ufir													
6	SALDO FINAL:	R\$	34.323.520	33.946.543	32.919.684	34.981.147	34.739.674	33.837.505	32.797.830	31.957.147	30.528.861	29.184.373	28.368.916	28.368.916	
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															



## MUTACÖES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

MUTACÖES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## Exigível a Longo Prazo

CONTA :			221.63			DENOMINAÇÃO			Entidade de Previdência Privada - Benefícios Pós-Emprego - Parcelamento Plano III (1998) e Deliberação CVM nº 371 (Cálculo Atuarial)			RESP.:			
HISTÓRICO			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA			1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044	
UFIR Virtual/Oficial - FINAL			1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101	
1	SALDO INICIAL:	R\$	94.624.623	97.146.338	97.318.527	96.340.135	96.256.031	96.092.463	95.825.187	95.704.274	95.767.827	95.036.234	94.855.160	94.502.266	94.624.623
		Ufir													
2	Adições contrap. no resultado provisões(despesas c/pessoal) PREVIDENCIÁRIO	R\$	2.184.028		1.521.916	1.238.550	1.238.550	1.238.550	1.238.550	1.238.550	1.239.935	1.238.550	1.238.550	1.238.550	14.854.279
		Ufir													
3	Adições contrap. no resultado provisões(despesas c/pessoal) ASSISTENCIAL	R\$	593.690	296.845	859.089	480.460	481.460	482.460	481.460	481.460	481.460	481.460	481.460	481.460	6.082.764
		Ufir													
4	Transferências p/ C. Prazo PREVIDENCIÁRIO	R\$	0	0	(3.062.552)	(1.682.108)	(1.762.832)	(1.866.409)	(1.728.056)	(1.535.478)	(2.328.324)	(1.779.108)	(1.950.810)	(3.269.927)	(20.965.604)
		Ufir													
5	Transferências p/ C. Prazo ASSISTENCIAL	R\$	(256.003)	(124.656)	(296.845)	(121.006)	(120.746)	(121.877)	(112.867)	(120.979)	(124.664)	(121.976)	(122.094)	(118.808)	(1.762.521)
		Ufir													
6	Baixas	R\$													0
		Ufir													
7	Atualiz. Monet./Cambial	R\$													
		Ufir													
8	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													
		Ufir													
9	SALDO FINAL:	R\$	97.146.338	97.318.527	96.340.135	96.256.031	96.092.463	95.825.187	95.704.274	95.767.827	95.036.234	94.855.160	94.502.266	92.833.541	92.833.541
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO (GP-DI))

**Exigível a Longo Prazo**

CONTA :		221.0X.716 (1)		DENOMINAÇÃO : Coligadas / Controladas / Controladora										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ufir													
2	Adições	R\$												0	
		Ufir													
3	Transferências p/ C. Prazo	R\$												0	
		Ufir													
4	Baixas	R\$												0	
		Ufir													
5	Atualiz. Monet./Cambial	R\$												0	
6		Ufir													
7	SALDO FINAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															



**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Exigível a Longo Prazo**

CONTA :		221.997 (0)										DENOMINAÇÃO : Provisões p/ Contingências Trabalhistas										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL									
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044										
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101										
1	SALDO INICIAL:	R\$	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964								
		Ufir																					
2	Adições s/contrapartida no resultado (CUSTO DE OBRA)	R\$													0								
		Ufir																					
3	Adições (reversões) no Resultado conta 615.02.11.01 (0) EC 181 "Desp.c/ Indeniz. Trabalhistas"	R\$												9.634.763									
		Ufir																					
4	Adições Reclassificações do circulante para o longo prazo	R\$													0								
		Ufir																					
5	Transferências p/ C. Prazo	R\$													0								
		Ufir																					
6	Baixas	R\$													0								
		Ufir																					
7	Atualiz. Monet./Cambial	R\$													0								
		Ufir																					
8	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													0								
		Ufir																					
9	SALDO FINAL:	R\$	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	12.486.964	22.121.727	22.121.727								
		Ufir																					
OBSERVAÇÕES :																							

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**  
MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Exigível a Longo Prazo**

CONTA :		221.999 (2)		DENOMINAÇÃO : Outras Provisões - Serviços de Passagem (Ações Judiciais)										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$ 8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	
	UFIR														
2	Adições (reversões) c/ contrapartida no AIC	R\$												(2.631.744)	
	UFIR														
3	Adições c/contrapartida no resultado	R\$												0	
	UFIR														
4	Transferências p/ C. Prazo	R\$												0	
	UFIR														
5	Baixas	R\$												0	
	UFIR														
6	Atualiz. Monet./Cambial	R\$												0	
	UFIR														
7	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													
	UFIR														
8	SALDO FINAL:	R\$ 8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	8.092.692	5.460.948	5.460.948	
	UFIR														
OBSERVAÇÕES :															

19	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004														
	MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)														
	Exigível a Longo Prazo														
CONTA :		221.999 (5)		DENOMINAÇÃO					: Outras Provisões - Ações Cíveis / Vara da Fazenda					RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ufir													
2	Adições c/ contrapartida no Imobilizado	R\$													
		Ufir													0
3	Adições c/ contrapartida no Resultado conta 615.04.19.95 (0) EC 622 "Desp.c/ Provisões p/ Contingências"	R\$											224,080	224,080	
		Ufir													
4	Transferências p/ C. Prazo	R\$												0	
		Ufir													
5	Baixas	R\$												0	
		Ufir													
6	Atualiz. Monet./Cambial	R\$												0	
		Ufir													
7	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$													
		Ufir													
8	SALDO FINAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	224,080	224,080	
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															

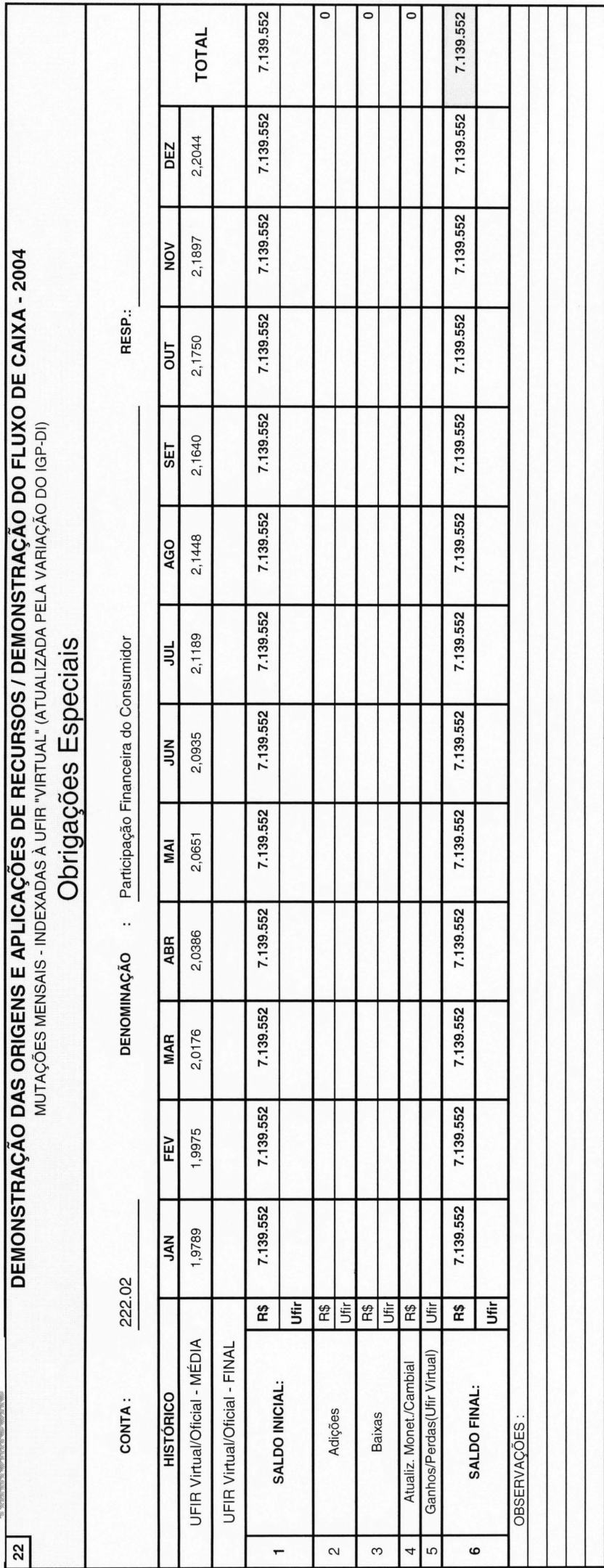


IAI/TABELAS ANEXOS\FINAL\ARQUIVOS encadernados-2\entr 10/10/2005 20:06:11 67



**21**
**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**
  
 MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)
   
**Exigível a Longo Prazo**

CONTAS :		221.31		DENOMINAÇÃO : Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos										RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ufir													
3	Adições	R\$												6.520.797	
		Ufir													
4	Transferências p/ C. Prazo	R\$												0	
		Ufir													
5	Atualiz. Monet./Cambial	R\$												0	
		Ufir													
6	Ganhos/Perdas(Ufir Virtual)	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.520.797	
		Ufir													
7	SALDO FINAL:	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.520.797	
		Ufir													
OBSERVAÇÕES :															



## MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## Patrimônio Líquido

C:\BKP alziro\ALZIRO\Meus documentos\ufpr\MBA\MONOGRA

## MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

## Patrimônio Líquido

CONTA :			244.01		DENOMINAÇÃO : Reservas de Lucros - Reserva Legal										RESP.:	
HISTÓRICO			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA			1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044		
UFIR Virtual/Oficial - FINAL			1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101		
1	SALDO INICIAL:	R\$	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	
		Ufir														
2	Adições	R\$													7.377.198	
		Ufir														
3	Baixas	R\$													0	
		Ufir														
4	SALDO FINAL:	R\$	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	6.076.191	13.453.389	13.453.389	
		Ufir														
OBSERVAÇÕES :																



## MUTACÖES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)



## Patrimônio Líquido

C:\BKP alziro\ALZIRO\Meus documentos\ufpn\MBAlMONOGRA 10/10/2005 20:06:11

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2004**

MUTAÇÕES MENSAIS - INDEXADAS À UFIR "VIRTUAL" (ATUALIZADA PELA VARIAÇÃO DO IGP-DI)

**Patrimônio Líquido**

CONTA : 248.01													DENOMINAÇÃO : Lucros Acumulados				RESP.:	
HISTÓRICO		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL				
UFIR Virtual/Oficial - MÉDIA		1,9789	1,9975	2,0176	2,0386	2,0651	2,0935	2,1189	2,1448	2,1640	2,1750	2,1897	2,2044					
UFIR Virtual/Oficial - FINAL		1,9868	2,0083	2,0270	2,0502	2,0802	2,1070	2,1309	2,1588	2,1692	2,1807	2,1987	2,2101					
1	SALDO INICIAL:	R\$	0	7.820.386	19.626.286	26.433.525	35.681.402	41.397.082	47.408.916	59.852.298	71.342.017	84.032.397	92.958.717	104.390.009	0			
		Ufir																
2	Lucro (Prejuízo)	R\$	7.820.386	11.805.900	6.807.239	9.247.877	5.715.680	6.011.834	12.443.382	11.489.719	12.690.380	11.431.292	43.153.961	147.543.970				
		Ufir																
3	Realização de Res.de Lucros	R\$												0				
		Ufir																
4	Apropr.da Reserva Legal	R\$											(7.377.198)	(7.377.198)				
		Ufir																
5	Dividendos Propostos ou "Juros s/ o Capital Próprio"	R\$											(85.469.638)	(85.469.638)				
		Ufir																
6	Reconhec. Deficit Técnico Fund. Copel 1998 + Plano III	R\$												0				
		Ufir																
7	Outros ajustes de exercícios anteriores	R\$												0				
		Ufir																
8	Transf. p/ Reserva de Retenção de Lucros	R\$												(54.697.134)	(54.697.134)			
		Ufir																
9	SALDO FINAL:	R\$	7.820.386	19.626.286	26.433.525	35.681.402	41.397.082	47.408.916	59.852.298	71.342.017	84.032.397	92.958.717	104.390.009	0	0			
		Ufir																
OBSERVAÇÕES :																		



**ANEXO VI: RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93****Resolução CFC n.º 750/93*****Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)***

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81,

**RESOLVE:****CAPÍTULO I****DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA**

**Art. 1º** Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

**CAPÍTULO II****DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO**

**Art. 2º** Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

**Art. 3º** São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
- VI) o da COMPETÊNCIA; e
- VII) o da PRUDÊNCIA.

**SEÇÃO I****O PRINCÍPIO DA ENTIDADE**

**Art. 4º** O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

**Parágrafo único** – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

## SEÇÃO II

### O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

**Art. 5º** A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

## SEÇÃO III

### O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

**Art. 6º** O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

**Parágrafo único** – Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

## SEÇÃO IV

### O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

**Art. 7º** Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

**Parágrafo único** – Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

## **O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**Art. 8º** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

**Parágrafo único** – São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

## **SEÇÃO VI**

### **O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA**

**Art. 9º** As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido,

estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

## SEÇÃO VII

### O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

**Art. 10.** O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

**Art. 11.** A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c”, “d” e “e” do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

**Art. 12.** Revogada a Resolução CFC n.º 530/81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.

**Contador IVAN CARLOS GATTI**

Presidente

## ANEXO VII: DFC NO SETOR ELÉTRICO – ROTEIRO DE ELABORAÇÃO

### Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

#### Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica

#### ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, ECONÔMICO-FINANCEIRAS E SOCIAIS

##### 9.1.10 Demonstração do Fluxo de Caixa

##### 1. Normas e Procedimentos

Para elaboração dessa demonstração, a concessionária deverá adotar como parâmetro, as normas e os procedimentos definidos na Norma Internacional de Contabilidade nº 7, ou outro instrumento que vier a substituí-la.

A seguir encontra-se reproduzida a íntegra dessa norma:

##### **"Norma Internacional de Contabilidade - NIC 7 (revisada em 1992)**

##### **Demonstrações do Fluxo de Caixa**

*Os parágrafos que aparecem em destaque (itálico e negrito) devem ser lidos no contexto do material subsidiário e de orientação para implementação, aqui constantes, e no contexto do Prefácio das Normas Internacionais de Contabilidade. As Normas Internacionais de Contabilidade não se destinam à aplicação a itens irrelevantes*

##### **Objetivo**

As informações sobre os fluxos de caixa de uma empresa são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a empresa gerar caixa e valores equivalentes à caixa e as necessidades da empresa para utilizar esses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem uma avaliação da capacidade de a empresa gerar caixa e valores equivalentes à caixa, bem como da época e certeza na geração de tais recursos.

O objetivo dessa Norma é requerer a prestação de informações sobre as mudanças históricas na caixa e nos equivalentes à caixa de uma empresa, por meio de uma demonstração do fluxo de caixa que classifique os fluxos de caixa durante o período referentes às atividades operacionais, de investimento e financeiras.

##### **Alcance**

1. *A empresa deve preparar uma demonstração do fluxo de caixa de acordo com os requisitos dessa Norma e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis de cada período para o qual as demonstrações são apresentadas.*

2. Esta Norma substitui a NIC 7, Demonstração das Mutações na Posição Financeira, aprovada em julho de 1977.

3. Os usuários das demonstrações contábeis de uma empresa estão interessados em conhecer como a empresa gera e usa os recursos de caixa e valores equivalentes à caixa. Este é o caso, qualquer que seja a natureza das atividades da empresa e sem levar em conta que a caixa possa ser considerada como o produto da empresa, como pode ser o

caso de que a caixa possa ser uma instituição financeira. As empresas necessitam de caixa essencialmente pelas mesmas razões, por mais diferentes que sejam as suas principais atividades geradoras de receita. Elas precisam dos recursos de caixa para efetuar suas operações, pagar suas obrigações e prover um retorno para seus investidores. Assim sendo, esta Norma requer que todas as empresas apresentem uma demonstração do fluxo de caixa.

#### Benefícios das Informações Sobre o Fluxo de Caixa

4. Uma demonstração do fluxo de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma empresa, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua habilidade para afetar as importâncias e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e às oportunidades. As informações sobre o fluxo de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a empresa produzir recursos de caixa e valores equivalentes e habilitar os usuários a desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes empresas. Também aumenta a comparabilidade dos relatórios do desempenho operacional por diferentes empresas, porque elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

5. Informações históricas sobre o fluxo de caixa são freqüentemente usadas como um indicador da importância, época e certeza de futuros fluxos de caixa. Também são úteis para conferir a exatidão de avaliações anteriormente feitas de futuros fluxos de caixa e examinar a relação entre a lucratividade e o fluxo de caixa líquido e o impacto de variações de preços.

#### Definições

6. *Os seguintes termos são usados nessa Norma com os significados abaixo especificados:*

Caixa compreende numerário em mão e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes à caixa são investimentos a curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes à caixa.

Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da empresa e outras atividades diferentes das de investimento e financeiras.

Atividades de investimento são a aquisição e venda de ativos de longo prazo e outros investimentos não inclusos nos equivalentes à caixa.

Atividades de financiamento são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital e empréstimos a pagar da empresa.

#### Caixa e Equivalentes à Caixa

7. Os valores equivalentes à caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Para um investimento se qualificar como equivalente à caixa, deve ser prontamente conversível em uma importância conhecida de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança no valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente à caixa, quando tem curto vencimento, por exemplo, três meses ou menos a contar da data da aquisição. Os investimentos em ações de outras empresas são excluídos dos equivalentes à caixa, a não ser que sejam, em essência, equivalentes à caixa, por

exemplo no caso de ações preferenciais adquiridas dentro de um curto período de seu resgate e com uma data específica de resgate.

8. Empréstimos bancários a pagar são geralmente considerados como atividades financeiras. Entretanto, em alguns países, saldos bancários a descoberto (bank overdrafts), pagáveis quando exigidos, formam uma parte integrante do gerenciamento financeiro de uma empresa. Nessas circunstâncias, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes à caixa. Uma característica de tais acordos bancários é que o saldo bancário, muitas vezes, flutua entre positivo e sacado a descoberto.

9. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes à caixa, porque estes componentes são parte do gerenciamento financeiro de uma empresa, e não parte das suas atividades operacionais, de investimentos ou financeiras. O gerenciamento de caixa inclui o investimento do excesso da caixa em equivalentes à caixa.

#### Apresentação de uma Demonstração do Fluxo de Caixa

*10. A demonstração do fluxo de caixa deve reportar os fluxos de caixa durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento ou financeiras.*

11. A empresa apresenta seus fluxos de caixa decorrentes de atividades operacionais, de investimento e financeiras de um modo que seja o mais apropriado a seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da empresa e o montante da caixa e equivalentes à caixa. Estas informações podem também ser usadas para avaliar a relação entre aquelas atividades.

12. Uma única transação poderá incluir fluxos de caixa que são classificados diferentemente. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de um empréstimo inclui tanto juros como principal, o elemento juros pode ser classificado como atividade operacional e o principal classificado como atividade financeira.

#### Atividades Operacionais

13. O montante dos, fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é o indicador-chave da extensão em que as operações da empresa têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações, na projeção de futuros fluxos de caixa operacionais.

14. Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da empresa. Portanto, podem eles resultar das transações e outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

- (a) recebimentos em dinheiro pela venda de mercadorias e a prestação de serviços;
- (b) recebimentos em dinheiro decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos em dinheiro a fornecedores por mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos em dinheiro a empregados ou por conta de empregados;

- (e) recebimentos e pagamentos em dinheiro de uma seguradora por prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (f) pagamentos em dinheiro ou restituição de impostos, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades financeiras ou de investimento; e
- (g) recebimentos e pagamentos em dinheiro com referência a contratos de intermediação (*dealing*) ou para transações próprias de venda (*trading*).

Algumas transações, como a venda de um ativo da fábrica, podem resultar em um lucro ou prejuízo, que é incluído na determinação do lucro líquido ou prejuízo. Entretanto, os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento.

15. Uma empresa pode ter títulos de renda e empréstimos para fins de intermediação ou negociação própria, em cujo caso eles são semelhantes a estoques adquiridos especificamente para revenda. Portanto, os fluxos de caixa decorrentes da compra e venda de valores como intermediação ou transação própria são classificados como atividades operacionais. Da mesma forma, os adiantamentos de caixa e empréstimos feitos por instituições financeiras são usualmente classificados como atividades operacionais, uma vez que se referem à principal atividade geradora de receita daquela empresa.

#### Atividades de Investimentos

16. A divulgação em separado dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento é importante, porque tais fluxos de caixa representam a extensão em que os dispêndios foram feitos com recursos destinados a gerar futura receita e fluxos de caixa. Exemplos de fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento são:

- (a) desembolsos para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Estes desembolsos incluem os referentes a custos de desenvolvimento capitalizados e ativos imobilizados de construção própria;
- (b) recebimentos resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos a longo prazo;
- (c) desembolsos para aquisição de ações ou instrumentos de dívida de outras empresas e interesses em joint ventures (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes à caixa ou mantidos para intermediação ou transação própria);
- (d) recebimentos provenientes da venda de ações ou instrumentos de dívida de outras empresas e interesses em joint ventures (exceto recebimentos referentes a títulos considerados como equivalentes à caixa e os mantidos para intermediação ou transação própria);
- (e) adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira);
- (f) recebimentos por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos feitos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira);
- (g) desembolsos por contratos de futuros, contratos a termo, contratos de opção e swaps, exceto quando os contratos destinam-se à intermediação ou transação própria, ou os pagamentos são classificados como atividades financeiras; e
- (h) recebimentos por contratos de futuros, contratos a termo, contratos de opção e swaps, exceto quando os contratos são mantidos para intermediação ou transação própria, ou os recebimentos são classificados como atividades financeiras.



Quando um contrato é contabilizado como proteção (*hedge*) de uma posição identificável, os fluxos de caixa do contrato são classificados do mesmo modo como os fluxos de caixa da posição que está sendo protegida.

#### Atividades Financeiras

17. A divulgação separada dos fluxos de caixa decorrentes das atividades financeiras é importante, porque é útil para predizer as exigências impostas a futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à empresa. Exemplos de fluxos de caixa derivados de atividades financeiras são:

- (a) numerário recebido proveniente da emissão de ações ou outros instrumentos de capital;
- (b) pagamentos a investidores para adquirir ou resgatar ações da empresa;
- (c) numerário recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos, títulos e valores, hipotecas e outras modalidades de captação de empréstimos a curto e longo prazos;
- (d) amortização de empréstimos a pagar; e
- (e) pagamentos por um arrendatário (*lessee*) pela redução do passivo pendente relativo a um arrendamento (*lease*) financeiro.

#### Reportando os Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

18. *A empresa deve reportar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando:*

- (a) *o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e desembolsos brutos são divulgados; ou*
- (b) *o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem dinheiro, quaisquer diferimentos ou provisões de recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros e itens da receita ou despesa relativa a fluxos de caixa de atividades de investimento ou de financiamento.*

19. As empresas são encorajadas a reportar os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais usando o método direto. O método direto proporciona informações que podem ser úteis para estimar futuros fluxos de caixa e que não são disponíveis com o uso do método indireto. De acordo com o método direto, as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas:

- (a) pelos registros contábeis da empresa; ou
- (b) ajustando as vendas, custo de vendas (juros e receitas semelhantes e despesa de juros e débitos semelhantes em uma instituição financeira) e outros itens da demonstração do resultado referentes a:
  - (i) mudanças ocorridas no período, nos estoques e nas contas a receber e a pagar operacionais;
  - (ii) outros itens que não envolvem caixa; e
  - (iii) outros itens cujos efeitos na caixa são fluxos de caixa decorrentes de atividades financeiras e de investimento.

20. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:

- (a) mudanças operacionais ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e a pagar;
- (b) itens que não afetam a caixa, tais como depreciação, provisões, impostos diferidos, lucros ou prejuízos cambiais não realizados, lucros não distribuídos de associadas e interesses minoritários; e
- (c) todos os outros itens cujos efeitos sobre a caixa são fluxos de caixa das atividades de investimento ou financeiras.

Alternativamente, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pode ser apresentado, conforme o método indireto, mostrando as receitas e despesas divulgadas na demonstração do resultado e as mudanças operacionais ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e a pagar.

#### Reportando os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento e Financeiras

*21. A empresa deve reportar separadamente as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos decorrentes das atividades de investimento e financeiras exceto na extensão em que os fluxos de caixa descritos nos parágrafos 22 e 24 estejam reportados numa base líquida.*

#### Reportando os Fluxos de Caixa numa Base Líquida

*22. Os fluxos de caixa decorrentes das seguintes atividades operacionais, de investimento e financeiras podem ser reportados numa base líquida:*

- (a) *recebimentos e pagamentos em dinheiro por conta de clientes, quando os fluxos de caixa refletem as atividades do cliente e não os da empresa; e*
- (b) *recebimentos e pagamentos em dinheiro referentes a itens em que a rotação é rápida, as importâncias significativas e os vencimentos a curto prazo.*

23. Exemplos de recebimentos e pagamentos aos quais se refere o parágrafo 22 (a) são:

- (a) o aceite e pagamento de depósitos em conta de movimento de um banco;
- (b) fundos mantidos para clientes por uma companhia de investimento; e
- (c) aluguéis cobrados por conta de, ou pagos a, donos de propriedades.

Exemplos de recebimentos e pagamentos aos quais se refere o parágrafo 22 (b) são adiantamentos destinados a, e à amortização de:

- (a) importâncias do principal relativas a clientes de cartão de crédito;
- (b) a compra e venda de investimentos; e
- (c) outros empréstimos tomados a curto prazo, por exemplo, os que têm vencimento de três meses ou menos.

*24. Os fluxos de caixa decorrentes das seguintes atividades de uma instituição financeira podem ser reportados numa base líquida:*

- (a) *recebimentos e pagamentos em dinheiro pelo aceite e resgate de depósitos a prazo fixo;*
- (b) *a colocação de depósitos em, ou sua retirada de, outras instituições financeiras; e*
- (c) *adiantamentos em dinheiro e empréstimos feitos a clientes e a liquidação e amortização desses adiantamentos e empréstimos.*

#### Fluxos de Caixa em Moeda Estrangeira

*25. Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda em que estão expressas as demonstrações contábeis (reporting currency) da empresa, convertendo-se o montante em moeda estrangeira à taxa cambial na data do fluxo de caixa.*

*26. Os fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira devem ser traduzidos com base nas taxas cambiais entre a moeda das demonstrações contábeis e a moeda estrangeira, nas datas dos fluxos de caixa.*

*27. Os fluxos de caixa expressos em moeda estrangeira são reportados em conformidade com a NIC 21, Efeitos das Mudanças nas Taxas Cambiais. Isso permite o uso de uma taxa cambial que se aproxime da taxa real. Por exemplo, pode ser usada uma taxa cambial média ponderada referente a um período para registrar as transações em moeda estrangeira ou a tradução dos fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira. Entretanto, a NIC 21 não permite o uso da taxa de câmbio na data do balanço, ao traduzir os fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira.*

*28. Ganhos ou perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre a caixa e os valores equivalentes à caixa mantidos ou devidos em moeda estrangeira é reportado na demonstração do fluxo de caixa, a fim de reconciliar a caixa e equivalentes à caixa no começo e no fim do período. Essa importância é apresentada separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e financeiras e inclui as diferenças que poderiam existir, se tais fluxos de caixa tivessem sido reportados às taxas de câmbio do fim do período.*

#### Itens Extraordinários

*29. Os fluxos de caixa referentes a itens extraordinários devem ser classificados como resultantes de atividades operacionais, de investimento ou financeiras, conforme o caso, e separadamente divulgados.*

*30. Os fluxos de caixa referentes a itens extraordinários são divulgados separadamente como resultantes de atividades operacionais, de investimento e financeiras na demonstração do fluxo de caixa, para permitir que os usuários entendam a sua natureza e efeito sobre os fluxos de caixa presentes e futuros da empresa. Essas divulgações são feitas além das divulgações em separado sobre a natureza e os montantes dos itens extraordinários requeridas pela NIC 8, Lucro ou Prejuízo Líquido do Período, Erros Fundamentais e Mudanças nas Políticas Contábeis.*

#### Juros e Dividendos

*31. Os fluxos de caixa referentes a juros e dividendos recebidos e pagos devem ser divulgados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de uma maneira uniforme de período a período como decorrentes de atividades operacionais, de investimento ou financeiras.*

*32. O montante total dos juros pagos durante o período é divulgado na demonstração do fluxo de caixa, quer tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado,*

quer tenha sido capitalizado de acordo com o tratamento alternativo permitido na NIC 23, Encargos Financeiros de Empréstimos.

33. Os juros pagos e os juros e dividendos recebidos são usualmente classificados como fluxos de caixa operacionais em uma instituição financeira. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para outras empresas. Os juros pagos e os juros e dividendos recebidos podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do lucro ou prejuízo líquido. Alternativamente, os juros pagos e os juros e dividendos recebidos podem ser classificados como fluxos de caixa financeiros e fluxos de caixa de investimento, respectivamente, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retorno sobre investimentos.

34. Os dividendos pagos podem ser classificados como fluxo de caixa financeiro, porque são um custo da obtenção de recursos financeiros. Alternativamente, os dividendos pagos podem ser classificados como um componente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, a fim de ajudar os usuários a determinar a capacidade de a empresa pagar dividendos utilizando os fluxos de caixa operacionais.

#### Impostos sobre a Renda

*35 Os fluxos de caixa referentes aos impostos sobre a renda devem ser divulgados separadamente como fluxos de caixa das atividades operacionais, a menos que possam ser especificamente relacionados com atividades financeiras e de investimento.*

36. Os impostos sobre a renda resultam de transações que dão lugar a fluxos de caixa, classificados como atividades operacionais, de investimento ou financeiras numa demonstração do fluxo de caixa. Embora a despesa dos impostos possa ser prontamente identificável com as atividades de investimento ou financeiras, torna-se às vezes impraticável identificar os respectivos fluxos de caixa dos impostos, e podem surgir em um período diferente dos fluxos de caixa da transação básica. Portanto, os impostos pagos são usualmente classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais. Todavia, quando for praticável identificar o fluxo de caixa dos impostos com uma determinada transação da qual resultam fluxos de caixa que são classificados como atividades de investimento ou financeiras, o fluxo de caixa dos impostos é classificado como atividade de investimento ou financeira, conforme apropriado. Quando os fluxos de caixa dos impostos são alocados a mais de uma classe de atividade, o valor total dos impostos pagos é divulgado.

#### Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Joint Ventures (Empreendimentos Conjuntos)

37. Quando a contabilização de ou para subsidiária baseia-se no método da equivalência patrimonial ou no método de custo, o investidor restringe a apresentação, na demonstração do fluxo de caixa, aos fluxos de caixa entre ele próprio e a investida, por exemplo, a dividendos e adiantamentos.

38. Uma empresa que reporta seus interesses numa concessionária conjuntamente controlada (ver NIC 31, Demonstrações Contábeis Referentes a Interesses em Joint Ventures - Empreendimentos Conjuntos) usando a consolidação proporcional inclui na sua demonstração consolidada de fluxo de caixa a sua parte proporcional nos fluxos de caixa da concessionária conjuntamente controlada. Uma empresa que reporta tais interesses usando o método da equivalência patrimonial inclui na sua demonstração do fluxo de caixa os fluxos de caixa referentes aos seus investimentos na concessionária conjuntamente controlada e as distribuições e os outros pagamentos ou recebimentos entre a empresa e a concessionária conjuntamente controlada.

#### Aquisições e Vendas de Subsidiárias e outras Unidades de Negócios da Empresa

39. *Os fluxos de caixa totais decorrentes de aquisições e de vendas de subsidiárias ou outras unidades de negócios da empresa devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.*

40. *A empresa deve divulgar, em total, com respeito tanto a aquisições como vendas de subsidiárias ou outras unidades de negócios da empresa durante o período, cada um dos seguintes itens:*

- (a) *O preço total da compra ou da venda.*
- (b) *A porção do preço de compra ou de venda paga em dinheiro e equivalente em dinheiro.*
- (c) *A importância de caixa e equivalentes à caixa na subsidiária ou unidade adquirida ou vendida.*
- (d) *A importância dos ativos e passivos (exceto caixa e equivalentes à caixa) na subsidiária ou unidade de negócios adquirida ou vendida, resumida por categorias principais.*

41. *A apresentação separada dos efeitos do fluxo de caixa de aquisições e vendas de subsidiárias e outras unidades de negócios da empresa, como itens em única linha da demonstração, com a divulgação separada das importâncias dos ativos e passivos adquiridos ou vendidos, ajuda a distinguir esses fluxos de caixa dos fluxos de caixa decorrentes de outras atividades operacionais, de investimento e financeiras. Os efeitos do fluxo de caixa decorrentes das vendas não são deduzidos dos efeitos decorrentes das aquisições.*

42. *O montante total de caixa pago ou recebido como preço da compra ou da venda é reportado na demonstração do fluxo de caixa, líquido da caixa ou equivalente à caixa adquirida ou vendida.*

#### **Transações que não Envolvem Numerário**

43. *Transações de investimento e financiamento que não requerem o uso de caixa ou equivalentes à caixa devem ser excluídas da demonstração do fluxo de caixa. Tais transações devem ser divulgadas em outra parte das demonstrações contábeis de modo que forneçam todas as informações pertinentes sobre estas atividades financeiras e de investimento.*

44. *Muitas atividades de investimento e financeiras não têm impacto direto sobre os fluxos correntes de caixa, embora afetem a estrutura de capital e ativos de uma empresa. A exclusão de transações que não afetam a caixa está em harmonia com o objetivo da demonstração do fluxo de caixa, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente. Exemplos de transações que não afetam a caixa são:*

- (a) *a aquisição de ativos, assumindo diretamente o respectivo passivo ou por meio de um lease financeiro;*
- (b) *a aquisição de uma empresa por meio de uma emissão de ações;*
- (c) *a conversão de dívida em capital.*

#### **Componentes de Caixa e Equivalentes à Caixa**

45. *A empresa deve divulgar os componentes da caixa e equivalentes à caixa e deve apresentar uma reconciliação das importâncias em sua demonstração do fluxo de caixa com os respectivos itens reportados no balanço.*

46. *Em vista da variedade de práticas de administração de caixa e acordos bancários nos diferentes países e a fim de cumprir a NIC 1, Divulgação de Políticas Contábeis, a*

empresa deve divulgar a política que adota ao determinar a composição da caixa e equivalentes à caixa.

47. O efeito de qualquer mudança na política para determinar os componentes da caixa e equivalentes à caixa, por exemplo, uma mudança na classificação dos instrumentos financeiros previamente considerados como parte da carteira de investimentos de uma empresa é reportada de acordo com a NIC 8, Lucro Líquido ou Prejuízo do Período, Erros Fundamentais e Mudanças nas Políticas Contábeis.

#### Outras Divulgações (disclosures)

48. *A empresa deve divulgar, com os comentários da Administração, os saldos de caixa e equivalentes à caixa, mantidos por ela, que não estejam disponíveis para uso pelo grupo.*

49. Existem diversas circunstâncias em que os saldos de caixa e equivalentes à caixa não estão disponíveis para uso do grupo. Entre os exemplos, estão saldos de caixa e equivalentes à caixa em poder de uma subsidiária que opera em um país, no qual se aplicam controles cambiais ou outras restrições legais que impedem o uso geral dos saldos pela matriz ou outras subsidiárias.

50. Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez de uma empresa. A divulgação de tais informações, com um comentário da Administração, é encorajada e pode incluir:

- (a) o valor de empréstimos conseguidos mas não utilizados, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais facilidades;
- (b) o montante total dos fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais de investimento e financeiras referentes aos interesses em joint ventures reportados mediante o uso de consolidação proporcional;
- (c) o montante total dos fluxos de caixa que representam aumentos na capacidade operacional, separadamente dos fluxos de caixa que são necessários para manter a capacidade operacional;
- (d) o montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais de investimento e financeiras de cada segmento industrial e geográfico (ver NIC 14, Apresentação das Informações Financeiras por Segmentos da Empresa).

51. A divulgação separada dos fluxos de caixa que representam aumentos na capacidade operacional e dos fluxos de caixa que são necessários para manter a capacidade operacional é útil para habilitar o usuário a determinar se a empresa está investindo adequadamente na manutenção da sua capacidade operacional. Uma empresa que não investe adequadamente na manutenção de sua capacidade operacional pode estar prejudicando a futura lucratividade em favor da liquidez corrente e da distribuição de lucros aos proprietários.

52. A divulgação dos fluxos de caixa segmentares habilita os usuários a obter um melhor entendimento da relação entre os fluxos de caixa dos negócios em seu todo e os de suas partes componentes, e a disponibilidade e variabilidade dos fluxos de caixa segmentares.

#### Entrada em Vigor

53. *Esta Norma Internacional de Contabilidade entra em vigor para as demonstrações contábeis referentes a períodos que começam em 1o. de janeiro de 1994 ou após essa data.*

**ANEXO VIII: BALANÇO PUBLICADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 da  
empresa**





# COPEL Transmissão

**COPEL TRANSMISSÃO S.A.**  
Subsidiária Integral da  
Companhia Paranaense de Energia -

**CNPJ/MF 04.368.943/0001-22**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2004

### SENHORES AÇIONISTAS

Apresentamos para apreciação de V. S<sup>as</sup> o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, validadas nos exames da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003.

### CENÁRIOS

#### Cenário Internacional

O ano de 2004 destacou-se pela forte recuperação do comércio internacional, que continua a ser um importante propulsor do crescimento, devido ao ambiente de baixa inflação e baixas taxas de juros, experimentado pela atual ordem econômica mundial. Os Estados Unidos continuaram a ser o principal indutor do desenvolvimento, mas a maioria das regiões apresentou melhora no desempenho econômico. O Japão registrou o melhor desempenho dos últimos anos e, entre as economias industrializadas, a área do euro situou-se praticamente isolada com ritmo de crescimento mais lento. Este ano também foi um dos melhores das últimas três décadas para as economias emergentes, que têm apresentado desenvolvimento em várias partes do mundo. Tem ocorrido crescimento acelerado não somente na Ásia emergente - incluindo China e Índia - mas também nas economias em transição na Europa, incluindo Rússia, Ucrânia e novos membros da União Européia - onde o processo da evolução até o momento não tem sido afetado pela menor velocidade da área do euro. Melhorias têm ocorrido também em muitas partes da África e Oriente Médio. Neste contexto, o Produto Interno Bruto - PIB mundial apresentou o maior acréscimo dos últimos anos, estimado em torno de 5% pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

#### Cenário Nacional

O Brasil aproveitou o ambiente favorável para o comércio global e aumentou suas vendas externas, através da ampliação da base exportadora de produtos, destinos e empresas. Além do número de novas empresas exportadoras triplicar de 336 do ano anterior para 1.020 em 2004, aumentou o número de pequenas e médias empresas entre as novas, totalizando 90% delas. A diversificação da pauta obteve resultado semelhante, incluindo 600 novos produtos. Dos US\$ 96,4 bilhões exportados em 2004, US\$ 54,4 bilhões foram de bens manufaturados, US\$ 28,5 bilhões representaram vendas de insumo e US\$ 13,5 bilhões referiram-se a semi-manufaturados. O destino das vendas também avançou em 2004, atingindo países que há bem pouco tempo mantinham volume de comércio pouco expressivo com o Brasil, como é o caso da Polônia, para onde as exportações cresceram 21,4%. Estes acréscimos no volume de exportações, fator que associado ao aumento do crédito especialmente no primeiro semestre do ano contribuiu amplamente para aumentar a produção industrial em 8,3%, foram de grande importância para o crescimento econômico do país e resultaram numa elevação de 5,2% do PIB em 2004.

#### Cenário Local

Embora os volumes colhidos na safra agrícola de 2004 tenham sido menores que os do ano anterior, o Paraná apresentou incremento nas atividades ligadas ao agronegócio e ampliação das alternativas de produtos vendidos ao exterior. Além de aumentar a base exportadora de produtos, o Estado evoluiu nos números de empresas exportadoras e de países com os quais mantém relações comerciais, registrando aumento de 31,4% no volume das exportações, que somaram US\$ 9,4 bilhões. O saldo da balança comercial neste período aumentou 46,4% em relação a 2003, totalizando US\$ 5,4 bilhões. Este conjunto, associado à cotação favorável das commodities agrícolas no mercado internacional, proporcionou maior renda agrícola. Com relação ao setor secundário, a produção industrial paranaense superou a média nacional com aumento de 10,1%, observando-se forte incremento na fabricação de veículos automotores, edição e impressão e máquinas e equipamentos, que variaram positivamente em 50,6%, 39,7% e 21,4%, respectivamente. A evolução da indústria automobilística deve-se principalmente à venda de veículos com preço mais acessível e à maior escala de produção. O setor de edição e impressão deve seu desempenho ao aumento nas encomendas governamentais de livros e impressos didáticos, enquanto o de máquinas e equipamentos cresceu em função do aumento da produção de uma série de bens manufaturados, com destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão. O volume de vendas no comércio varejista no Paraná aumentou 11,2% em 2004, enquanto que no país o crescimento foi de 11,4%. Destacam-se as vendas de móveis e

**Automação** da totalidade das subestações de transmissão.

**Subestações construídas:** Cristo Rei (138 kV) e Cidade Industrial de Curitiba (230 kV).

**Subestações ampliadas:** Umbará (230 kV), São Mateus do Sul (230 kV), Uberaba (230 kV) e Paranavaí (138 kV).

**Subestações com obras em andamento:** Sarandi (230 kV), Santa Mônica (230 kV), Laranjeiras do Sul (138 kV), Palmas (138 kV) e Thomaz Coelho (69 kV).

**Ampliações de subestações em andamento:** Bateias (500 kV) - segundo banco de transformadores de 600 MVA, Cascavel Oeste (500 kV) - segundo banco de transformadores de 600 MVA, Ponta Grossa Sul (230 kV), Cascavel (230 kV), Pinheiros (230 kV) e Toledo (138 kV).

**Linhas de transmissão construídas:** LT 138 kV Apucarana - Arapongas (3,71 km) e LT 138 kV Cristo Rei - Seccionamento LT Apucarana-Mandaguari (13,66 km).

**Melhorias e readequações em linhas de transmissão:** LT 69 kV Campo Comprido - Mercês (7,2 km), LT 69 kV Mercês - Centro (7,2 km), LT 69 kV Pinherinho - Uberaba (7 km), LT 69 kV Uberaba - Boqueirão (5,7 km), LT 69 kV Boqueirão - Tatuquara (10,5 km), LT 69 kV Umbará - Tatuquara (4,7 km), LT 69 kV Umbará - Pinherinho (11,3 km), LT 230 kV Campo Comprido - Pilarzinho (17,7 km), LT 69 kV Atuba - Quatro Barras (13,03 km) e LT 69 kV Barigui - Araucária (12,7 km).

**Melhorias em linhas de transmissão em andamento:** LT 138 kV Areia - Canteiro Segredo (54,69 km), LT 525 kV Salto Caxias - Cascavel Oeste (reforço de 119 estruturas) e LT 525 kV Salto Caxias - Salto Santiago (reforço de 190 estruturas).

**Centro de Operação do Sistema (COS):** Reforma da sala de controle do sistema com implantação de novo painel de controle.

**Transformador móvel** (145-13,8 kV) adquirido para dar agilidade ao atendimento a situações de emergência em subestações.

**Torres de emergência:** foram adquiridas estruturas para substituição emergencial de torres de linhas de transmissão; são de fácil transporte e possibilitam montagem rápida e simplificada.

**Cestos aéreos isolados:** adquiridos dois equipamentos que possibilitam a manutenção e inspeção em linhas de transmissão sem a necessidade de efetuar desligamento, garantindo a confiabilidade do fornecimento de energia, sem comprometer a segurança dos empregados; montados sobre caminhões, os cestos alcançam até 25 m de altura.

### GESTÃO

#### Planejamento Estratégico

O modelo de gestão e planejamento empresarial integrado utilizado busca o alinhamento dos esforços das pessoas da Organização para atingir e garantir, com base nos valores da Copel e na gestão otimizada dos processos, o atendimento dos interesses dos acionistas, dos clientes, da sociedade e dos empregados, bem como a sobrevivência e crescimento da Empresa.

#### Governança Corporativa

A controladora instituiu desde 2003 o seu Código de Conduta Ética com base nos valores empresariais e na cultura corporativa, os quais foram consolidados ao longo dos seus 50 anos e refletem a integridade dos procedimentos da Companhia em suas relações internas e com o meio em que se insere e atua, nos mais diversos níveis. Em 2004, o Código de Conduta Ética passou por um processo de divulgação interna com o objetivo de disseminar os valores da empresa entre todos os empregados.

#### Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia também está tomando todas as medidas necessárias para sua adaptação às novas regulamentações da Securities and Exchange Commission - SEC (Lei Sarbanes-Oxley), em conformidade com o que está sendo efetuado pela Controladora. Dentre essas ações, destacam-se estudos para adaptação do Conselho Fiscal ou a criação de um Comitê de Auditoria, mapeamento dos controles internos e criação de um Comitê Permanente de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes.

Para isso, a controladora contratou a empresa de auditoria externa Ernst & Young para prestação de serviços relativos ao diagnóstico e implementação de melhorias do ambiente de controles internos da Copel e suas subsidiárias.

Todas essas medidas têm como objetivo principal tornar mais transparentes as decisões da Administração e direcionar estrategicamente os negócios da Companhia para o futuro.

#### Programa de Investimentos

O ano de 2004 foi marcado pelo redirecionamento dos negócios para a satisfação das exigências dos consumidores, com ênfase na melhoria da confiabilidade dos sistemas de distribuição e na modernização das redes de transmissão. Foram realizados R\$ 98,2 milhões em investimentos, sendo R\$ 45,5 milhões em transmissão e R\$ 52,7 milhões em distribuição.



COPEL


[www.copel.com](http://www.copel.com) / [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Resultado

Em 2004, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 147,5 milhões, sendo 21,4% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 121,5 milhões. Tal resultado proporcionou um percentual de Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 21,5%, representando aumento de 15,1% em relação a 2003.

Apontamos como principal motivo para este bom resultado um melhor desempenho operacional no exercício, demonstrado pelo aumento de 29,6% na **Receita Operacional Líquida**, em relação às **Despesas Operacionais**, que aumentaram 23,1%.

O aumento na **Receita Bruta** de 27,5%, passando de R\$ 289,8 milhões em 2003 para R\$ 369,6 milhões em 2004, deveu-se, principalmente, ao crescimento da receita de:

Receita pela disponibilidade da Rede em função dos reajustes tarifários da transmissão homologados pelas resoluções ANEEL 307/2003 e ANEEL 71/2004, além da incorporação de novos ativos de transmissão na Rede Básica e Conexão.

O aumento de R\$ 29,9 milhões nas **Despesas Operacionais**, em comparação aos gastos do exercício anterior, que foram R\$ 129,4 milhões contra os R\$ 159,3 milhões deste exercício, está relacionado, principalmente, ao crescimento nas rubricas:

Pessoal e Plano Previdenciário e Assistencial, com crescimento de R\$ 22,3 milhões devido ao aumento do quadro de pessoal e aos reajustes da folha.

Material e serviços de terceiros, com crescimento de R\$ 5,5 milhões, devido ao aumento de melhoramentos e manutenções preventivas de linhas e subestações visando dar maior confiabilidade ao sistema.

### EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA ou LAJIDA), totalizou R\$ 224,8 milhões, superior em 29,3 % ao apresentado em 2003 que foi de R\$ 173,8 milhões.

### Resultado Financeiro

O impacto negativo de R\$ 2,1 milhões no Resultado Financeiro deste exercício reflete principalmente o acréscimo da conta de variações monetárias de Despesas Financeiras em virtude da menor queda do dólar norte-americano em 2004 em relação ao exercício anterior.

### Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	147.544	121.524
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	36.546	35.072
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	(11.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.305	1.125
Provisões no exigível a longo prazo	32.296	21.421
Baixas de realizáveis a longo prazo	351	386
Baixas de investimentos	16	-
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	882	805
	<b>72.288</b>	<b>47.481</b>
<b>Variações no ativo circulante</b>		
Concessionárias	(6.475)	2.403
Serviços executados para terceiros	(67)	254
Serviços em curso	(1.419)	(1.081)
Impostos e contribuições sociais a compensar	21.195	(7.653)
Almoxarifado	(1.908)	2.888
Outros créditos	(421)	(872)
	<b>10.905</b>	<b>(4.061)</b>
<b>Variações no passivo circulante</b>		
Fornecedores	3.081	226
Impostos e contribuições sociais	3.029	8.493
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.555	4.279
Benefícios pós-emprego	(20.765)	(21.037)

...mento da produção de uma série de bens manufaturados, com destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão. O volume de vendas no comércio varejista no Paraná aumentou 11,2% em 2004, enquanto que no país o crescimento foi de 11,4%. Destacam-se as vendas de móveis e eletroeletrônicos, que cresceram 29,4% no Paraná e 23,5% no Brasil.

## Cenário do Setor Elétrico

No cenário regulatório, 2004 foi marcado pelo detalhamento das regras do novo modelo do setor elétrico, instituído pela Lei 10.848/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.163/2004. O principal acontecimento do novo modelo foi o Mega Leilão de Energia Elétrica realizado em 7 de dezembro de 2004, onde foram negociados 17 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 74,9 bilhões e o evento teve a participação de 35 distribuidoras como compradoras e de 18 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2005, 2006 e 2007. Foram comercializados 9.054 MW médios para entrega a partir de 2005, 6.782 MW médios para 2006 e 1.172 MW médios para 2007.

As Resoluções ANEEL nº 067 e nº 068, publicadas em junho de 2004 atualizaram os critérios para a composição da Rede Básica e definiram a responsabilidade para a ampliação das Demais Instalações de Transmissão - DITs.

## COPEL TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

	2004	2003	Δ %
<b>Financeiros - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional	369,6	289,8	27,5
Receita Operacional Líquida	347,5	268,2	29,6
EBITDA ou LAJIDA	224,8	173,8	29,3
Lucro Líquido	147,5	121,5	21,4
Patrimônio Líquido	835,2	773,1	8,0
<b>Indicadores Econômico-financeiros</b>			
Liquidez Corrente ( índice )	0,63	0,92	(31,5)
Margem operacional líquida ( % )	54,17	51,74	4,7
Rentabilidade do patrimônio líquido ( % )	21,46	18,65	15,1
Lucro por lote de mil ações - R\$	196,21	161,60	21,4
Endividamento do patrimônio líquido ( % )	14,86	18,77	(20,8)
- Em moeda nacional ( % )	7,19	8,72	(17,5)
- Em moeda estrangeira ( % )	7,67	10,05	(23,7)
<b>Atendimento</b>			
Empregados	835	772	8,2
Número de municípios atendidos	393	393	-
<b>Mercado</b>			
Área de concessão (km <sup>2</sup> )	194.854	194.854	-
<b>Operacionais</b>			
Subestações	125	124	0,8
Linhas de transmissão (km)	6.996	6.977	0,3

## PERFIL DA COMPANHIA

A Copel Transmissão S.A., tem como principal atividade a exploração dos serviços de transporte e transformação de energia elétrica, a empresa opera parte do sistema interligado nacional, localizado na região sul do país, para o Operador Nacional do Sistema - ONS.

Nos quadros abaixo, apresentamos a extensão da rede de Transmissão, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações de transmissão:

Linhas de Transmissão	km
69 kV	1.137,2
88 kV	58,2
138 kV	4.063,9
230 kV	1.575,7
525 kV	161,3
<b>TOTAL</b>	<b>6.996,3</b>

Subestações	Nº	Automatizadas	MVA
69 kV	31	31	1.912,0
88 kV	-	-	5,0
138 kV	68	68	4.725,6
230 kV	22	22	6.843,0
525 kV	4	4	1.600,0
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>15.085,6</b>

O sistema de transmissão passou por uma série de reforços, atualizações tecnológicas e expansão que garantem a manutenção do elevado padrão de atendimento da Empresa.

## Programa de investimentos

O ano de 2004 foi marcado pelo redirecionamento dos negócios para a satisfação das exigências dos consumidores, com ênfase na melhoria da confiabilidade dos sistemas de distribuição e na modernização das redes de transmissão. Foram aplicados R\$ 88,7 milhões em obras de transmissão.

## Público Interno

A Copel Transmissão, na busca da melhoria do desempenho empresarial e do crescimento profissional e pessoal dos seus empregados, oferece diversas formas de **treinamento e capacitação** continuado, para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos.

Em 2004, a Copel Transmissão finalizou a implantação da 1ª fase do seu **Plano de Sucesso**, com o intuito de resguardar conhecimentos essenciais para a realização de trabalhos em atividades consideradas "chaves" para o bom desenvolvimento da Companhia.

Também neste ano, deu-se continuidade à implantação da nova **Política Salarial** da Copel Transmissão, bem como aos trabalhos de levantamentos, análise e formatação do Novo Plano de Cargos em conformidade e coordenação da controladora.

O Acordo Coletivo de Trabalho de 2004 proporcionou alguns avanços com relação aos **benefícios** concedidos aos empregados, os quais podemos mencionar: aumentos acima da inflação para o Programa de Auxílio Educação, Auxílio Creche, Gratificação de Férias, Tiquete Alimentação/Refeição e Auxílio a Portadores de Necessidades Especiais. Através dessas concessões, a empresa visa reconhecer e recompensar a dedicação e esforços dos seus empregados na busca de melhorias constantes de produtividade e qualidade dos serviços prestados.

A Copel Transmissão, realizou Pesquisa de **Clima Organizacional**, a qual foi coordenada pela controladora, como forma de avaliar as Relações Capital - Trabalho, tendo no ano de 2004, apontando um alto índice de satisfação dos empregados em praticamente todos os fatores que a compõe, fato conseqüente do comprometimento e esforço da empresa, em formar um quadro de empregados satisfeitos e motivados, e assim, melhorar a qualidade de vida dos mesmos, de suas famílias, da imagem institucional, visando o alcance dos objetivos organizacionais.

## Segurança

### Segurança do Trabalho

Como destaque, ressalta-se o esforço da empresa em eliminar os acidentes decorrentes do trabalho, fortalecendo o valor da segurança e, assim, melhorar a qualidade de vida dos empregados.

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais destacou-se em 2004 o II Encontro de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho, onde estiveram reunidos mais de 200 empregados, gerentes e profissionais ligados ao tema. Outra iniciativa digna de menção foi o lançamento da Campanha Interna de Segurança do Trabalho, o maior evento de segurança já desenvolvido nas Subsidiárias da Copel.

**Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA:** Conforme determina a NR-5, as CIPAs têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

### Seguros de Responsabilidade Civil

A Companhia mantém apólice de seguro que visa dar cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais, causados a terceiros.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a controladora está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados:

#### • Contratados

Treinamento de segurança para empreiteiros na recepção de grandes obras;  
Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;  
Encontro de segurança com eletricitistas de empreiteiras;  
Encontro de segurança com eletricitistas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas;  
Parceria com SENAI para treinamento de eletricitistas de empreiteiras;  
Inspeções de segurança periódicas;  
Fiscalização sistemática por empregados das subsidiárias tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e  
Controle estatístico de acidentes.

### Auditoria Externa

No relacionamento com os auditores independentes, a companhia tem como ponto fundamental a não contratação de outros serviços de consultoria que tenham a possibilidade de vir a interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Em 2004, a empresa de auditoria externa independente da Copel Transmissão, PricewaterhouseCoopers, prestou serviços exclusivamente sobre as demonstrações contábeis, não havendo qualquer outro serviço.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

Sendo anualmente positivo o crescimento do sistema elétrico, é necessário constantemente que sejam realizadas ampliações e reforços em suas redes, buscando o melhor atendimento ao consumidor, além da necessidade de implantação de novas tecnologias, visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Copel e suas Subsidiárias ao passar por um processo de privatização a partir do ano de 2000, sofreu naturalmente impacto com a redução de pessoal e de investimentos, o que aliado às condições climáticas adversas, levou a uma condição inadequada dos indicadores nos anos de 2002 e 2003.

Como resultado do primeiro trabalho do grupo, foi autorizada pela Diretoria da Empresa a liberação de recursos suplementares na ordem de R\$ 27 milhões, recursos esses que foram utilizados para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

Em 2004 também foram aprovados recursos suplementares para contratação de novas equipes que contribuiriam na manutenção do sistema com a realização de poda de árvores e roçada de faixas, resultado que vem sendo refletido nos indicadores de 2005



mento da produção de uma série de bens manufaturados, com destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão. O volume de vendas no comércio varejista no Paraná aumentou 11,2% em 2004, enquanto que no país o crescimento foi de 11,4%. Destacam-se as vendas de móveis e eletroeletrônicos, que cresceram 29,4% no Paraná e 23,5% no Brasil.

**cenário do Setor Elétrico**

No cenário regulatório, 2004 foi marcado pelo detalhamento das regras do novo modelo do setor elétrico, instituído pela Lei 10.848/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.163/2004. O principal acontecimento do novo modelo foi o Mega Leilão de Energia Elétrica realizado em 7 de dezembro de 2004, onde foram negociados 17 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 74,9 bilhões e o evento teve a participação de 35 distribuidoras como compradoras e de 18 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2005, 2006 e 2007. Foram comercializados 9.054 MW médios para entrega a partir de 2005, 6.782 MW médios para 2006 e 1.172 MW médios para 2007.

As Resoluções ANEEL nº 067 e nº 068, publicadas em junho de 2004 atualizaram os critérios para a composição da Rede Básica e definiram a responsabilidade para a ampliação das Demais Instalações de Transmissão - DITs.

**COPEL TRANSMISSÃO EM NÚMEROS**

	2004	2003	Δ %
<b>Financeiros - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional	369,6	289,8	27,5
Receita Operacional Líquida	347,5	268,2	29,6
EBITDA ou LAJIDA	224,8	173,8	29,3
Lucro Líquido	147,5	121,5	21,4
Patrimônio Líquido	835,2	773,1	8,0
<b>Indicadores Econômico-financeiros</b>			
Liquidez Corrente ( Índice )	0,63	0,92	(31,5)
Margem operacional Líquida ( % )	54,17	51,74	4,7
Rentabilidade do patrimônio líquido ( % )	21,46	18,65	15,1
Lucro por lote de mil ações - R\$	196,21	161,60	21,4
Endividamento do patrimônio líquido ( % )	14,86	18,77	(20,8)
- Em moeda nacional ( % )	7,19	8,72	(17,5)
- Em moeda estrangeira ( % )	7,67	10,05	(23,7)
<b>Atendimento</b>			
Empregados	835	772	8,2
Número de municípios atendidos	393	393	-
<b>Mercado</b>			
Área de concessão (km <sup>2</sup> )	194.854	194.854	-
<b>Operacionais</b>			
Subestações	125	124	0,8
Linhas de transmissão (km)	6.996	6.977	0,3

**PERFIL DA COMPANHIA**

A Copel Transmissão S.A., tem como principal atividade a exploração dos serviços de transporte e transformação de energia elétrica, a empresa opera parte do sistema interligado nacional, localizado na região sul do país, para o Operador Nacional do Sistema - ONS.

Nos quadros abaixo, apresentamos a extensão da rede de Transmissão, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações de transmissão:

Linhas de Transmissão	km
69 kV	1.137,2
88 kV	58,2
138 kV	4.063,9
230 kV	1.575,7
525 kV	161,3
<b>TOTAL</b>	<b>6.996,3</b>

Subestações	Nº	Automatizadas	MVA
69 kV	31	31	1.912,0
88 kV	-	-	5,0
138 kV	68	68	4.725,6
230 kV	22	22	6.843,0
525 kV	4	4	1.600,0
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>15.085,6</b>

O sistema de transmissão passou por uma série de reforços, atualizações tecnológicas e expansão que garantem a manutenção do elevado padrão de atendimento da Empresa.

**Programa de Investimentos**

O ano de 2004 foi marcado pelo redirecionamento dos negócios para a satisfação das exigências dos consumidores, com ênfase na melhoria da confiabilidade dos sistemas de distribuição e na modernização das redes de transmissão. Foram aplicados R\$ 88,7 milhões em obras de transmissão.

**Público Interno**

A Copel Transmissão, na busca da melhoria do desempenho empresarial e do crescimento profissional e pessoal dos seus empregados, oferece diversas formas de **treinamento e capacitação** continuado, para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos.

Em 2004, a Copel Transmissão finalizou a implantação da 1ª fase do seu **Plano de Sucessão**, com o intuito de resguardar conhecimentos essenciais para a realização de trabalhos em atividades consideradas "chaves" para o bom desenvolvimento da Companhia.

Também neste ano, deu-se continuidade à implantação da nova **Política Salarial** da Copel Transmissão, bem como aos trabalhos de levantamentos, análise e formatação do Novo Plano de Cargos em conformidade e coordenação da controladora.

O Acordo Coletivo de Trabalho de 2004 proporcionou alguns avanços com relação aos **benefícios** concedidos aos empregados, os quais podemos mencionar: aumentos acima da inflação para o Programa de Auxílio Educação, Auxílio Creche, Gratificação de Férias, Tiquete Alimentação/Refeição e Auxílio a Portadores de Necessidades Especiais. Através dessas concessões, a empresa visa reconhecer e recompensar a dedicação e esforços dos seus empregados na busca de melhorias constantes de produtividade e qualidade dos serviços prestados.

A Copel Transmissão, realizou Pesquisa de **Clima Organizacional**, a qual foi coordenada pela controladora, como forma de avaliar as Relações Capital - Trabalho, tendo no ano de 2004, apontando um alto índice de satisfação dos empregados em praticamente todos os fatores que a compõe, fato consequente do comprometimento e esforço da empresa, em formar um quadro de empregados satisfeitos e motivados, e assim, melhorar a qualidade de vida dos mesmos, de suas famílias, da imagem institucional, visando o alcance dos objetivos organizacionais.

**Segurança**

**Segurança do Trabalho**

Como destaque, ressalta-se o esforço da empresa em eliminar os acidentes decorrentes do trabalho, fortalecendo o valor da segurança e, assim, melhorar a qualidade de vida dos empregados.

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais destacou-se em 2004 o II Encontro de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho, onde estiveram reunidos mais de 200 empregados, gerentes e profissionais ligados ao tema. Outra iniciativa digna de menção foi o lançamento da Campanha Interna de Segurança do Trabalho, o maior evento de segurança já desenvolvido nas Subsidiárias da Copel.

**Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA:** Conforme determina a NR-5, as CIPAS têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

**Seguros de Responsabilidade Civil**

A Companhia mantém apólice de seguro que visa dar cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais, causados a terceiros.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a controladora está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados:

- Contratados

Treinamento de segurança para empreiteiros na recepção de grandes obras;

Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitas de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas;

Parceria com SENAI para treinamento de eletricitas de empreiteiras;

Inspecções de segurança periódicas;

Fiscalização sistemática por empregados das subsidiárias tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e

Controle estatístico de acidentes.

**Auditoria Externa**

No relacionamento com os auditores independentes, a companhia tem como ponto fundamental a não contratação de outros serviços de consultoria que tenham a possibilidade de vir a interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Em 2004, a empresa de auditoria externa independente da Copel Transmissão, PricewaterhouseCoopers, prestou serviços exclusivamente sobre as demonstrações contábeis, não havendo qualquer outro serviço.

**DESEMPENHO OPERACIONAL**

Sendo anualmente positivo o crescimento do sistema elétrico, é necessário constantemente que sejam realizadas ampliações e reforços em suas redes, buscando o melhor atendimento ao consumidor, além da necessidade de implantação de novas tecnologias, visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Copel e suas Subsidiárias ao passar por um processo de privatização a partir do ano de 2000, sofreu naturalmente impacto com a redução de pessoal e de investimentos, o que aliado às condições climáticas adversas, levou a uma condição inadequada dos indicadores nos anos de 2002 e 2003.

Como resultado do primeiro trabalho do grupo, foi autorizada pela Diretoria da Empresa a liberação de recursos suplementares na ordem de R\$ 27 milhões, recursos esses que foram utilizados para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

Em 2004 também foram aprovados recursos suplementares para contratação de novas equipes que contribuíram na manutenção do sistema com a realização de poda de árvores e roçada de faixas, resultado que vem sendo refletido nos indicadores de 2005.



mento da produção de uma série de bens manufaturados, com destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão. O volume de vendas no comércio varejista no Paraná aumentou 11,2% em 2004, enquanto que no país o crescimento foi de 11,4%. Destacam-se as vendas de móveis e eletroeletrônicos, que cresceram 29,4% no Paraná e 23,5% no Brasil.

#### Cenário do Setor Elétrico

No cenário regulatório, 2004 foi marcado pelo detalhamento das regras do novo modelo do setor elétrico, instituído pela Lei 10.848/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.163/2004. O principal acontecimento do novo modelo foi o Mega Leilão de Energia Elétrica realizado em 7 de dezembro de 2004, onde foram negociados 17 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 74,9 bilhões e o evento teve a participação de 35 distribuidoras como compradoras e de 18 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2005, 2006 e 2007. Foram comercializados 9.054 MW médios para entrega a partir de 2005, 6.782 MW médios para 2006 e 1.172 MW médios para 2007.

As Resoluções ANEEL nº 067 e nº 068, publicadas em junho de 2004 atualizaram os critérios para a composição da Rede Básica e definiram a responsabilidade para a ampliação das Demais Instalações de Transmissão - DITs.

#### COPEL TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

	2004	2003	Δ %
<b>Financeiros - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional	369,6	289,8	27,5
Receita Operacional Líquida	347,5	268,2	29,6
EBITDA ou LAJIDA	224,8	173,8	29,3
Lucro Líquido	147,5	121,5	21,4
Patrimônio Líquido	835,2	773,1	8,0
<b>Indicadores Econômico-financeiros</b>			
Liquidez Corrente ( Índice )	0,63	0,92	(31,5)
Margem operacional Líquida ( % )	54,17	51,74	4,7
Rentabilidade do patrimônio líquido ( % )	21,46	18,65	15,1
Lucro por lote de mil ações - R\$	196,21	161,60	21,4
Endividamento do patrimônio líquido ( % )	14,86	18,77	(20,8)
- Em moeda nacional ( % )	7,19	8,72	(17,5)
- Em moeda estrangeira ( % )	7,67	10,05	(23,7)
<b>Atendimento</b>			
Empregados	835	772	8,2
Número de municípios atendidos	393	393	-
<b>Mercado</b>			
Área de concessão (km <sup>2</sup> )	194.854	194.854	-
<b>Operacionais</b>			
Subestações	125	124	0,8
Linhas de transmissão (km)	6.996	6.977	0,3

#### PERFIL DA COMPANHIA

A Copel Transmissão S.A., tem como principal atividade a exploração dos serviços de transporte e transformação de energia elétrica, a empresa opera parte do sistema interligado nacional, localizado na região sul do país, para o Operador Nacional do Sistema - ONS.

Nos quadros abaixo, apresentamos a extensão da rede de Transmissão, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações de transmissão:

Linhas de Transmissão	km
69 kV	1.137,2
88 kV	58,2
138 kV	4.063,9
230 kV	1.575,7
525 kV	161,3
<b>TOTAL</b>	<b>6.996,3</b>

Subestações	Nº	Automatizadas	MVA
69 kV	31	31	1.912,0
88 kV	-	-	5,0
138 kV	68	68	4.725,6
230 kV	22	22	6.843,0
525 kV	4	4	1.600,0
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>15.085,6</b>

O sistema de transmissão passou por uma série de reforços, atualizações tecnológicas e expansão que garantem a manutenção do elevado padrão de atendimento da Empresa.

#### Programa de Investimentos

O ano de 2004 foi marcado pelo redirecionamento dos negócios para a satisfação das exigências dos consumidores, com ênfase na melhoria da confiabilidade dos sistemas de distribuição e na modernização das redes de transmissão. Foram aplicados R\$ 88,7 milhões em obras de transmissão.

#### Público Interno

A Copel Transmissão, na busca da melhoria do desempenho empresarial e do crescimento profissional e pessoal dos seus empregados, oferece diversas formas de **treinamento e capacitação** continuado, para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos.

Em 2004, a Copel Transmissão finalizou a implantação da 1ª fase do seu **Plano de Sucesso**, com o intuito de resguardar conhecimentos essenciais para a realização de trabalhos em atividades consideradas "chaves" para o bom desenvolvimento da Companhia.

Também neste ano, deu-se continuidade à implantação da nova **Política Salarial** da Copel Transmissão, bem como aos trabalhos de levantamentos, análise e formatação do Novo Plano de Cargos em conformidade e coordenação da controladora.

O Acordo Coletivo de Trabalho de 2004 proporcionou alguns avanços com relação aos **benefícios** concedidos aos empregados, os quais podemos mencionar: aumentos acima da inflação para o Programa de Auxílio Educação, Auxílio Creche, Gratificação de Férias, Tiquete Alimentação/Refeição e Auxílio a Portadores de Necessidades Especiais. Através dessas concessões, a empresa visa reconhecer e recompensar a dedicação e esforços dos seus empregados na busca de melhorias constantes de produtividade e qualidade dos serviços prestados.

A Copel Transmissão, realizou Pesquisa de **Clima Organizacional**, a qual foi coordenada pela controladora, como forma de avaliar as Relações Capital - Trabalho, tendo no ano de 2004, apontando um alto índice de satisfação dos empregados em praticamente todos os fatores que a compõe, fato conseqüente do comprometimento e esforço da empresa, em formar um quadro de empregados satisfeitos e motivados, e assim, melhorar a qualidade de vida dos mesmos, de suas famílias, da imagem institucional, visando o alcance dos objetivos organizacionais.

#### Segurança

##### Segurança do Trabalho

Como destaque, ressalta-se o esforço da empresa em eliminar os acidentes decorrentes do trabalho, fortalecendo o valor da segurança e, assim, melhorar a qualidade de vida dos empregados.

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais destacou-se em 2004 o II Encontro de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho, onde estiveram reunidos mais de 200 empregados, gerentes e profissionais ligados ao tema. Outra iniciativa digna de menção foi o lançamento da Campanha Interna de Segurança do Trabalho, o maior evento de segurança já desenvolvido nas Subsidiárias da Copel.

**Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA:** Conforme determina a NR-5, as CIPAS têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

##### Seguros de Responsabilidade Civil

A Companhia mantém apólice de seguro que visa dar cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais, causados a terceiros.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a controladora está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados:

- Contratados

Treinamento de segurança para empreiteiros na recepção de grandes obras;

Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitistas de empreiteiras;

Encontro de segurança com eletricitistas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas;

Parceria com SENAI para treinamento de eletricitistas de empreiteiras;

Inspeções de segurança periódicas;

Fiscalização sistemática por empregados das subsidiárias tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e

Controle estatístico de acidentes.

##### Auditoria Externa

No relacionamento com os auditores independentes, a companhia tem como ponto fundamental a não contratação de outros serviços de consultoria que tenham a possibilidade de vir a interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Em 2004, a empresa de auditoria externa independente da Copel Transmissão, PricewaterhouseCoopers, prestou serviços exclusivamente sobre as demonstrações contábeis, não havendo qualquer outro serviço.

#### DESEMPENHO OPERACIONAL

Sendo anualmente positivo o crescimento do sistema elétrico, é necessário constantemente que sejam realizadas ampliações e reforços em suas redes, buscando o melhor atendimento ao consumidor, além da necessidade de implantação de novas tecnologias, visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Copel e suas Subsidiárias ao passar por um processo de privatização a partir do ano de 2000, sofreu naturalmente impacto com a redução de pessoal e de investimentos, o que aliado às condições climáticas adversas, levou a uma condição inadequada dos indicadores nos anos de 2002 e 2003.

Como resultado do primeiro trabalho do grupo, foi autorizada pela Diretoria da Empresa a liberação de recursos suplementares na ordem de R\$ 27 milhões, recursos esses que foram utilizados para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

Em 2004 também foram aprovados recursos suplementares para contratação de novas equipes que contribuíram na manutenção do sistema com a realização de poda de árvores e roçada de faixas, resultado que vem sendo refletido nos indicadores de 2005.

<b>Variações no passivo circulante</b>		
Fornecedores	3.081	226
Impostos e contribuições sociais	3.029	8.493
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.555	4.279
Benefícios pós-emprego	(20.765)	(21.037)
Taxas regulamentares	1.046	174
Outras contas a pagar	(1.519)	1.434
	<b>(13.573)</b>	<b>(6.431)</b>
<b>Aplicações no realizável a longo prazo</b>		
Impostos e contribuições sociais a compensar	(8.345)	(2.501)
Depósitos judiciais	(4.398)	(2.292)
Controladora e coligadas	(60.294)	(4.023)
Ativo regulatório PIS e COFINS	(19.179)	-
	<b>(92.216)</b>	<b>(8.816)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>124.948</b>	<b>149.697</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações no imobilizado	(88.544)	(70.928)
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(88.544)</b>	<b>(70.928)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos	(18.742)	(19.196)
Dividendos	(12.820)	(52.018)
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>(31.562)</b>	<b>(71.214)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>4.842</b>	<b>7.555</b>
Saldo inicial de caixa	68.263	60.708
Saldo final de caixa	73.105	68.263
<b>Variação no caixa</b>	<b>4.842</b>	<b>7.555</b>

## DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### A Copel e o Pacto Global

Desde 2001 a Copel Controladora é signatária do Pacto Global, que é a aliança entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a comunidade empresarial internacional para propiciar crescimento sustentável com base em valores mais humanos.

A adesão formal é feita através de encaminhamento de uma carta ao Secretário Geral da ONU, na qual a empresa declara seu compromisso de respeitar os **Dez Princípios Básicos**, a saber:

1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
2. Impedir violações de direitos humanos;
3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4. Abolir o trabalho forçado;
5. Abolir o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Promover a responsabilidade ambiental;
9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente;
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

**As ações, políticas e programas de responsabilidade socioambiental em que a Companhia se engajou durante o exercício foram norteadas pelos Princípios do Pacto Global, assinado pela Controladora. Seguindo tais diretrizes e metas a companhia alcançou a cada Ação/Programa importantes resultados dos quais relatamos os principais a seguir:**

#### Participação no Comitê Brasileiro do Pacto Global e Apoio à sua Divulgação

Em 2004, os Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram divulgados via veículos internos, agendas da Copel 2005, Relatório Social Anual 2003, intranet, internet, oficinas internas, palestras, seminários, mostras e faturas de energia elétrica, atingindo um público de mais de 3 milhões de pessoas.

#### Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

Está em vigor uma política corporativa conjunta, elaborada pelas áreas de Responsabilidade Social Empresarial e Meio Ambiente, chamada de *Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa*. Esta política deverá guiar todas as decisões e ações da companhia, buscando sustentabilidade interna, respeito a todos as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios. Ela é complementar ao Código Ético de Conduta da Controladora e ambos incluem em seu escopo os princípios do Pacto Global.

#### Programa Voluntariado Corporativo – EletriCidadania

O programa incentiva os empregados a iniciarem ou ampliarem trabalhos de ação voluntária nas comunidades onde vivem e trabalham, aplicando seus conhecimentos e habilidades para o bem-estar geral das pessoas, através da liberação de até 4 horas mês do horário de trabalho para o desenvolvimento de atividades voluntárias. As atividades ou obras de ação social podem ser executadas individualmente ou em grupos, mediante negociações prévias com os líderes de equipes da empresa, de forma a não trazer qualquer prejuízo ao andamento normal das atividades empresariais e profissionais, principalmente entre aqueles empregados que trabalham em regime de escala. Assim, em 2004 foram realizadas 61 horas de trabalhos voluntários na Copel Transmissão.

#### Programa Ambiental

##### Eliminação de Ascarel

Para eliminar definitivamente o uso de ascarel, teve início em junho de 2004 um projeto específico com duração prevista de 18 meses visando realizar uma avaliação da existência de resíduos do material, implantação de procedimentos de manejo e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos. Os principais **Resultados** alcançados foram: o levantamento da situação dos equipamentos em operação com ascarel; a compra de equipamentos para substituição; e avaliação do ambiente físico dos equipamentos.



# COPEL Distribuição

**COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A**  
Subsidiária Integral da  
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

**CNPJ/MF 04.368.898/0001-06**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando

### 17. Provisões Trabalhistas

	2004	2003
Folha de pagamento		
Folha de pagamento, líquida	11.263	9.770
Tributos e contribuições sociais	8.234	6.783
	<b>19.497</b>	<b>16.553</b>
Provisões trabalhistas		
Férias e 13º salário	23.734	19.848
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	7.744	6.503
	<b>31.478</b>	<b>26.351</b>
	<b>50.975</b>	<b>42.904</b>

### 18. Benefício Pós-Emprego

As subsidiárias da Companhia, através da Fundação Copel, da qual são patrocinadoras, mantêm planos de complementação de aposentadoria e pensão ("Plano Previdenciário") e de assistência médica e odontológica ("Plano Assistencial") para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambos, patrocinadoras e beneficiários, baseadas em cálculos atuariais preparados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Com a criação das subsidiárias integrais em 2001, o saldo da dívida relativa à mudança de plano (Plano Previdenciário III) ocorrida em 1998, atualizado até então, foi transferido às mesmas, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade das mesmas e, ainda, a Companhia ficou como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

A Companhia adota as práticas contábeis instituídas pela Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, para registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III. O registro da mudança do plano foi efetuado no exercício de 2001, diretamente no Patrimônio Líquido.

### 19. Taxas Regulamentares

	2004	2003
Passivo circulante		
Reserva global de reversão - RGR	1.649	2.501
RGR - diferenças de 2001	-	6.166
RGR - diferenças de 2002	384	-
Conta de consumo de combustível - CCC	15.462	3.525
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.989	6.093
Taxa de fiscalização - ANEEL	457	254
Encargos de capacidade emergencial	22.067	21.401
	<b>47.018</b>	<b>39.940</b>

### 20. Outras Contas a Pagar

	2004	2003
Taxa de iluminação pública arrecadada	13.562	17.998
Pré-venda de energia	96	108
Consumidores baixa renda	443	827
Adiantamento de clientes - crédito de ICMS	-	3
Consumidores	1.851	2.218
Cauções em garantia	102	74
Empréstimo compulsório - Eletrobrás	1.034	(792)
Entidade seguradora - prêmio a pagar	333	337
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.791	-
Outras obrigações	256	1.871
	<b>19.468</b>	<b>22.644</b>

### 21. Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de êxito é considerada desfavorável.

	Depósitos judiciais (Ativo - LP)		Provisões (Passivo - LP)	
	2004	2003	2004	2003
<b>Trabalhistas</b>	<b>32.130</b>	<b>19.965</b>	<b>37.354</b>	<b>61.264</b>
<b>Cíveis:</b>				
Consumidores	1.456	6	15.657	17.264
Serviços de passagem	899	673	30.386	45.034
IUEE - prefeituras municipais	-	-	7.374	7.374
Chaves e vara da fazenda	-	-	24.862	-
	<b>2.355</b>	<b>679</b>	<b>78.279</b>	<b>69.672</b>
<b>Fiscais:</b>				
Tributos federais	-	-	4.500	-
	-	-	<b>4.500</b>	-
<b>Outros depósitos judiciais</b>	<b>10.518</b>	<b>4.405</b>	-	-
	<b>45.003</b>	<b>25.049</b>	<b>120.133</b>	<b>130.936</b>

### 28. Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Distribuição mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão ("Plano Previdenciário") e de assistência médica e odontológica ("Plano Assistencial") para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

#### Plano previdenciário

O atual Plano Previdenciário aos empregados é oriundo de um plano de "benefícios definidos", o qual foi transformado em um plano de "contribuição definida" em 1998, denominado "Plano Previdenciário III".

Naquela data, o direito proporcional adquirido pelos participantes, em função da mudança de plano, gerou uma dívida que foi assumida e registrada nas demonstrações contábeis da Copel, como patrocinadora única do plano, para ser amortizada em 240 parcelas mensais, vencíveis a partir de 1.º de fevereiro de 1999, atualizada pelo INPC e juros de 6% a.a..

Com a criação das subsidiárias integrais em 1.º de julho de 2001, o saldo daquela dívida, atualizado até então, foi transferido às mesmas, segregada individualmente com base em seus respectivos quadros de funcionários, existentes na data-base de cálculo da obrigação, ou seja, em 31 de dezembro de 1997, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1.º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade das mesmas.

Em razão da celebração destes novos contratos individuais, o contrato firmado entre a Fundação e a Companhia, patrocinadora instituidora, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos daquele contrato, ficando, entre tanto, a Companhia como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

#### Plano assistencial

Até agosto de 2001, a concessão de assistência médica aos funcionários e seus dependentes era feita diretamente pela Companhia, com administração da Fundação Copel. A partir daquela data, a Copel Distribuição implementou um plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadoras e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a este tipo de plano assistencial.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, as subsidiárias integrais da Companhia aportaram fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1.º de julho de 2001.

No exercício de 2004, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2004	2003
Período pós-emprego	40.214	29.704	69.918	53.85
Empregados ativos	-	13.557	13.557	9.52
	<b>40.214</b>	<b>43.261</b>	<b>83.475</b>	<b>63.38</b>

### 29. Resultado Financeiro

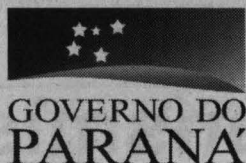
	2004	2003
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	5.879	18.141
Juros e comissões	142.362	66.811
Variações monetárias	114.752	69.371
Encargos moratórios sobre faturas de energia	49.434	59.62
(-) Tributos e contrib. sociais s/ rec. financeiras	(10.083)	(10.77)
Atualização monetária - CVA	40.904	35.95
Juros sobre impostos a compensar	221	13.75
Outras receitas financeiras	3.933	16.31
	<b>347.402</b>	<b>269.20</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	57.632	88.88
Variações monetárias e cambiais	48.082	9.10
Multas moratórias - fiscais e outras	7.454	2.43
Provisão para tributos federais	4.500	-
Outras despesas financeiras	23.658	41.67
	<b>141.326</b>	<b>142.10</b>
	<b>206.076</b>	<b>127.10</b>

### 30. Resultado Não-Operacional

	2004	2003
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(6.891)	(5.57)
Ganho na alienação de bens e direitos	1.507	51
Outras despesas não operacionais	(907)	(4)
	<b>(6.291)</b>	<b>(5.4)</b>

### 31. Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

OPEL


[www.copel.com](http://www.copel.com) / [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

## NTÁBEIS

## Indicado)

Os valores da energia no longo prazo referente às operações realizadas no período de dezembro de 2000 à dezembro de 2002, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, além da própria Copel, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho n.º 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

## 34. Participações nos Resultados

Desde 1996 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos.

Em conformidade com o Ofício Circular n.º 01/2003-CVM/SEP/SNC, de 16 de janeiro de 2003, que entre outros aspectos aborda que as participações em resultados não referenciadas nos estatutos devem ser classificadas como custo ou despesa operacional.

## 35. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2005	207.680
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2005	117.672
Responsabilidade civil (c)	24/8/2005	2.850
Engenharia (d)	24/8/2005	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2005	apólice por averbação

- a) Riscos nomeados – apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.
- b) Incêndio – imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e suas consequências.
- c) Responsabilidade civil – apólice contratada pela COPEL, com importância segurada única, extensiva a todas Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.
- d) Riscos de engenharia – cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratado apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.
- e) Seguro de transporte – garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratado a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

## 36. Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

## DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Analítica)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2004	2003
<b>DAS OPERAÇÕES</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	206.992	(75.671)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:</b>		
Depreciação e amortização	142.275	137.428
Variáveis monetárias de longo prazo - líquidas	(98.649)	(92.679)
Do realizável a longo prazo	(139.942)	(95.108)
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	126	164
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(9.479)	(31.003)
Das debêntures	50.646	33.078
Do exigível a longo prazo	-	190
<b>Imposto de Renda e contribuição social diferidos</b>	<b>4.220</b>	<b>(17.226)</b>
<b>Provisões (reversões) no exigível a longo prazo</b>	<b>75.822</b>	<b>344.892</b>
Fornecedores (CIEN)	-	272.000
Benefícios pós-emprego	70.370	60.941
Contingências trabalhistas	(23.910)	9.358
Reajuste tarifário de 1986	-	2.593
Cíveis / vara da Fazenda	24.862	-
Demais tributos federais	4.500	-
<b>Baixas de realizáveis a longo prazo</b>	<b>70.225</b>	<b>2.958</b>
ICMS a compensar	68.189	-
Depósitos judiciais	2.036	2.958
<b>Baixas de investimentos</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	11.718	5.813



Fiscais:	2.395	679	78.279	89.672
Tributos federais	-	-	4.500	-
	-	-	4.500	-
Outros depósitos judiciais	10.518	4.405	-	-
	45.003	29.049	120.133	130.936

## 22. Patrimônio Líquido

O Capital Social em 31 de dezembro de 2004 representava R\$ 1.607.168 composto por 1.607.168.161 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia - Copel.

## 23. Receita Bruta de Vendas e Serviços

	R\$	
	2004	2003
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>		
Residencial	1.651.363	1.365.309
Industrial	1.419.021	1.142.830
Comercial	915.035	727.051
Rural	210.549	166.748
Poder público	142.457	116.423
Iluminação pública	128.199	106.265
Serviço público	104.389	84.942
	<b>4.571.013</b>	<b>3.709.568</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>		
Contratos iniciais	32.714	22.915
Contratos bilaterais	115.157	125.189
Venda comercializada - MAE (nota 33)	27.091	64.507
	<b>174.962</b>	<b>212.611</b>
<b>Disponibilização da rede elétrica</b>		
Rede elétrica	80.526	14.606
	<b>80.526</b>	<b>14.606</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Renda da prestação de serviços	11.040	13.022
Arrendamentos e alugueis	45.011	26.789
Serviço taxado	7.222	7.046
Outras receitas	166	820
	<b>63.439</b>	<b>47.677</b>
	<b>4.889.940</b>	<b>3.984.462</b>

	N.º de Consumidores (*)		MWh (*)	
	2004	2003	2004	2003
<b>Consumidores</b>				
Residencial	2.495.584	2.428.812	4.466.727	4.381.518
Industrial	50.032	49.064	7.825.439	8.178.329
Comercial	266.491	257.408	3.024.575	2.863.582
Rural	327.097	321.491	1.320.089	1.249.719
Poder público	30.009	29.373	469.729	455.176
Iluminação pública	6.667	5.208	685.578	671.510
Serviço público	3.619	3.553	551.210	542.456
Consumo próprio	571	580	21.874	19.608
	<b>3.180.070</b>	<b>3.095.489</b>	<b>18.365.221</b>	<b>18.361.896</b>
<b>Revedores</b>				
Suprimento - curto prazo			1.214.988	6.149.963
Suprimento - contratos iniciais			493.446	468.000
Suprimento - contratos bilaterais			980.400	1.286.511
			<b>2.678.834</b>	<b>7.904.474</b>
			<b>21.044.055</b>	<b>26.266.372</b>

(\*) Informações não auditadas.

## 24. Deduções da Receita Operacional

	2004	2003
<b>Tributos sobre a receita</b>		
COFINS	132.532	119.534
PIS	30.868	24.263
ICMS	1.133.883	912.474
ISSQN	-	1
	<b>1.297.283</b>	<b>1.056.272</b>
<b>Encargos do consumidor</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	24.838	35.393
Encargos de capacidade emergencial	137.243	106.391
	<b>162.081</b>	<b>141.784</b>
	<b>1.459.364</b>	<b>1.198.056</b>

## 25. Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2004	2003
Eletrobrás (Itaipu)	439.494	395.684
Cia. de Interconexão Energética - CIEN	322.037	564.569
Itaipu Energética S.A.	68.169	39.220
MAE	31.536	13.140
COPEL Geração	701.148	756.906
Outras concessionárias	26.900	25.709
	<b>1.569.304</b>	<b>1.795.208</b>

## 26. Despesas Operacionais

	2004	2003
<b>Despesas com vendas</b>		
Materiais	120	215
Serviços de terceiros	15.227	15.448
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	65.418	17.787
Arrendamentos e alugueis	24	18
Outras despesas	(3.356)	363
	<b>77.433</b>	<b>33.831</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	46.207	106.691
Piano previdenciário e assistencial	12.997	16.598
Materiais	9.447	8.827
Serviços de terceiros	59.661	54.853
Depreciação e amortização	11.183	11.646
Arrendamentos e alugueis	11.310	9.484
Estorno ICMS a compensar - lei Kandir	107.721	-
Outras despesas	14.376	3.163
	<b>272.902</b>	<b>209.262</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Conta de consumo de combustível - CCC	186.158	125.056
Conta de desenvolvimento energético - CDE	103.199	42.650
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.469	3.487
Provisões Cíveis e Vara da Fazenda	24.862	-
Outras despesas	7.790	681
	<b>326.478</b>	<b>171.874</b>
	<b>676.813</b>	<b>414.967</b>

## 27. Pessoal

	Operação	Serv. Prestado	Administrativo	2004	2003
Remunerações	166.854	-	47.082	213.936	171.468
Encargos sociais	56.393	-	15.733	72.126	59.187
Auxílio alimentação e educação	17.781	-	3.738	21.519	15.921
Indenizações trabalhistas (*)	10	-	(22.112)	(22.102)	10.569
Participação nos resultados (nota 34)	7.029	51	4.090	11.170	9.600
(-) Transferências p/ imob. em curso	(14.400)	1.742	(2.323)	(14.981)	(13.753)
	<b>233.667</b>	<b>1.793</b>	<b>46.208</b>	<b>281.668</b>	<b>252.992</b>

(\*) Líquidas das Reversões

## 31. Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

	2004	2003
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	331.245	(95.784)
IRPJ e CSLL (34%)	(112.622)	32.568
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Cálculo atuarial	(12.449)	(12.504)
Outros	818	50
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
IRPJ e CSLL (34%)	<b>(124.253)</b>	<b>20.113</b>

## 32. Atualizações Tarifárias

### a) Reajuste tarifário anual

Através da resolução n.º 284, de 23 de junho de 2003, a ANEEL homologou as tarifas de energia elétrica aplicáveis aos consumidores finais da Companhia, estabeleceu a receita anual das instalações de conexão, fixou o valor anual da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica e as tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

O reajuste tarifário teria vigência a partir de 24 de junho de 2003, com aumento médio das tarifas em até 25,27%.

Como divulgado através de Fato Relevante, publicado em 27 de junho de 2003, com o objetivo de atenuar os impactos desse reajuste para os consumidores paranaenses, não permitindo eventual depressão do consumo, reduzir os níveis de inadimplência, premiar pontualidade, por destinar-se aos consumidores em dia com suas faturas, e atrair novos consumidores, principalmente industriais, o Conselho de Administração da Companhia, em suas 60ª Reunião Extraordinária, de 26 de agosto de 2003, e 102ª Reunião Ordinária, de 0 de dezembro de 2003, determinou a concessão de desconto nas faturas de energia, no mesmo percentual do reajuste autorizado pela ANEEL, para consumidores adimplentes; medida também apreciada na 159ª Assembléia Geral Extraordinária, de 03 de outubro de 2003, re ratificada pela 160ª Assembléia Geral Extraordinária, de 13 de novembro de 2003. A partir de janeiro de 2004, a Companhia decidiu por reduzir para 8,2% o percentual médio de desconto oferecido aos consumidores adimplentes. Tal decisão ocasionou elevação média de 15% no valor total das faturas de energia.

### b) Revisão tarifária periódica

Os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica estabelecem que a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica dos valores das tarifas reguladas, alterando-as para mais ou para menos, tendo em vista as mudanças na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à realização de investimentos, à eficiência e à modicidade das tarifas.

Em 24 de junho de 2004, a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução n.º 146, com resultado final da revisão tarifária periódica da Copel. Por essa resolução, o reajuste médio da Companhia foi da ordem de 14,43% sobre as tarifas objeto da Resolução n.º 284/2003. Esse reajuste é constituído por 9,17%, correspondente ao índice determinado pelo processo de revisão tarifária, e 5,26%, referentes à recuperação de custos já realizados (CVA).

Com o objetivo de controlar os níveis de inadimplência e incentivar o consumo de energia no Estado do Paraná, a Companhia resolveu continuar concedendo desconto para os consumidores com o pagamento de suas faturas em dia. Assim, sobre os valores da Resolução n.º 146/2004 (que contém o reajuste de 25,27% referente ao ano de 2003 e de 14,43% referente ao ano de 2004), a Companhia concedeu desconto de 12,5%, em média.

Com isso, o aumento médio repassado para os consumidores adimplentes, a partir de 24 de junho de 2004, foi em torno de 9%.

A partir de 1º de fevereiro de 2005, as tarifas da Companhia sofreram uma redução de desconto concedido, o qual passou a ser de 8,2%, em média, sobre os valores da Resolução 146/2004, resultando num reajuste tarifário médio de 5%.

Para viabilizar os descontos concedidos pela Copel Distribuição aos seus consumidores finais, a Copel Geração igualmente concedeu, em média 28% de desconto ao longo do exercício de 2004.

## 33. Mercado Atacadista de Energia - MAE

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora contidas no Despacho ANEEL n.º 288/2002 e na Resolução ANEEL n.º 395/2002, sendo objeto de contestação, cuja providência a Companhia já encaminhou pelas vias administrativas e judiciais contra aquelas decisões.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato do Despacho e da Resolução mencionados acima terem produzido alterações retroativas à data da ocorrência das operações, especificamente quanto a comercialização parcial da quota parte de Itaipu nos submercados sul e sudeste para atender contratos bilaterais de energia livre, durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preço de energia de curto prazo entre os mercados. O montante estimado em 31 de dezembro de 2004, relativo às diferenças de cálculo, é de aproximadamente R\$ 534.000, não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.

Em 27 de agosto de 2002, a Companhia obteve liminar favorável expedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando sustar a liquidação da contabilização determinada pelo Despacho n.º 288 e Resolução n.º 395 da ANEEL.

Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como sendo prováveis as chances de êxito quando da decisão final destes processos judiciais.

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (MAE) no exercício de 2004 está apresentada como segue:

	Valores a liquidar 31.12.2003	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.12.2004
<b>Ativo circulante (nota 6)</b>				
Até dezembro de 2003	25.660	(25.660)	-	-
De janeiro a março de 2004	-	(296)	296	-
De abril a junho de 2004	-	(2.175)	2.175	-
De julho a setembro de 2004	-	(5.649)	5.649	-
De outubro a dezembro de 2004	-	(7.141)	11.212	4.071
	<b>25.660</b>	<b>(40.921)</b>	<b>19.332</b>	<b>4.071</b>
<b>Passivo circulante</b>				
De janeiro a março de 2004	-	(4.987)	4.987	-
De abril a junho de 2004	-	(34.019)	34.019	-
	-	<b>(39.006)</b>	<b>39.006</b>	-
	<b>25.660</b>	<b>(1.915)</b>	<b>(19.674)</b>	<b>4.071</b>



Demais tributos federais	4.500	-
Baixas de realizáveis a longo prazo	70.225	2.958
ICMS a compensar	68.189	-
Depósitos judiciais	2.036	2.958
Baixas de investimentos	3	2
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	11.713	5.813
Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	205.614	381.188
Resultado ajustado	412.606	305.517
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>	<b>412.606</b>	<b>305.517</b>
<b>DE TERCEIROS</b>		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	25.000	-
Controladora e coligadas	31.862	108.586
Contribuições do consumidor	47.924	44.109
Empréstimos e financiamentos	25.412	-
Em moeda nacional	25.412	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	11.380	9.255
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	24.214	19.097
ICMS a recuperar	17.003	46.338
Conta de compensação da "parcela A"	205.231	80.176
<b>TOTAL DE TERCEIROS</b>	<b>388.926</b>	<b>307.561</b>
<b>DA REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>49.140</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>850.672</b>	<b>613.078</b>
<b>APLICAÇÕES</b>		
No imobilizado	233.808	157.958
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	1.859	38.426
Parcelamento de débitos das prefeituras municipais	1.859	38.426
Repasso CRC ao Gov. do Estado do Paraná - reclassificação do circulante	170.149	-
ICMS a recuperar	1.987	12.018
Depósitos judiciais	21.989	28.170
Conta de compensação da "parcela A"	111.937	114.404
Conta de compensação da "parcela A" - reclassificação do circulante	-	78.846
Ativo regulatório PIS e COFINS	61.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	22.708	16.714
Em moeda nacional	11.882	5.997
Em moeda estrangeira	10.826	10.717
Debêntures	100.000	-
Fornecedores	32.227	6.516
Benefícios pós-emprego	91.154	70.204
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	-	2.286
RGR - ajuste anual parcelado	-	2.286
Contingências judiciais - líquidas dos depósitos	1.607	318
Consumidores - reajuste tarifário de 1986	1.607	318
No aumento do capital circulante líquido	-	87.218
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>850.672</b>	<b>613.078</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
Ativo circulante inicial	967.675	754.927
Passivo circulante inicial	876.467	750.937
Capital circulante líquido inicial	91.208	3.990
Ativo circulante final	1.078.784	967.675
Passivo circulante final	1.036.716	876.467
Capital circulante líquido final	42.068	91.208
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>(49.140)</b>	<b>87.218</b>

### 37. Eventos Subseqüentes

**Redução no Desconto Tarifário** - A partir de 1º fevereiro de 2005, o desconto médio concedido aos consumidores adimplentes passou-a ser de 8,2% sobre as tarifas da Resolução ANEEL 146/2004, o que resultou num reajuste médio de 5%.

**Debêntures** - Em fevereiro de 2005, a Companhia repactuou, com sucesso, a 2ª série da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 100.000, à taxa DI mais 1,5% a.a.. Antes da repactuação, a taxa era DI mais 1,75% a.a..

**2º Leilão de Energia** - Em 02 de abril de 2005 ocorreu um novo Leilão de Energia Elétrica onde foram negociados 1,32 mil MW médios de energia de empreendimentos já existentes. O valor total negociado chegou a R\$ 7,72 bilhões e o evento teve a participação de 33 distribuidoras como compradoras e de 16 geradoras como vendedoras. As empresas fecharam contratos com prazo de duração de oito anos e entregas programadas a partir de 2008. O produto 2009 que fazia parte do leilão foi retirado pela comissão do leilão devido à desistência dos vendedores em função do baixo preço.

Embora a Companhia tenha informado ao MME a necessidade de aquisição de 80 MW médios para 2008 e 120 MW médios para 2009, devido ao mecanismo do leilão a energia efetivamente comprada foi 53,79 MW médios com tarifa de R\$ 83,13 /MWh para 2008 0 MW médios para 2009.

As demonstrações contábeis da COPEL Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa e no Parecer do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 19 de abril de 2005.

## CONSELHO FISCAL

PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI  
Presidente

NELSON PESSUTI

ANTONIO RYCHETA ARTEN

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ IVAN MOROZOWSKI  
Presidente

RUBENS GHILARDI

RONALD THADEU RAVEDUTTI

## DIRETORIA

RONALD THADEU RAVEDUTTI  
Diretor Superintendente

ELZIO BATISTA MACHADO  
Diretor Adjunto

LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA  
Diretor Adjunto

MARCUS VINICIUS MANFRIN DE OLIVEIRA  
Diretor Adjunto

## CONTADOR

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA  
Contador - CRC - PR- 023798/O-0



**COPEL**  
**Transmissão**

**COPEL TRANSMISSÃO**  
Subsidiária Integral  
Companhia Paranaense de Energia

**CNPJ/MF 04.368.943/0001-22**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO -**

**BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo II**  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 20  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004				2003			
1 - BASE DE CÁLCULO								
Receita Líquida (RL)	347.460				268.155			
Resultado operacional (RO)	186.069				153.549			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	111.455				86.604			
Valor Adicionado Total (VAT)	317.906				252.568			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Alimentação	4.434	4,0	1,3	1,4	3.831	4,5	1,4	1,5
Encargos sociais compulsórios	18.250	16,4	5,3	5,7	15.449	17,9	5,9	6,2
Previdência privada	20.242	18,2	5,7	6,4	16.422	19,1	6,1	6,5
Saúde (Convênio assistencial)	2.667	2,4	0,8	0,8	1.938	2,2	0,7	0,8
Segurança e medicina no trabalho	678	0,5	0,2	0,2	804	0,9	0,3	0,3
Educação	547	0,5	0,2	0,2	389	0,4	0,1	0,2
Cultura	159	0,1	0,0	0,1	39	0,0	0,0	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional	68	0,1	0,0	0,0	93	0,1	0,0	0,0
Auxílio creche	27	0,0	0,0	0,0	29	0,0	0,0	0,0
Participação nos resultados	2.788	2,5	0,8	0,9	2.880	3,3	1,1	1,1
Outros (VT, Aux. doença compl. e bolsa estagiários)	302	0,3	0,1	0,1	197	0,2	0,1	0,1
Total	50.162	45,0	14,4	15,8	42.071	48,6	15,7	16,7
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Educação	-	-	-	-	394	0,3	0,1	0,2
Cultura	609	0,3	0,2	0,2	264	0,1	0,1	0,1
Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	609	0,3	0,2	0,2	658	0,4	0,2	0,3
Tributos (excluídos encargos sociais)	65.143	35,0	18,7	20,5	55.764	36,3	20,8	22,1
Total	65.752	35,3	18,9	20,7	56.422	36,7	21,0	22,3
4 - INDICADORES AMBIENTAIS								
		% Sobre:				% Sobre:		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com as operações da empresa	1.702	0,9	0,6	0,5	2.966	1,9	1,1	1,1
Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficientização - impacto ambiental e tratamento de resíduos	1.626	0,9	0,6	0,5	2.783	1,8	1,0	1,0
Programas de proteção de Fauna e Flora	76	0,0	0,0	0,0	183	0,1	0,1	0,1
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.702	0,9	0,6	0,5	2.966	1,9	1,1	1,1
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa								
( ) não possui metas								
( ) cumpre de 0 a 50%								
( ) cumpre de 51 a 75%								
(X) cumpre de 76 a 100%								
( ) não possui metas								
( ) cumpre de 51 a 75%								
( ) cumpre de 0 a 50%								
(X) cumpre de 76 a 100%								

**5 - INDICADORES DO COR**

Empregados no final do período  
Escolaridade dos empregados  
Total Superior e extensão universitária  
Total 2º Grau  
Total 1º Grau  
Faixa etária dos empregados  
Abaixo de 30 anos  
De 30 até 45 anos (exclusivo)  
Acima de 45 anos  
Admissões durante o período  
Mulheres que trabalham na empresa

% de Cargos gerenciais ocupados  
- em relação ao nº total de funcionários

% de Cargos gerenciais ocupados  
- em relação ao nº total de funcionários

**Negros(as) que trabalham na empresa**

% de Cargos gerenciais ocupados  
- em relação ao nº total de funcionários

% de Cargos gerenciais ocupados  
- em relação ao nº total de funcionários

**Portadores(as) de deficiência**

**Dependentes**

**Estagiários(as)**

**Nº de Terceirizados(as)**

**6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa

Número total de Acidentes com afastamento

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos em função das necessidades da comunidade.

Os padrões de segurança e saúde no trabalho foram estabelecidos em função da negociação coletiva e à representação dos trabalhadores(as), através dos representantes dos(as) trabalhadores(as), através dos representantes dos(as) trabalhadores(as).

A previdência privada contém a participação dos lucros ou prejuízos da empresa.

A participação dos lucros ou prejuízos da empresa contém a participação dos lucros ou prejuízos da empresa.

Na seleção dos fornecedores a empresa adota critérios éticos e de responsabilidade social, ambiental adotados pela empresa.

Na seleção dos fornecedores a empresa adota critérios éticos e de responsabilidade social, ambiental adotados pela empresa.

Quanto à participação dos funcionários em programas de trabalho voluntário, a empresa adota a seguinte política:

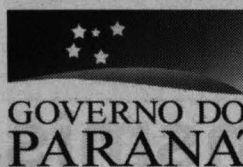
Número total de reclamações recebidas na empresa

na empresa

na empresa



ÃO S.A  
l da  
nergia - COPEL



www.copel.com / copel@copel.com

2004

## IBASE

2004 e de 2003

(is)

	2004			2003		
<b>ORPO FUNCIONAL - em unidades</b>						
período	835			772		
regados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
universitária	320	1.746	662	291	1.672	616
	483	3.340	542	449	3.035	494
	32	494	23	32	507	23
regados(as):						
	55			14		
(ive)	410			447		
	370			311		
período	72			1		
na empresa	102			96		
ocupados por mulheres						
e mulheres	1,0			1,0		
ocupados por mulheres						
gerentes	6,3			5,9		
em na empresa	80			76		
ocupados por negros(as)						
e negros(as)	-			-		
ocupados por negros(as)						
e gerentes	-			-		
ilência ou necessidades especiais	5			5		
	1.867			1.825		
	20			21		
	153			N/D		

## LEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2004	Metas 2005
a menor remuneração	22,0	22,0
tes de Trabalho	18	N/D
ambientais desenvolvidos		
idos por:	direção	direção
a e salubridade no		
ram definidos por:	todos(as) + CIPA	todos(as) + CIPA
representação interna		
, a empresa:	segue as normas da OIT	seguirá as normas da OIT
ntempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
s ou resultados.	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
cores, os mesmos		
ponsabilidade social e		
empresa:	são exigidos	serão exigidos
os empregados(as) em		
voluntário, a empresa:	apóia	organizará e incentivará
nações e críticas de consumidores(as):	N/A	N/A
	N/A	N/A

programas de trabalho voluntário  
**Número total de reclamações**  
na empresa  
no Procon  
na Justiça  
**% de reclamações e críticas**  
na empresa  
no Procon  
na Justiça

**Distribuição do Valor Adicionado**  
Pessoal  
Governo  
Financiadores  
Acionistas  
Retido

**7 - OUTRAS INFORMAÇÕES**  
O Programa Eletricidade  
A Copel Transmissão não  
Responsável pelas informações

## 9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R\$ 147,5 milhões obtido pela Copel Transmissão neste ano, provêm do constante apoio recebido dos Acionistas, aos nossos Clientes e Fornecedores, aos Senhores membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais

Agradecemos, especialmente, o empenho e a dedicação dos nossos empregados.

Curitiba, 21 de Março de 2005.

A ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003  
(Vалores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2004	2003	PASSIVO E PATRIMÔNIO
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>
Disponibilidades (nota 4)	73.105	68.263	Empréstimos e financiamentos
Concessionárias (nota 5)	42.938	36.463	Fornecedores (nota 6)
Serviços executados para terceiros	95	28	Impostos e contribuições
Serviços em curso (nota 6)	3.044	1.625	Dividendos (nota 7)
Impostos e contribuições sociais a compensar (nota 7)	9.088	15.743	Folha de pagamento
Almoxarifado	9.485	7.577	Benefício pós-em
Outros créditos	4.037	3.616	Taxas regulamen
	<b>141.792</b>	<b>133.315</b>	Outras contas a pagar
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			<b>Exigível a Longo Prazo</b>
Impostos e contribuições sociais (nota 7)	36.769	40.749	Empréstimos e financiamentos
Depósitos judiciais (nota 16)	12.899	8.853	Benefício pós-em
Coligadas e controladas (nota 8)	80.448	20.153	Impostos e contribuições
Outros créditos (nota 9)	24.874	5.874	Provisões para
	<b>154.990</b>	<b>75.629</b>	
<b>Permanente</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>
Investimentos (nota 10)	2.257	2.273	Capital social
Imobilizado (nota 11)			Reservas de lucros
Em serviço	888.026	861.093	
Em curso	114.668	93.118	
( - ) Obrigações especiais	(7.140)	(7.140)	
	<b>995.554</b>	<b>947.071</b>	
	<b>997.811</b>	<b>949.344</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.294.593</b>	<b>1.158.288</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações



ho voluntário, a empresa:	apóia	organizará e incentivará
clamações e críticas de consumidores(as):	N/A	N/A
	N/A	N/A
	N/A	N/A
e críticas atendidas ou solucionadas:	N/A	N/A
	N/A	N/A
	N/A	N/A
	2004	2003
alor Adicionado :		
	26,0%	24,7%
	24,9%	26,8%
	2,7%	0,4%
	26,9%	27,8%
	19,5%	20,3%

#### INFORMAÇÕES

tricidadania computou em 2004, 61 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

missão não utiliza mão-de-obra infantil ou escrava.

as informações: Superintendência de Gestão Contábil / CTGR - tel. 41-3312123

bido dos públicos com as quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos Senhores e demais autoridades, e à Comunidade pela confiança depositada em nossa organização.

## ÁBEIS

AL

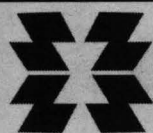
2003

(de reais)

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2004	2003
mos e financiamentos (nota 12)	18.407	19.370
ores (nota13)	6.075	2.994
e contribuições sociais (nota 7)	28.236	25.207
s (nota 17)	132.434	59.784
pagamento e provisões trabalhistas	13.242	11.687
pós-emprego	24.136	22.173
gulamentares (nota 14)	1.806	760
ntas a pagar (nota 15)	657	2.176
	<b>224.993</b>	<b>144.151</b>
<b>Longo Prazo</b>		
mos e financiamentos (nota 12)	105.744	125.812
pós-emprego	92.833	94.625
e contribuições sociais (nota 7)	6.521	-
s para contingências (nota 16)	29.307	20.579
	<b>234.405</b>	<b>241.016</b>
<b>o Líquido (nota 17)</b>		
ocial	751.989	751.989
s de lucros	83.206	21.132
	<b>835.195</b>	<b>773.121</b>
<b>passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.294.593</b>	<b>1.158.288</b>

s demonstrações contábeis.



# COPEL Transmissão

**COPEL TRANSMISSÃO**  
Subsidiária Integral da  
Companhia Paranaense de Energia

**CNPJ/MF 04.368.943/0001-22**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
<b>Receita Operacional (nota 18)</b>		
Receita pela disponibilidade da rede	367.291	286.665
Outras receitas operacionais	2.273	3.127
	<b>369.564</b>	<b>289.792</b>
<b>Deduções da Receita Operacional (nota 19)</b>	<b>(22.104)</b>	<b>(21.637)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>347.460</b>	<b>268.155</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>		
<b>Custo de operação</b>		
Pessoal (nota 21)	(6.165)	(3.920)
Planos previdenciário e assistencial (nota 22)	(1.925)	(1.302)
Material	(1.092)	(1.195)
Serviços de terceiros	(4.947)	(2.166)
Depreciação e amortização	(32.884)	(31.042)
Outros custos de operação (nota 23)	(2.863)	(2.616)
	<b>(49.876)</b>	<b>(42.241)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>		
Pessoal (nota 21)	(141)	(192)
Planos previdenciário e assistencial (nota 22)	(44)	(64)
Material	(109)	(19)
Serviços de terceiros	(87)	(39)
Outros custos do serviço prestado a terceiros (nota 23)	(3)	(3)
	<b>(384)</b>	<b>(317)</b>
	<b>(50.260)</b>	<b>(42.558)</b>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>297.200</b>	<b>225.597</b>
<b>Despesas Operacionais (nota 20)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(105.785)	(84.974)
Outras despesas operacionais	(3.198)	(1.893)
	<b>(108.983)</b>	<b>(86.867)</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>188.217</b>	<b>138.730</b>
<b>Resultado Financeiro (nota 24)</b>		
Receitas financeiras	8.881	15.403
Despesas financeiras	(11.029)	(584)
	<b>(2.148)</b>	<b>14.819</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>186.069</b>	<b>153.549</b>
<b>Resultado não operacional (nota 25)</b>	<b>(744)</b>	<b>(833)</b>
<b>Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social</b>	<b>185.325</b>	<b>152.716</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Imposto de renda	(27.595)	(22.767)
Contribuição social		

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Receitas</b>	
Venda de energia, serviços e outros	
Resultado não operacional	
<b>Total</b>	
<b>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	
Material, insumos e serviços de terceiros	
Outros insumos	
<b>Total</b>	
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	
<b>(-) Depreciação e amortização</b>	
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	
<b>(+) Valor Adicionado Transferido</b>	
Receitas financeiras (-) impostos	
<b>Total</b>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIÇÃO</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
<b>Pessoal</b>	
Remunerações	
Encargos sociais - FGTS	
Auxílio alimentação e educação	
Indenizações e rescisões trabalhistas	
Transferências para imobilizado	
Planos previdenciário e assistencial	
Participação nos resultados	
<b>Total</b>	
<b>Governo</b>	
Encargos sociais - INSS	
PIS	
COFINS	
Taxas regulamentares	
Imposto de Renda e Contribuição Social	
RGR	
Outros impostos e taxas	
<b>Total</b>	



ÃO S.A

l da  
nergia - COPEL



[www.copel.com](http://www.copel.com) / [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	2004	2003
serviços e outras receitas	369.564	289.792
operacional	(744)	(833)
	<b>368.820</b>	<b>288.959</b>
de Terceiros		
serviços de terceiros	18.270	12.844
	5.038	4.508
	<b>23.308</b>	<b>17.352</b>
<b>VALOR BRUTO</b>	<b>345.512</b>	<b>271.607</b>
depreciação	36.546	35.072
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>308.966</b>	<b>236.535</b>
transferido		
impostos	8.940	16.033
	<b>8.940</b>	<b>16.033</b>
<b>DISTRIBUIR</b>	<b>317.906</b>	<b>252.568</b>

	2004	%	2003	%
<b>VALOR ADICIONADO :</b>				
	54.191		44.693	
	4.131		3.507	
cação	3.677		3.001	
trabalhistas	9.640		2.221	
izado em curso	(14.854)		(12.302)	
assistencial	22.909		18.360	
os	2.788		2.880	
	<b>82.482</b>	<b>26,0</b>	<b>62.360</b>	<b>24,7</b>
	14.119		11.942	
	(204)		4.257	
	11.087		8.693	
	922		488	
Contribuição Social	37.781		31.192	
	11.176		8.636	
	4.381		2.498	
	<b>79.262</b>	<b>24,9</b>	<b>67.706</b>	<b>26,8</b>

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Imposto de renda  
Contribuição social

(27.595) (22.767)  
(10.186) (8.425)  
(37.781) (31.192)

**Lucro Líquido do Exercício**

147.544 121.524

**Lucro Líquido por Lote de Mil Ações**

196,21 161,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2002</b>	<b>751.989</b>	-	-	(30.057)	<b>721.932</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	121.524	121.524
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	6.076	-	(6.076)	-
Dividendos	-	-	-	(70.335)	(70.335)
Reserva para investimentos	-	-	15.056	(15.056)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>751.989</b>	<b>6.076</b>	<b>15.056</b>	-	<b>773.121</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	147.544	147.544
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	7.377	-	(7.377)	-
Dividendos	-	-	-	(85.470)	(85.470)
Reserva para investimentos	-	-	54.697	(54.697)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>751.989</b>	<b>13.453</b>	<b>69.753</b>	-	<b>835.195</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2004	2003	APLICAÇÕES
<b>Das operações</b>	<b>147.544</b>	<b>121.524</b>	<b>Na distribuição de</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>No imobilizado</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:</b>			<b>No realizável a longo prazo</b>
Depreciação e amortização	36.546	35.072	Impostos e contribuições
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	(11.328)	Depósitos judiciais
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.305	1.125	Controladora e subsidiárias
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	32.296	21.421	Ativo regulatório
Baixas de realizáveis a longo prazo	351	386	
Baixas de investimentos	16	-	<b>Exigíveis a longo prazo</b>
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	882	805	Empréstimos e financiamentos
	<b>72.288</b>	<b>47.481</b>	Benefícios pós-emprego
<b>Resultado ajustado</b>	<b>219.832</b>	<b>169.005</b>	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>
<b>Total das operações</b>	<b>219.832</b>	<b>169.005</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>De terceiros</b>			Ativo circulante
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:			Passivo circulante
ICMS a recuperar	14.540	839	<b>Capital circulante</b>
<b>Total de terceiros</b>	<b>14.540</b>	<b>839</b>	Ativo circulante
<b>Da redução do capital circulante líquido</b>	<b>72.365</b>	<b>29.056</b>	Passivo circulante
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>306.737</b>	<b>198.900</b>	<b>Capital circulante</b>
			<b>Redução do capital</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.  
A nota explicativa nº 28 apresenta o detalhamento desta demonstração.



mentares	11.087		8.693	
	922		488	
renda e Contribuição Social	37.781		31.192	
	11.176		8.636	
stos e taxas	4.381		2.498	
	79.262	24,9	67.706	26,8
ações monetárias	6.752		(1.233)	
	1.866		2.211	
	8.618	2,7	978	0,4
do do capital próprio	85.470		70.335	
os	62.074		51.189	
	147.544	46,4	121.524	48,1
	317.906	100,0	252.568	100,0
ado ( médio ) por empregado	395		325	
tribuição do patrimônio líquido - %	38,1		32,7	
ção de riqueza - %	24,6		21,8	
ção de riqueza - %	19,5		20,3	

ação em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010  
O. U. em 25.01.2005.

## ÇÕES DE RECURSOS

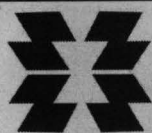
o de 2004 e de 2003  
(de reais)

ES	2004	2003
ção de dividendos	85.470	70.335
ado	88.544	70.928
el a longo prazo		
s e contribuições sociais a compensar	8.345	2.501
os judiciais	4.398	2.292
dora e coligadas	60.294	4.023
ulatório PIS e COFINS	19.179	-
	92.216	8.816
longo prazo transferidos para o circulante:		
lmos e financiamentos	17.779	18.181
os pós-emprego	22.728	30.640
	40.507	48.821
S APLICAÇÕES	306.737	198.900

## RAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

lante inicial	133.315	120.860
rculante inicial	144.151	102.640
rculante líquido inicial	(10.836)	18.220
lante final	141.792	133.315
rculante final	224.993	144.151
rculante líquido final	(83.201)	(10.836)
o capital circulante líquido	(72.365)	(29.056)

as demonstrações contábeis.  
demonstração contábil.



# COPEL Transmissão

**COPEL TRANSMISSÃO**  
Subsidiária Integral  
Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.943/0001-22

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto onde houver indicação em contrário)

### 1. Contexto Operacional

A Copel Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, destinada a: a) pesquisar, conceber, planejar, construir, explorar, operar e manter sistemas de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; b) coordenar atividades para expansão, acesso e uso das instalações de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; c) prestar serviços em suas áreas de especialização, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Detém concessão para transmissão de energia elétrica até o ano de 2015.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 3. Principais Práticas Contábeis

**a) Aplicações financeiras** - Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**b) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)** - Os materiais do almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização.

**c) Investimentos** - Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

**d) Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n.º 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL n.º 02 de 24 de dezembro de 1997 e n.º 44, de 17 de março de 1999.

Os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é permitida com base em critérios adequadamente fundamentados.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo exigível a longo prazo, estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado, uma vez que representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de consumidores, da União e de outras fontes, para aplicação em investimentos vinculados à concessão.

**e) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

**f) Imposto de renda e contribuição social diferidos** - São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social e reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais.

**g) Planos previdenciário e assistencial** - Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, tendo sido adotado o critério de ajuste à conta de lucros acumulados, registrado no exercício de

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, e a contribuição social diferida constituída à alíquota de 10%.

Os tributos diferidos sobre os déficits previdenciário, estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para assistência na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios previdenciários.

### 8. Coligadas e Controladas

O valor que a Copel Transmissão tem a receber refere-se a créditos de longo prazo da Controladora.

### 9. Outros Créditos a Longo Prazo

	2004
Bens e direitos destinados à alienação	56
Pagamentos antecipados	19.179
Caução do contrato da STN	5.639
	24.874

### Caução do contrato da STN

Tipo de bônus	2004
Discount Bond	2.327
Par Bond	3.312
	5.639

### 10. Investimentos

Os valores registrados nesta conta referem-se aos terrenos adquiridos para

### 11. Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
			2004
<b>Em serviço</b>			
Rede Básica	663.469	(182.727)	480.742
Rede de Conexão	613.227	(215.195)	398.032
Administração	17.876	(8.624)	9.252
	1.294.572	(406.546)	888.026
<b>Em curso</b>			
Rede Básica	55.418	-	55.418
Rede de Conexão	41.619	-	41.619
Administração	17.631	-	17.631
	114.668	-	114.668
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>	(7.140)	-	(7.140)
	1.402.100	(406.546)	995.554

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1999, os bens e instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, sendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 2 de 2000, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da venda seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL n.º 02 de 24 de dezembro de 1997, são:



**TRANSMISSÃO S.A.**  
Integral da  
de Energia - COPEL



[www.copel.com](http://www.copel.com) / [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

## EXTRAÇÕES CONTÁBEIS

04 e de 2003

, exceto quando indicado)

### d) Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2002	10.168	88.922	10.217	66.363	175.670
Ingressos					-
Encargos	4.733		5.911		10.644
Variação monetária e cambial	(767)	(12.198)	164	906	(11.895)
Transferências	9.587	(9.587)	8.594	(8.594)	-
Amortizações	(13.127)		(16.110)		(29.237)
Em 31 de dezembro de 2003	10.594	67.137	8.776	58.675	145.182
Ingressos					-
Encargos	4.329		5.262		9.591
Variação monetária e cambial	(815)	(3.583)	66	1.294	(3.038)
Transferências	9.519	(9.519)	8.260	(8.260)	-
Amortizações	(13.584)		(14.000)		(27.584)
Em 31 de dezembro de 2004	10.043	54.035	8.364	51.709	124.151

### 13. Fornecedores

	2004	2003
Material	2.789	1.577
Serviço	2.787	661
Retenção contratual	499	756
	6.075	2.994

### 14. Taxas Regulamentares

	2004	2003
Quota de reserva global de reversão - RGR	767	720
RGR - Diferença 2002	986	
Taxa de fiscalização - ANEEL	53	40
	1.806	760

O recolhimento da quota anual da Reserva Global de Reversão - RGR, relativo ao exercício de 2004 foi efetuado de acordo com os prazos e valores estabelecidos pelo Despacho ANEEL n.º 1009 de 26 de dezembro de 2003. A RGR - Diferença 2002, representa as seis parcelas restantes conforme previsto no Despacho ANEEL n.º 491 de 25 de junho de 2004.

O recolhimento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, relativo ao exercício de 2004, foi efetuado de acordo com os prazos e valores estabelecidos pelo Despacho ANEEL n.º 1005 de 24 de dezembro de 2003.

### 15. Outras Contas a Pagar

	2004	2003
Cauções em garantia	22	53
Faturas de energia elétrica		19
Faturas de condomínio		1.360
Prêmio de seguro a pagar	632	743
Outras obrigações	3	1
	657	2.176

Em 2004, os valores das faturas de energia elétrica e de condomínio, foram transferidos para a conta de fornecedores para facilitar o controle.

A Copel Transmissão S.A. em agosto de 2004, contratou através de processo licitatório, apólices de seguro dos ramos elementares, com o custo parcelado em sete vezes; sendo que ao término de 31/12/2004, restaram três parcelas no total de R\$ 632 a serem pagas no primeiro trimestre de 2005.

### 16. Provisões para Contingências

A Copel Transmissão responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, decidiu por manter a provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de êxito é

à alíquota de 15%, mais o  
à alíquota de 9%.

ndo realizados em confor-  
a provisão para convênio  
benefícios pós-emprego.

se a créditos junto a sua

2004	2003
56	55
19.179	
5.639	5.819
24.874	5.874

2004	2003
2.327	2.400
3.312	3.419
5.639	5.819

adquiridos para uso futuro.

Líquido	Líquido
2004	2003
480.742	477.062
398.032	377.657
9.252	6.374
888.026	861.093
55.418	53.534
41.819	22.257
17.631	17.327
114.668	93.118
(7.140)	(7.140)
995.554	947.071

26 de fevereiro de 1957, os  
s a esses serviços, não po-  
tia hipotecária sem a prévia  
ANEEL n.º 20/1999 regula-  
o Público de Energia Elétri-  
bens inservíveis à conces-  
produto da alienação seja  
concessão.

a Resolução ANEEL n.º 44/

nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social e reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais.

**g) Planos previdenciário e assistencial** - Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, tendo sido adotado o critério de ajuste à conta de lucros acumulados, registrado no exercício de 2001.

**h) Provisões para contingências** - Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

**i) Outros direitos e obrigações** - Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

**j) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### 4. Disponibilidades

				2004	2003
Caixa e bancos				1.954	4.099
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	07/08/2006	100,00% CDI	2.356	
Banco do Brasil	CDB	06/07/2006	100,00% CDI	2.143	
Banco do Brasil	CDB	10/07/2006	100,00% CDI	8.570	
Banco do Brasil	CDB	27/07/2006	100,00% CDI	1.062	
Banco do Brasil	CDB	07/08/2006	100,00% CDI	2.965	
Banco do Brasil	CDB	04/09/2006	100,00% CDI	6.590	
Banco do Brasil	CDB	05/09/2006	100,00% CDI	3.032	
Banco do Brasil	CDB	06/09/2006	100,00% CDI	8.361	
Banco do Brasil	CDB	05/10/2006	100,00% CDI	3.616	
Banco do Brasil	CDB	07/11/2006	100,00% CDI	11.736	
Banco do Brasil	CDB	16/11/2006	100,00% CDI	710	
Banco do Brasil	CDB	12/12/2006	100,00% CDI	2.009	
Banco do Brasil	CDB	13/12/2006	100,00% CDI	3.764	
Banco do Brasil	CDB	14/12/2006	100,00% CDI	4.764	
Caixa Econômica Federal	CDB	05/04/2006	99,00% CDI	3.335	
Caixa Econômica Federal	CDB	14/12/2006	99,00% CDI	6.138	
Banco do Brasil	CDB	06/09/2004	99,90% CDI		8.457
Banco do Brasil	CDB	23/02/2005	99,85% CDI		2.221
Banco do Brasil	CDB	07/03/2005	99,85% CDI		4.108
Banco do Brasil	CDB	05/05/2005	99,85% CDI		1.698
Banco do Brasil	CDB	29/07/2005	99,85% CDI		1.069
Banco do Brasil	CDB	04/08/2005	99,85% CDI		2.025
Banco do Brasil	CDB	08/08/2005	99,85% CDI		1.602
Banco do Brasil	CDB	09/08/2005	99,85% CDI		953
Banco do Brasil	CDB	11/08/2005	99,85% CDI		2.444
Banco do Brasil	CDB	25/08/2005	99,85% CDI		5.708
Banco do Brasil	CDB	30/08/2005	99,85% CDI		520
Banco do Brasil	CDB	02/09/2005	99,85% CDI		1.999
Banco do Brasil	CDB	26/09/2005	99,85% CDI		2.547
Banco do Brasil	CDB	28/09/2005	99,85% CDI		4.570
Banco do Brasil	CDB	04/10/2005	99,85% CDI		2.795
Banco do Brasil	CDB	05/10/2005	99,85% CDI		2.070
Caixa Econômica Federal	CDB	16/02/2005	99,00% CDI		8.399
Caixa Econômica Federal	CDB	02/02/2005	99,00% CDI		2.271
Caixa Econômica Federal	CDB	25/08/2005	99,00% CDI		3.984
Caixa Econômica Federal	CDB	26/10/2005	99,00% CDI		1.024
Caixa Econômica Federal	CDB	27/10/2005	99,00% CDI		3.699
				71.151	64.164
				73.105	68.263

#### 5. Concessionárias

	Saldo vincendo	Vencido até 90 dias	Vencido há mais de 90 dias	2004	2003
<b>Sistema de Transmissão</b>					
Rede básica	15.218	58		15.276	13.176
Rede básica fronteira	2.419			2.419	
Rede de conexão	25.185	9	49	25.243	23.287
	42.822	67	49	42.938	36.463

#### 6. Serviços em Curso

A maior variação ocorreu em Serviços Próprios, passado de R\$ 1.538 em 2003 para R\$ 3.026 em 2004.

#### 7. Impostos e Contribuições Sociais

	2004	2003
<b>Ativo Circulante</b>		
Imp. de renda e contribuição social diferidos	1.647	1.584
REFIS parcela refis federal	7.440	6.250
ICMS a recuperar		7.909
Outros tributos a compensar	1	
	9.088	15.743
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		
Imp. de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Déficit previdenciário - plano III	23.213	24.364
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	7.538	8.033
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	96	96
ICMS a recuperar		6.195
Outras contingências	5.922	2.061
	36.769	40.749
<b>Passivo Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	25.823	23.774
Imposto de renda retido na fonte	93	103
COFINS e PIS/PASEP a recolher	2.202	1.273
Outros tributos	118	57
	28.236	25.207
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		
IRPJ/CSLL - sobre ativo regulatório PIS/COFINS	6.521	
	6.521	

são, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL n.º 1999, são:

	1999	2000	2001
Equipamento geral	3	3	3
Disjuntor	2	2	2
Estrutura do sistema	2	2	2
Condutor do sistema	2	2	2
Transformador de força	2	2	2

#### 12. Empréstimos e Financiamentos

Detalhamento:

	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	Total 2004	2003
<b>Moeda estrangeira</b>					
Holding - S T N (1)	2.611	332	28.369	31.312	36.910
Banco do Brasil (2)	6.416	684	25.666	32.766	40.796
	9.027	1.016	54.035	64.078	77.732
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras (3)	8.364		51.709	60.073	67.450
	8.364	-	51.709	60.073	67.450
	17.391	1.016	105.744	124.151	145.182

**(1) Secretaria do Tesouro Nacional** - A reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20 de maio de 1998, referente aos financiamentos sob amparo Lei n.º 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2004	2003
Par Bond	30	15.04.2024	30	8.841	9.600
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	7.192	8.650
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	6.263	7.720
Discount Bond	30	15.04.2024	30	6.119	6.660
El Bond - Bônus de Juros	12	15.04.2006	3	900	1.630
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	991	1.310
FLIRB	15	15.04.2009	9	1.006	1.340
				31.312	36.910

**(2) Banco do Brasil S.A.** - Contratos com recursos em Yen, para a subestação isolada a gás - Salto Caxias, amortizáveis em 20 parcelas semestrais, a partir de 7 de março de 2000, com juros de 2,80% a.a. e comissão de repasse de 3,80% a.a.

**(3) Eletrobrás** - Empréstimos originados de recursos do FINEL para expansão dos sistemas de transmissão. A amortização dos contratos vencidos, iniciou-se em 30 de abril de 1999 e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a.a. a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice de FINEL.

**a) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador**

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2004	%	2003
<b>Moeda estrangeira</b>			
Dólar norte-americano	31.312	25,22	36.936
Yen	32.766	26,39	40.796
	64.078	51,61	77.732
<b>Moeda nacional</b>			
FINEL	60.073	48,39	67.450
	60.073	48,39	67.450
	124.151	100,00	145.182

**b) Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:**

Moeda/Indexador	2004	Variação anual
Dólar norte-americano	(8,13)	(18,00)
Yen	(3,98)	(9,00)
FINEL	2,38	1,00

**c) Vencimentos das parcelas a longo prazo:**

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2004	2003
2005	8.729	8.297	17.026	17.026
2006	8.430	8.297	16.727	17.026
2007	8.431	8.297	16.728	16.728
2008	8.211	4.634	12.845	16.728
2009	1.573	3.413	4.986	11.111
2010	1.573	3.413	4.986	8.364
2011	1.157	3.413	4.570	5.922
2012	742	3.413	4.155	4.155
2013	371	3.413	3.784	4.155
2014	371	3.413	3.784	4.155
após 2014	14.447	1.706	16.153	20.000
	54.035	51.709	105.744	125.000



## 16. Provisões para Contingências

A Copel Transmissão responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, decidiu por manter a provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de êxito é considerada desfavorável.

Considerando a posição da área jurídica de aplicar nova estrutura de análise aos processos, a Administração da Companhia resolveu por manter a mesma provisão constituída até então.

	Depósitos judiciais (Ativo - LP)		Provisões (Passivo - LP)	
	2004	2003	2004	2003
Trabalhistas	7.286	4.301	22.122	12.487
Servidões de passagem	5.500	4.441	5.461	8.092
Tributário	103	101	1.500	
Diversos	10	10	224	
	<b>12.899</b>	<b>8.853</b>	<b>29.307</b>	<b>20.579</b>

### Contingências trabalhistas

Referem-se a processos trabalhistas, em andamento, avaliados por assessoria jurídica independente e advogados internos, tendo sido constituída provisão em função das referidas avaliações.

### Contingências com servidões de passagem

Ações impetradas por proprietários de terras cujas áreas foram atingidas pelas linhas de transmissão.

## 17. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 751.989, composto por 751.988.603 ações ordinárias pertencentes a Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

### Dividendos em 2004

O artigo 9.º da Lei n.º 9.249, de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A companhia constituiu juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 85.470, conforme demonstrado a seguir:

	2004
Lucro líquido do exercício	147.544
Efeitos fiscais pela opção de juros sobre o capital próprio	(29.060)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	118.484
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(5.924)
Base de cálculo para dividendos mínimos	112.560
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	33.768
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	12.821
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	46.589
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	38.881
Remuneração do capital próprio apropriada	85.470

## 18. Receita Operacional

	2004	2003
Receita pela disponibilidade da rede		
Rede básica	138.063	104.038
Rede básica fronteira	10.885	
Rede de conexão	218.343	182.627
	<b>367.291</b>	<b>286.665</b>
Outras receitas operacionais	2.273	3.127
	<b>369.564</b>	<b>289.792</b>

## 19. Deduções da Receita Operacional

	2004	2003
Tributos sobre a receita		
COFINS	(24.472)	(8.694)
PASEP	(5.591)	(4.257)
(-) PIS/COFINS Ativo Regulatório	19.179	
ISSQN	(44)	(50)
	<b>(10.928)</b>	<b>(13.001)</b>
Encargos do consumidor		
Quota para RGR	(11.176)	(8.636)
	<b>(11.176)</b>	<b>(8.636)</b>
	<b>(22.104)</b>	<b>(21.637)</b>

## 20. Despesas Operacionais

	2004	2003
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal (nota 21)	(67.386)	(51.830)
Plano previdenciário e assistencial (nota 22)	(20.940)	(16.994)
Materias	(4.108)	(2.503)
Serviços de terceiros	(7.927)	(6.922)
Depreciação e amortização	(3.662)	(4.030)
Outras despesas (nota 23)	(1.762)	(2.695)
	<b>(105.785)</b>	<b>(84.974)</b>
Outras despesas operacionais		
Taxas regulamentares	(922)	(488)
Outras despesas (nota 23)	(2.276)	(1.405)
	<b>(3.198)</b>	<b>(1.893)</b>
	<b>(108.983)</b>	<b>(86.867)</b>



# COPEL Transmissão

**COPEL TRANSMISSÃO S.A.**  
Subsidiária Integral da  
Companhia Paranaense de Energia

**CNPJ/MF 04.368.943/0001-22**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES C

**Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando

### 21. Pessoal

	Custo de Operação	Custo do sv. prest. a terc.	Despesas gerais e adm.	2004	2003
Remunerações	(4.199)		(49.992)	(54.191)	(44.693)
Encargos sociais	(1.420)		(16.830)	(18.250)	(15.449)
Auxílio alimentação e educação	(340)		(3.337)	(3.677)	(3.001)
Indenizações e rescisões trabalhistas			(9.640)	(9.640)	(2.221)
Participação nos resultados	(206)	(5)	(2.577)	(2.788)	(2.880)
(-) Transferências p/ ordens em curso		(136)	14.990	14.854	12.302
	<b>(6.165)</b>	<b>(141)</b>	<b>(67.386)</b>	<b>(73.692)</b>	<b>(55.942)</b>

### 22. Plano Previdenciário e Assistencial

A Copel Transmissão S.A. através da Fundação Copel, da qual é patrocinadora, mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão ("Plano Previdenciário") e de assistência médica e odontológica ("Plano Assistencial") para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambos, patrocinadoras e beneficiários, baseadas em cálculos atuariais preparados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

#### Deliberação CVM n.º 371/2000 – Contabilização de Benefícios a Empregados

A empresa adotava a prática contábil de registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III, no resultado do exercício, conforme os mesmos eram incorridos.

A partir da emissão da Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e devem ser obrigatoriamente aplicadas para os exercícios iniciados em ou após 1.º de janeiro de 2002.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, a Copel Transmissão S.A., aportou fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1.º de julho de 2001.

Em 2004, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2004	2003
Período pós-emprego	(14.863)	(5.777)	(20.640)	(16.725)
Empregados ativos		(2.269)	(2.269)	(1.635)
	<b>(14.863)</b>	<b>(8.046)</b>	<b>(22.909)</b>	<b>(18.360)</b>

### 23. Outros Custos e Despesas

	2004	2003
<b>Outros custos de operação</b>		
Seguros	(1.397)	(1.433)
Tributos	(1.425)	(207)
Custos gerais	(197)	(1.414)
Recuperação de despesas	156	438
	<b>(2.863)</b>	<b>(2.616)</b>
<b>Outros custos do serviço prestado a terceiros</b>		
Tributos	(3)	(3)

### 28. Detalhamento da Demonstração

**DEMONSTRAÇÃO**  
Para os

#### ORIGENS

#### DAS OPERAÇÕES

Lucro líquido do exercício

Despesas (receitas) que não

Depreciação e amortização

Variações monetárias de

Do realizável a longo prazo

Dos empréstimos e financiamentos

Dos empréstimos e financiamentos

Imposto de Renda e contribuição

Provisões (reversões) não

Benefícios pós-emprego

Contingências trabalhistas

Cíveis / vara da Fazenda

Demais tributos federais

Baixas de realizáveis a longo prazo

Depósitos judiciais

Baixas de investimentos

Baixas de imobilizado e

Total das despesas (receitas)

Resultado ajustado

#### TOTAL DAS OPERAÇÕES

#### DE TERCEIROS

Realizáveis a longo prazo

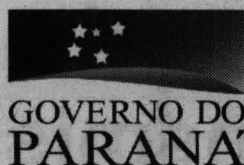
ICMS a recuperar

#### TOTAL DE TERCEIROS

#### DA REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE



SÃO S.A.  
al da  
Energia - COPEL



[www.copel.com](http://www.copel.com) / [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

## ÇÕES CONTÁBEIS

e 2003  
to quando indicado)

Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

MONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Análítica)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

( Valores expressos em milhares de reais )

	2004	2003
o exercício	147.544	121.524
tas) que não afetam o capital circulante líquido:		
e amortização	36.546	35.072
onetárias de longo prazo - líquidas	(2.108)	(11.328)
a longo prazo	181	(36)
mos e financiamentos - em moeda nacional	1.294	906
mos e financiamentos - em moeda estrangeira	(3.583)	(12.198)
renda e contribuição social diferidos	4.305	1.125
versões) no exigível a longo prazo	32.296	21.421
s-emprego	20.937	19.514
s trabalhistas	9.635	1.907
da Fazenda	224	-
os federais	1.500	-
alizáveis a longo prazo	351	386
ciais	351	386
estimentos	16	-
obilizado em serviço - líquidas	882	805
as (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	72.288	47.481
do	219.832	169.005
ÇÕES	219.832	169.005
go prazo transferidos para o circulante		
erar	14.540	839
OS	14.540	839
PITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	72.365	29.056

Arrendamentos e alugueis	(1.865)	(2.211)
Seguros	(208)	(242)
Tributos	(492)	(459)
Indenizações	(7)	(64)
Despesas gerais	(272)	(140)
Recuperação de despesas	1.082	421
	<b>(1.762)</b>	<b>(2.695)</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
FNDCT	(1.438)	(1.371)
Doações, contribuições e subvenções	(614)	(658)
Provisões	(224)	
Recuperação de despesas		624
	<b>(2.276)</b>	<b>(1.405)</b>
	<b>(6.904)</b>	<b>(6.719)</b>

#### 24. Resultado Financeiro

	2004	2003
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	7.677	15.261
Variações monetárias	4	(3)
Encargos moratórios sobre faturas de energia	24	9
( - ) Tributos e contrib. sociais s/ receitas financeiras	(58)	(630)
Outras receitas financeiras	1.234	766
	<b>8.881</b>	<b>15.403</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	(9.590)	(10.648)
Variações monetárias e cambiais	2.838	11.882
Outras despesas financeiras	(4.277)	(1.818)
	<b>(11.029)</b>	<b>(584)</b>
	<b>(2.148)</b>	<b>14.819</b>

#### 25. Resultado Não Operacional

	2004	2003
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(746)	(689)
Ganho (prejuízo) na alienação de bens e direitos	(79)	3
Outras despesas não operacionais	81	(147)
	<b>(744)</b>	<b>(833)</b>

#### 26. Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

	2004	2003
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>185.325</b>	<b>152.716</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(63.009)</b>	<b>(51.921)</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Dividendos	29.060	23.914
Cálculo Atuarial	(4.345)	(3.617)
Outros	513	432
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(37.781)</b>	<b>(31.192)</b>

#### 27. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/08/05	685.168
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/08/05	10.388
Responsabilidade civil (c)	24/08/05	2.850
Engenharia (d)	24/08/05	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/08/05	apólice por averbação

**a) Riscos nomeados** – Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com seus respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

**b) Incêndio – imóveis próprios e locados** – Cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e suas consequências.

**c) Responsabilidade civil** – Apólice contratada pela Controladora, com importância segurada única, extensiva a todas Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

**d) Riscos de engenharia** – Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratado apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

**e) Seguro de transporte** – Garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratado a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

#### APLICAÇÕES

##### Na distribuição de dividendos

##### No imobilizado

##### No realizável a longo prazo

##### ICMS a recuperar

##### Depósitos judiciais

##### Controladora e coligadas

##### Ativo regulatório PIS e COF

##### Exigíveis a longo prazo transferidos

##### Empréstimos e financiamentos

##### Em moeda nacional

##### Em moeda estrangeira

##### Benefícios pós-emprego

#### TOTAL DAS APLICAÇÕES

#### DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO

##### Ativo circulante inicial

##### Passivo circulante inicial

##### Capital circulante líquido inicial

##### Ativo circulante final

##### Passivo circulante final

##### Capital circulante líquido final

##### Redução do capital circulante líquido

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram auditadas e parecer do Conselho Fiscal da Companhia em 2005.



	306.737	198.900
	2004	2003
		10.332
dividendos	85.470	70.335
	88.544	70.928
o prazo		
ar	8.345	2.501
iais	4.398	2.292
coligadas	60.294	4.023
o PIS e COFINS	19.179	-
prazo transferidos para o circulante:		
financiamentos	17.779	18.181
acional	8.260	8.594
strangeira	9.519	9.587
emprego	22.728	30.640
ÇÕES	306.737	198.900

#### DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

ial	133.315	120.860
inicial	144.151	102.640
líquido inicial	(10.836)	18.220
	141.792	133.315
inal	224.993	144.151
líquido final	(83.201)	(10.836)
circulante líquido	(72.365)	(29.056)

tábeis da COPEL Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa e do  
scal da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 19 de

#### CONSELHO FISCAL

PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI  
Presidente  
NELSON PESSUTI  
ANTONIO RYCHETA ARTEN

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBENS GHILARDI  
Presidente  
LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA  
JOSÉ IVAN MOROZOWSKI

#### DIRETORIA

JOSÉ IVAN MOROZOWSKI  
Diretor Superintendente  
ELZIO BATISTA MACHADO  
Diretor Adjunto  
LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA  
Diretor Adjunto

#### CONTADOR

HORÁCIO KORDEL RODRIGUES  
CRC - PR-039696/O-1